Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Inv. 29142

HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO

Presidência da República
BIBLIOTECA

MENSAGEM
AO
CONGRESSO NACIONAL

REMETIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
NA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1965

B0706836
10672
320.981
B823m
CASTELLO BRANCO
1965
ex. 2

BRASÍLIA
BRASIL

Presidência da
República
BIBLIOTECA
Nº. DATA
6836 27.5.65

Presidência da República
BIBLIOTECA

SUMARIO

A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 31 DE MARÇO

A CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

APLICAÇÃO DO ATO INSTITUCIONAL

BALANÇO DE REALIZAÇÕES

PARTE I

ANALISE DA SITUAÇAO BRASILEIRA EM 31-3-1964

O Desenvolvimento brasileiro até 1961
Agravamento da inflação e paralisação do desenvolvimento
Comportamento do setor externo
Fatôres Sociais e Politicos
Os Reflexos nas Fôrças Armadas

PARTE II

BALANÇO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL EM 1964

Definição da Politica do Govêrno

Definição da Politica do Govêrno no sentido global
Politica do Govêrno em outras áreas

A Ação Governamental em 1964

Na área politica
Na área das Fôrças Armadas
Na área Econômica e Social

A — O combate à inflação
B — A retomada do desenvolvimento
C — A politica econômica internacional
D — As reformas Econômicas e Sociais

Na área externa

PARTE III

DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO GOVERNAMENTAL EM 1965

Diretrizes na área politica

Diretrizes na área das Fôrças Armadas

Diretrizes na área Econômica e Social

A — O combate à inflação

B — A retomada do desenvolvimento

C — Projeções do balanço de pagamentos

D — Reformas Econômicas e Sociais

Diretrizes na área externa

PARTE IV

ASPECTOS SETORIAIS DA ATIVIDADE GOVERNAMENTAL EM 1964 e SUA PROGRAMAÇÃO PARA 1965

Infraestrutura: Energia, Transportes e Comunicações

Agricultura

Indústria e Mineração

Desenvolvimento Social: Educação; Saúde e Saneamento; Previdência Social; Habitação

Valorização Regional

Senhores Membros do Congresso Nacional :

Ao assumir o Govêrno, eleito pelo Congresso Nacional, tive a oportunidade de proferir estas palavras de compromisso com a Nação: «Promoverei sem desânimo, sem fadiga, o bem-estar geral do Brasil. Não medirei sacrifícios para que êsse bem-estar se eleve, tão depressa quanto racionalmente possível, a todos os brasileiros, e, particularmente, àqueles que mourejam e sofrem nas regiões menos desenvolvidas do País». Em seguida, prenunciando os rumos que desejava traçar para a administração, acrescentei: «arrancada para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral, educacional, material e política, há de ser o centro das preocupações do Govêrno. Com êsse objetivo, o Estado não será estôrvo à iniciativa privada, sem prejuízo, porém, do imperativo da justiça social devida ao trabalhador, fator indispensável à nossa prosperidade».

Hoje, decorrido quase um ano, posso repeti-las com tranqüilidade. Representante do vitorioso movimento revolucionário de 31 de março, coube ao Govêrno, em 1964, criar no País, através de providências políticas, legislativas e administrativas, condições favoráveis à definitiva implantação dos ideais da Revolução.

Tarefa tanto mais difícil quando, por uma dessas contradições tão freqüentes na História, houve por vêzes que conciliar os sentimentos legalistas da Revolução com a inquietação dos que, movidos pelo mais acendrado patriotismo, pareciam inconformados com os lentos processos da ordem legal. Esta, entretanto, devemos afirmá-lo, jamais foi obstáculo a que se alcançassem os imperiosos objetivos revolucionários que, afinal, sempre prevaleceram.

Fiel ao pensamento que inspirou as Fôrças Armadas quando se uniram ao movimento popular deflagrado em 31 de março, o Govêrno mantém-se intransigente no acatamento às leis. Disso os brasileiros dão testemunho, pois dia a dia, nas franquias constitucionais de que desfrutam normalmente, no respeito com que se cumprem as decisões judiciais, e na mais ampla liberdade de imprensa, que se reflete até na paixão e na violência das críticas, têm a boa prova. Estas, aliás, por mais que se afastem da verdade e perturbem o julgamento sôbre fatos, pessoas e valôres, são o preço que a Nação, enquanto não houver corretivo legal, terá de pagar à manutenção de sua ordem democrática.

Aliás, em abono dos que acalentaram a idéia de um regime ditatorial capaz de propiciar à Revolução a desenvoltura de ação e movimentos impossíveis dentro da legalidade, devemos reconhecer que bem fácil teria sido a sua instalação, no momento do triunfo revolucionário. O difícil, no entanto, é imaginar-se que não se transformaria ràpidamente, num regime policial, cujos inconvenientes para a Nação seriam extraordinàriamente maiores do que as dificuldades oriundas de uma ordem legal, como bem o compreenderam os responsáveis pelo movimento de 31 de março.

Daí haver sido dos primaciais objetivos da Revolução repor o País na sua normalidade constitucional e legal. Normalidade da qual o Govêrno anterior, movido por idéias ou ambições subversivas, se afastara perigosamente, implantando no Brasil o ambiente da agitação e desorganização administrativa e política que influiu decisivamente para o repúdio nacional, que o cercou nos dias finais.

Realmente, graças a numerosos fatôres deletérios introduzidos na vida nacional, com a participação ou tolerância do Govêrno anterior, o País, por maior que fôsse a reação de ponderáveis setores da opinião, vira-se envolvido num clima de anarquia, ineficiência e incapacidade administrativa jamais experimentado. O próprio Executivo, atormentado por uma série de pressões, na sua maioria corruptas ou subversivas e que fomentara com a esperança de tornar-se o grande beneficiário da desordem, acabara

por ter a autoridade inteiramente dissolvida. Também o Legislativo, por motivos que os próprios fatos vieram mostrar que provinham principalmente do ambiente criado no País, tal a maneira por que se tem desempenhado das suas tarefas na fase atual, como que perdera muito da sua eficiência, inclusive como o órgão mais diretamente representativo da vontade popular. E não preciso alongar-me sôbre a situação existente em outros setores, especialmente nos meios estudantis, operários e até militares, nos quais a grande tônica era o progressivo e rápido preparo para uma conjugação de esforços em favor da subversão.

Natural, portanto, que uma da primeiras preocupações da atual administração haja sido propiciar ao País, tão perturbado na sua tranqüilidade e na segurança do seu futuro, uma sensação de confiança que lhe permitisse retomar o trabalho sem as incertezas quanto ao dia seguinte. E dos resultados colhidos podemos aferir pela circunstância de não haver ocorrido, em quase um ano, apesar de asseguradas tôdas as liberdades, e dos rudes sacrifícios impostos aos brasileiros em favor da recuperação econômica do País, movimento grevista de qualquer importância.

Fator relevante, e que cumpre ressaltar, para a manutenção do clima de tranqüilidade e segurança que tem caracterizado o atual Govêrno, é a disciplina e unidade das Fôrças Armadas. Dedicadas aos deveres profissionais, nem por isso deixam de ter bem vivo e presente o sentimento cívico, que faz delas um dos pilares do movimento revolucionário de 31 de março.

A CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Nessa rápida visão retrospectiva cumpre assinalar sobretudo o caos em que mergulhara a situação financeira e econômica do Brasil, cuja conseqüência imediata se manifestava pela descontrolada ascensão dos preços, que, no primeiro trimestre de 1964, chegaram a alcançar um aumento de 25%, ao mesmo tempo em que o aumento do Produto Interno Bruto baixara inquietadoramente

para 1,4%, em 1963. E tudo isso quando se prenunciava um *deficit* superior a dois trilhões de cruzeiros.

Para deter êsse descalabro financeiro e econômico, que trazia no bôjo a agitação social e o crescente descrédito no estrangeiro, impôs-se, a par de um cuidado plano de recuperação, a adoção de drásticas medidas, que, na sua fase inicial, se apresentam como pesado encargo para tôda a população nacional. Infelizmente, não há como evitá-lo. Nenhum país, havendo atingido nível inflacionário igual ao' que avassalou o Brasil, logrou retomar a normalidade senão à custa de dolorosos sacrifícios. Sacrifícios que os brasileiros, esperançosamente voltados para o futuro, e numa demonstração de confiança na austeridade e capacidade do Govêrno, têm sabido suportar de maneira verdadeiramente admirável.

Dessas medidas nenhuma de efeito tão imediato quanto a supressão dos subsídios que vinham sendo concedidos ao trigo e à gasolina através de uma taxa cambial fictícia. Pagos mediante ininterruptas emissões de papel-moeda, tais subsídios representaram benefício concedido a número limitado de consumidores, mas estipendiado por todos os brasileiros, sem qualquer distinção. Quanto havia de injustiça em tal regime não será preciso dizer. Impôs-se, pois, um reajustamento de valôres, a fim de que o ônus recaísse apenas sôbre os beneficiários.

Como tereis ocasião de constatar adiante, um amplo conjunto de providências tem marcado a preocupação do Govêrno no sentido de obter, em prazo relativamente curto, a recuperação financeira e econômica, caminho único para que os brasileiros logrem alcançar o desejado bem-estar.

APLICAÇÃO DO ATO INSTITUCIONAL

Imperativo do Ato Institucional, adicionado à Constituição de 1946 como o mais lídimo documento do pensamento revolucionário, houve que proceder à aplicação dos seus artigos 7 e 10, que foram regulamentados pelo Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964. Com êsse objetivo e dentro do prazo de sessenta dias, recebeu o Presidente da República as indicações do Conselho de Segurança

Nacional quanto à aplicação do artigo 10, havendo sido cassados mandatos legislativos e suspensos os direitos políticos de pessoas indicadas pelo Conselho de Segurança Nacional.

Posteriormente, criada a Comissão Geral de Investigações, coube a esta a maior tarefa nas investigações sumárias procedidas nos têrmos do § 1º do artigo 7, cujas sanções foram aplicadas por decretos do Executivo. Também os Governadores de Estado, de acôrdo com as atribuições que lhes foram conferidas, usaram de igual faculdade em relação a servidores estaduais e municipais, que, em muitos casos, recorreram para o Presidente da República, *ex-vi* do § 3º do mencionado artigo 7, aguardando-se as necessárias informações para deliberação sôbre os referidos recursos.

Conforme declarei em outra oportunidade, foram de minha responsabilidade as decisões de que se originaram os decretos relativos à aplicação dos artigos 7 e 10 do Ato Institucional. Se algo fôr argüido quanto ao modo por que se procedeu na aplicação daqueles incisos do Ato Institucional, será por certo sôbre a moderação e segurança que jamais deixaram de presidir a decisão sôbre cada caso examinado. Outro não será, acredito, o julgamento da História. Quanto às críticas de elementos mais radicais, dimanam, certamente, do imperfeito conhecimento dos motivos que nortearam o Govêrno. Êste, sem vacilação, mas também sem a volúpia de punir, cumpriu rigorosamente o árduo dever que lhe assistia. Hoje constituem atos perfeitos e acabados da Revolução, apenas susceptíveis de reexame e contrôle na forma prevista pelo próprio Ato Institucional.

BALANÇO DE REALIZAÇÕES

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Na forma do preceito constitucional, a parte central desta Mensagem corresponde ao balanço de realizações do atual Govêrno, em 1964, nas esferas política, militar, econômico-social e externa. A grande preocupação dessa etapa inicial, como verão Vossas Excelências, foi a consolidação da ordem democrática e a correção

de distorções perturbadoras, principalmente, da atividade econômica e social do País. Ao mesmo tempo, lançaram-se as bases de uma política simultâneamente de *desenvolvimento* — ou seja, de progresso nacional em tôdas as formas — e de *democratização de oportunidades*, capaz de levar ao maior número os benefícios daquele progresso.

O Govêrno tem lutado, dia a dia, contra o processo inflacionário. Evitou-se o colapso representado pela hiper-inflação. Corrigiram-se as distorções que ameaçavam eternizar os aumentos de preços. Controladas as causas, estamos em condições de proceder, doravante, ao esfôrço decisivo no sentido de reduzir a taxa inflacionária a níveis toleráveis, ainda no corrente ano.

O Govêrno tem lutado, dia a dia, pela retomada do desenvolvimento econômico. Sabemos, evidentemente, que no espaço de pouco mais de um semestre não seria possível apresentar resultados milagrosos. É mister recordar, ainda, os efeitos danosos da queda do ritmo de formação de capital em 1962 e 1963, e que vêm repercutir agora, em 1964 e 1965, quando os investimentos, que deveriam ter sido realizados, estariam sendo concluídos, para expandir a capacidade de produção do País. E é necessário considerar, igualmente, que a economia, notadamente no primeiro trimestre de 1964, havia mergulhado fundo na recessão e na desordem. A despeito de tudo isso, recuperam-se, visìvelmente, setores básicos até então em lento crescimento, como o habitacional, ou apresentando níveis extremamente baixos de produtividade, como o dos transportes ferroviários e marítimos. Os programas rodoviário e de produção de energia elétrica adquirem nôvo ritmo. A PETROBRÁS, assim como outras emprêsas governamentais, recuperadas financeiramente, executam grandes planos de investimentos. As exportações são estimuladas. Melhoram as perspectivas do Balanço de Pagamentos. O setor agrícola passa a apresentar elevada taxa de expansão, favorecido por uma política de múltiplos incentivos.

As emprêsas nacionais, além da assistência normal através dos estabelecimentos de crédito oficiais e particulares, recebem novas fontes de recursos representadas por fundos de desenvolvimento, como o FINAME e o FUNDECE. O BNDE procura

e encontra novas formas de impulsionar o desenvolvimento de setores básicos. O sistema bancário e o mercado de capitais são gradativamente reestruturados.

Com a esclarecida colaboração do Congresso Nacional, vem-se empreendendo a preparação da estrutura institucional capaz de oferecer caráter auto-sustentável e duradouro ao desenvolvimento nacional, através de reformas como a agrária, a habitacional, a tributária, a bancária e outras. Apresta-se o Executivo a encaminhar ao Congresso novos projetos de reforma, não apenas no domínio econômico e social, mas também nas esferas política e jurídica.

Senhores Membros do Congresso Nacional:

A obra até agora realizada, em curto prazo, resultou principalmente da colaboração, de um lado, entre os Podêres da República, e, de outro, entre o Govêrno, no sentido amplo, e a Comunidade Nacional.

Dentro dêsse espírito, e a fim de alcançar de tôdas as camadas sociais e fôrças representativas do País estreita colaboração no sentido de uma reversão de expectativas capaz de cooperar decisivamente no combate à inflação, vai o Govêrno, muito em breve, anunciar uma série de medidas de grande alcance, para as quais espera contar com o apoio do Congresso Nacional e do Povo Brasileiro. Cogita o Govêrno de oportunamente convocar uma Conferência Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para tratar do programa de realizações em relação àquele grande objetivo, comum a todos os brasileiros.

Ao apresentar o relatório do que foi feito em 1964 e a programação de realizações para 1965, desejo repetir aquelas palavras com que assumi a investidura de Presidente da República: «Nunca um só homem precisou tanto da compreensão, do apoio e da ajuda de todos os seus concidadãos. Venham a mim os brasileiros e eu irei com êles para, com auxílio de Deus e com a serena confiança, buscar os melhores dias nos horizontes do futuro».

PARTE I

ANÁLISE DA SITUAÇÃO BRASILEIRA EM MARÇO DE 1964

Na parte inicial desta Mensagem, fêz-se a caracterização do grave processo de debilitamento das instituições democráticas na fase anterior à Revolução. Mostrou-se, igualmente, como a crise social e política, ao atingir níveis intoleráveis, se converteu em fator de agravamento da situação econômica e financeira, interna e externa, já por si mesma, naquela altura, profundamente crítica.

Seguiu-se, como decorrência inarredável, a queda da eficiência em todos os aspectos da atividade nacional. Ante a necessidade de revelar as implicações dêsse estado de coisas em relação ao desenvolvimento nacional, procederemos agora a uma análise da situação brasileira em março de 1964, focalizando notadamente os aspectos econômico-sociais, uma vez que já se fêz o exame de conjunto, com ênfase nos aspectos político-sociais.

O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO ATÉ 1961

A despeito de várias limitações de ordem estrutural que tendiam a conspirar contra o desenvolvimento auto-sustentável e rápido, a economia brasileira apresentou um desempenho satisfatório no período que vai desde a Segunda Guerra Mundial até o ano de 1961, e especialmente entre os anos de 1947-1961. Durante aquêle período, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu à média anual de 5,8%, equivalendo a cêrca de 3% por habitante. Uma taxa de formação bruta de capital da ordem média de quase 17% a.a. e uma produtividade relativamente alta dos investimentos (relação marginal capital/produto igual a 2) apoiaram o satisfatório crescimento do Produto Interno Bruto no período indicado. O processo ativo de expansão do setor industrial, através da substituição por manufaturas nacionais de produtos importados, foi o seu estímulo mais importante.

Êsse processo de desenvolvimento, entretanto, ocorreu contra o pano de fundo de uma estrutura econômica e social pouco propícia ao progresso econômico duradouro. Ao lado do vertiginoso crescimento do setor manufatureiro, permaneciam quase inalteradas as condições da agropecuária, onde mais de 50% da população nacional subsiste a baixos níveis de vida, mercê do atraso técnico imperante nas atividades rurais e dos níveis insatisfatórios de educação, saúde e higiene. O insuficiente dinamismo do setor agropecuário, por sua vez, não possibilitava a absorção suficiente da crescente demanda por empregos, em âmbito nacional, resultante da taxa cada vez mais acelerada da expansão demográfica. Parte, apenas, da fôrça de trabalho adicional pôde encontrar ocupação nas novas atividades manufatureiras e numa gama variada de serviços urbanos.

Subsistia, igualmente, uma estrutura financeira arcaica, enormemente sensível a pressões inflacionárias, e uma inadequada disponibilidade de serviços básicos (transporte, energia, silos e armazéns, comunicações, etc.), agravada de forma recorrente por políticas econômicas equivocadas. Por outro lado, uma visão oportunista e unilateral das relações econômicas do País com o exterior fêz descurar as exportações, que constituem a principal determinante do poder de compra externo do País; em conseqüência, estagnava-se a capacidade brasileira de importar, fato que não chegou a frear sensìvelmente a taxa de crescimento do Produto real enquanto permanecia aberta, à economia nacional, a possibilidade de substituir importações, e ainda se mantinha favorável o movimento líquido de capitais de origem internacional.

Finalmente, durante todo o período mencionado, isto é' do após-guerra até 1961, a economia brasileira se desenvolveu dentro de um ambiente inflacionário, continuado, com intensidade variável mas suportável, a ponto de haver permitido evolução satisfatória do Produto Interno Bruto, pelo menos até 1961. A presença dessas pressões inflacionárias, entretanto, foi suficientemente danosa para, simultâneamente com o seu contrôle parcial por parte das autoridades governamentais, produzir indesejáveis distorções no sistema de preços relativos e ensejar atividades especulativas, cujas conseqüências foram, entre outras, o debilitamento do mercado monetário

e de capitais, da taxa de poupanças e das exportações. O extraordinário crescimento da população brasileira e o resultante aumento da demanda por novos empregos, associados à vulnerabilidade da administração pública a pressões políticas, estimularam o «empreguismo» nas sociedades de economia mista, nas autarquias e nos próprios quadros da administração pública direta, com o conseqüente comprometimento da sua eficiência operacional e a criação de *deficits* crescentes. Os *deficits* consolidados do setor Govêrno, por sua vez, se financiavam tradicionalmente com a emissão monetária, alimentadora de renovadas pressões inflacionárias. Caíra-se num círculo vicioso. Tal mecanismo iria facilitar a expansão dos gastos governamentais e a maior proporção dêstes relativamente às despesas totais do País.

AGRAVAMENTO DA INFLAÇÃO E PARALISAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

A partir de 1962, várias circunstâncias tenderam a expandir os gastos governamentais independentemente de aumento comparável das receitas fiscais, com a conseqüente evolução progressiva dos *deficits* de caixa do Tesouro Nacional e o crescimento da taxa de inflação. Por outro lado, havia sérios indícios de agravamento do desequilíbrio do balanço de pagamentos e de asfixia da capacidade de importar. Fêz-se mais aguda a deficiência da infra-estrutura econômica e gerou-se um clima de incerteza e intranqüilidade. Diminuíram, em conseqüência, o nível de investimentos e a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto e tornaram-se mais manifestas as debilidades estruturais da economia nacional.

A Aceleração do Processo Inflacionário

Com efeito, a elevação do nível geral dos preços, que havia alcançado a média de 15% a.a. entre 1941 e 1946, e aumentado para 20% no período de 1951 a 1958, sofreu rápida aceleração a partir de 1959. A taxa de aumento do custo de vida subiu, nesse ano, para 52% na Guanabara, e, após baixar em 1960, passou a

elevar-se progressivamente, para atingir 55% em 1962 e 81% em 1963. No primeiro trimestre de 1964, ela chegou a alcançar os 25% e, dada a sua taxa de aceleração, poderia ter-se aproximado dos 150% até o fim do ano.

A Crise Político-Social e o Retrocesso Econômico

A repressão parcial do processo de elevação dos preços afetou a organização da economia nacional, com repercussões negativas sôbre muitos setores. Além disso, o clima de intranqüilidade política e social gerado pela administração passada contribuiu para o debilitamento das atividades econômicas correntes e determinou progressiva diminuição no processo de expansão do estoque de capital. Em conseqüência, interrompeu-se a favorável tendência de crescimento do Produto Interno Bruto observada até 1961. Após crescer a uma taxa média anual de 5,8% entre 1947 e 1961, aumentou 5,4% em 1962, para alcançar apenas 1,4% em 1963. Tomando-se em conta a expansão demográfica do País, houve uma *diminuição* de 1,8% neste último ano.

A desorganização da economia interna se refletiu agudamente no seu setor externo, com o exagerado endividamento de curto prazo, o desatendimento de compromissos com organismos internacionais e a inevitável deterioração do crédito brasileiro no exterior. A limitação da nossa capacidade internacional de compra, por sua vez, afetou o nível interno de investimentos, de vez que parcela ponderável dêstes é adquirida no mercado internacional.

A diminuição da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto espelha o esmorecimento das atividades econômicas nos diversos setores da economia nacional. A produção industrial, por exemplo, que havia constituido o esteio principal do desenvolvimento econômico do Brasil desde os anos da Segunda Guerra Mundial, havendo crescido, em média, 9,7% por ano, no periodo de 1947 a 1961, reduziu o ritmo para 7,7% em 1962 e não chegou a alcançar 1% em 1963, taxa bem inferior à da expansão demográfica. Entre as conseqüências do esmorecimento do setor manufatureiro, sobreleva a diminuição das alternativas de emprêgo, em

face de um aumento anual da demanda por novas ocupações, estimada atualmente em mais de um milhão. O setor agropecuário, por sua vez, e que, a despeito de suas limitações de caráter estrutural e da falta de incentivo da política econômica de administrações anteriores, havia crescido em aproximadamente 5% anuais médios entre 1947 e 1961, estêve pràticamente estagnado em 1963, com um aumento de sòmente 0,1%.

O Agravamento do Deficit Governamental

O extraordinário agravamento da inflação, conforme se observou anteriormente, se deveu bàsicamente ao financiamento, por meio de emissões monetárias, do *deficit* de caixa do Tesouro Nacional, oriundo êste da hipertrofia dos gastos públicos não compensada pelo aumento equivalente das receitas fiscais. Com efeito, os gastos públicos (inclusive os *deficits* líquidos das emprêsas de economia mista) aumentaram de 18 para 29% do Produto Interno Bruto, entre os anos de 1947 e 1960. A despesa *federal* (calculada na mesma base) cresceu de 8 para 15% do PIB durante o período compreendido entre 1947 e 1963. Cresceram consideràvelmente os subsídios e as transferências, bem como a formação de capital fixo e — por certo tempo — o investimento em estoque de café. A causa principal do aumento dos subsídios pelo Govêrno foi a expansão dos *deficits* das autarquias e das emprêsas de economia mista, devido à política equivocada de preços e tarifas, de empreguismo, de salários excessivamente liberais em alguns setores da administração paraestatal, e, finalmente, graças à generalizada ineficiência operativa.

As receitas do setor público (excluindo as receitas brutas das emprêsas de economia mista) aumentaram apenas de 18 para 22% do Produto Interno Bruto entre 1947 e 1960, não incluídas as receitas provenientes das operações cambiais. As receitas federais, excluídas as receitas das operações cambiais, aumentaram apenas de 8 para 10% do Produto Interno Bruto entre 1947 e 1963.

COMPORTAMENTO DO SETOR EXTERNO

A situação extremamente desfavorável das relações econômicas do País com o exterior culminou com a ameaça de declaração de moratória unilateral. Contribuiram de maneira decisiva para tal situação a incapacidade do País de aumentar as suas exportações e manter um clima suficientemente atrativo para os capitais estrangeiros. Na realidade, as exportações brasileiras encontravam-se pràticamente estancadas no seu valor real e carentes de diversificação na sua composição. Era a conseqüência da situação da economia nacional e dos equívocos da política monetária e de comércio exterior. Por outro lado, as tendências xenófobas, associadas ao clima de debilitamento geral da economia doméstica, levaram ao arrefecimento e à queda do ingresso de capitais estrangeiros de empréstimo e de risco.

Atingira-se, por outro lado, o limite de compressão das importações, o qual não poderia ser ultrapassado, sob pena de comprometer-se, não apenas a taxa de desenvolvimento econômico, mas, também, a própria manutenção da produção corrente.

Em conseqüência, incorrera-se na acumulação de vultosos *deficits* no balanço de pagamentos, inadequadamente financiados; avolumara-se a dívida no exterior a curto prazo e os compromissos assumidos anteriormente não eram cumpridos, afetando gravemente o nosso crédito externo e dando lugar à formação de atrasados comerciais, bem como a inusitada contratação de operações de «swaps», paralelamente à renovação das já existentes.

Essa situação caótica teria, inevitàvelmente, de culminar com as ameaças — veiculadas com insistência pelo Govêrno nos três primeiros meses de 1964 — de moratória unilateral, que traria conseqüências imprevisíveis, tão abalada ficaria a nossa posição em relação aos demais países e organismos financeiros internacionais.

Paralelamente aos entraves de natureza burocrática ao crescimento e à diversificação das exportações, manteve-se a taxa de câmbio sôbre-valorizada, o que, além de onerá-las, subsidiava

determinadas importações, gerando pressões adicionais sôbre o balanço de pagamentos. Essas pressões tinham como veículo o incentivo ao consumo de petróleo, trigo e certos produtos industriais de procedência externa, implícito na irrealidade de seus custos efetivos, em função das taxas cambiais a êles imputadas.

O valor das exportações, em dólares correntes, pràticamente se estagnou a partir de 1955, com variações entre os limites US$ 1.200 e US$ 1.400 milhões.

Demais, manteve-se relativamente rígida desde o após-guerra a composição das exportações, com elevado índice de concentração em reduzido número de produtos primários, como café em grão, algodão, cacau, pinho, açúcar e minérios de ferro e de manganês.

O inadequado sistema cambial vigente, com maior ou menor intensidade, ao longo do período 1947/63, responde pelo insuficiente desempenho das exportações, bem como pelo seu baixo grau de flexibilidade.

A acentuada retração do ingresso de capitais em 1962 e 1963, contraindo adicionalmente a capacidade de importar — já afetada desfavoràvelmente pelo declínio do poder aquisitivo das exportações desde 1960 — deveu-se à reversão de expectativas por parte dos investidores e financiadores externos. Tal reversão vincula-se à legislação restritiva sôbre capitais estrangeiros estabelecida em setembro de 1962 (Lei n.º 4.131, de 3-9-62), mas cujos efeitos perturbadores já se tinham feito sentir desde o final de 1961, quando a matéria começou a ser agitada no Congresso Nacional, demagògicamente. O clima interno de agitação e incerteza contribuiu ainda mais para desestimular as fontes externas a realizarem investimentos e reinvestimentos na economia brasileira. Em conseqüência, o saldo geral do movimento de capitais (de risco e empréstimo), que havia sido positivo nos períodos 1947/1953 e 1954/1961, nos quais alcançou, respectivamente, 431 milhões e 1 bilhão e 322 milhões de dólares, passou a ser negativo em 1962/63, isto é, — 119 milhões de dólares.

O comportamento desfavorável da capacidade de importar, resultante da estagnação e declínio do valor das exportações e do movimento líquido de capitais levou o País a restringir as suas compras no exterior, com conseqüências negativas sôbre a sua taxa de desenvolvimento econômico.

FATÔRES SOCIAIS E POLÍTICOS

O ambiente político e social da administração anterior não era menos desfavorável, destacando-se os seguintes fatôres: a constante tensão política criada pela desarmonia entre o Executivo Federal de um lado e o Congresso Nacional e governos estaduais de outro, suspeitando êstes de intenções continuistas e anticonstitucionais; a propensão estatizante, criando contínuo desestímulo e ameaça aos investidores privados; a infiltração comunista gerando apreensões quanto à subversão da ordem econômica e social; as paralisações sucessivas da produção pelos «comandos das greves». Não apenas as atividades urbanas se ressentiram: os investimentos na agropecuária foram desestimulados pela incerteza quanto às atividades da SUPRA e aos reais programas de Govêrno em matéria de reforma agrária. Gerou-se, portanto, verdadeira crise de motivação, agravada pela ausência de um projeto nacional de desenvolvimento, capaz de traçar rumos e incentivar a população. Em seu lugar, prevaleciam a instabilidade política e o imediatismo administrativo do Govêrno, criando uma ausência de orientação. A produtividade dos sistemas de transportes, nas áreas ferroviária, marítima e portuária, tornou-se extremamente baixa. A eficiência da administração seguia o mesmo caminho. As classes empresariais passaram a sofrer uma crise de desconfiança; as classes operárias se viram frustradas ante a inexeqüibilidade de promessas demagógicas; finalmente, certos grupos mais inquietos, como a classe estudantil, não encontravam escoadouro para a sua impulsividade idealista, descambando afinal para soluções subversivas.

O clima crescente de incerteza dominante durante a administração passada teve como conseqüência econômica a contração do

nível de investimentos internos, como se evidencia do quadro seguinte:

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO — 1960/1963

ANOS	TAXA DE FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (%)
1960	14,4
1961	14,7
1962	13,7
1963	13,4

FONTE: Fundação Getúlio Vargas

Deve-se ter presente que, a despeito da reversão do clima geral da economia brasileira no período post-revolucionário, é provável que a diminuição do nível de investimentos em 1962 e 1963 produza suas influências negativas sôbre as atividades econômicas de 1964 e 1965, devido ao inexorável período de espera entre a realização daqueles e os seus efeitos finais sôbre o nível de produção e emprêgo.

Em resumo, quando êste Govêrno assumiu o poder, a situação econômico-financeira era realmente sombria: às deficiências estruturais da economia nacional se haviam somado perturbações ocasionais que ressaltaram aquelas, desorganizaram os mercados internos, levaram a elevação dos preços à beira da hiper-inflação, geraram uma crise de motivação, queda no fluxo de investimentos, e da taxa de desenvolvimento econômico, bem como do volume de emprêgo e, finalmente, comprometeram o crédito do País no exterior. A tarefa mais urgente, portanto, era a de conter a extraordinária elevação do nível geral de preços, recuperar o mínimo de ordem necessário ao funcionamento da economia nacional, superar a crise de motivação e devolver aos empresários e trabalhadores a tranqüilidade necessária às atividades produtivas, e, finalmente, conceber, conjuntamente com os nossos credores internacionais, um esquema mùtuamente conveniente de saldar os nossos compromissos financeiros. O êxito da ação governamental nesses setores permitiria a retomada do ritmo de desenvolvi-

mento interrompido em 1962 e prepararia o caminho para a adoção de medidas tendentes a superar os entraves de ordem estrutural e dar à economia nacional as condições necessárias ao desenvolvimento duradouro e auto-sustentável.

A criação das condições requeridas para o crescimento duradouro e auto-sustentável da economia brasileira requer, demais da superação das dificuldades de conjuntura apontadas e o ordenamento interno que permita o funcionamento eficaz do sistema de preços, a remoção de insuficiências estruturais dominantes em alguns setores, principalmente na agropecuária, no capital-social básico, no manufatureiro e no próprio setor govêrno, bem como nos relacionados diretamente com o *homem*, isto é, saúde e educação.

OS REFLEXOS NAS FÔRÇAS ARMADAS

Partes de um todo, as Fôrças Armadas não ficam indenes às perturbações de ordem política e social que porventura agitem o País. Natural, portanto, que, dentro do ambiente existente até a Revolução de 31 de março, e no qual o Govêrno vira deteriorar-se a sua autoridade graças a fatôres por êle próprio provocados, caminhássemos a largos passos para uma situação de desordem militar.

As minorias, que almejavam a implantação da anarquia através do enfraquecimento progressivo do poder constituído, buscavam minar a disciplina, estabelecer uma luta de classes, a fim de impossibilitar qualquer reação militar. E, para alcançarem tal objetivo, contavam com elementos dos mais graduados da administração pública, e do Govêrno.

Na realidade visava-se fazer das Fôrças Armadas uma importante base para a subversão geral do País, e conseqüência disso foi ser o setor militar profundamente atingido pelos processos de solapamento das instituições.

Mas, em qualquer organismo militar tais fatos não ocorrem sem deixar marcas muito fundas e importantes. Vimos assim a vida profissional ser posta de lado completamente pelo Govêrno,

ao mesmo tempo em que a eficiência militar decaiu gravemente. Acentuaram-se as divisões, que, em certos momentos, transbordaram dos ambientes militares. E a nação bem compreendeu que o Govêrno pretendia orientar as Fôrças Armadas no sentido de transformá-las num instrumento subversivo.

Êsse o legado encontrado pelo atual Govêrno, ao qual coube realizar o ideal de quantos aspiram ver as Fôrças Armadas voltadas para os seus deveres profissionais e dedicadas à sua elevada missão na vida da nacionalidade, reintegrando-as no espírito de disciplina, promovendo-lhes a coesão e, assim, reconduzindo-as à sua destinação constitucional.

PARTE II

BALANÇO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL EM 1964

DEFINIÇAO DA POLITICA DO GOVÊRNO

Definição da Política do Govêrno no Sentido Global

Diante dessa análise da situação brasileira anterior a 31 de março, a nova política do Govêrno passou a abranger dois planos de atuação: num, mais imediato, a correção das deformações que se revelavam em tôdas as manifestações do processo de desenvolvimento brasileiro, considerado êste num sentido orgânico, que inclui os aspectos político, militar, econômico, social e externo; em outro, a adoção de uma estratégia para desencadeamento de um surto de progresso, igualmente naquele sentido integrado, levando em conta a realidade brasileira em seu conjunto.

O primeiro passo dessa política de reconstrução nacional consistia, evidentemente, na restauração da ordem, em tôdas as áreas, e da autoridade, segundo o princípio constitucional.

A eliminação das deformações do sistema, com o objetivo de melhorar o funcionamento das instituições existentes, impunha mudança de métodos de ação com o propósito de buscar soluções objetivas para os problemas, em lugar da adoção de paliativos e da criação de «slogans» demagógicos. Por outro lado, a fim de preparar a estrutura institucional adequada à deflagração do nôvo surto de progresso e à construção da nova sociedade brasileira, fazia-se mister o aperfeiçoamento das instituições, através de reformas democráticas, realisticamente concebidas.

O Govêrno tem procurado criar condições para uma democracia representativa autêntica. Êsse regime, consagrado no primeiro enunciado da Constituição, depende, entretanto, da boa escolha que o povo saiba e possa fazer dos seus representantes. Mas as condições para que essa escolha se efetive reclamam essencialmente um processo eleitoral escoimado dos vícios que até aqui o vêm comprometendo.

Por isso, um dos primeiros cuidados do Govêrno Revolucionário foi colocar em pauta a reforma eleitoral. Pareceu-lhe que, para isso, conviria utilizar a sabedoria e a experiência da magistratura especializada, a qual dirigindo as eleições desde o alistamento até a apuração dos votos e proclamação dos eleitos, estava excepcionalmente capacitada para elaborar o primeiro esbôço do projeto da nova Lei Eleitoral, a ser aperfeiçoada pela contribuição dos interessados, especialmente dos partidos políticos. Em seguida, o Congresso Nacional concluiria o trabalho, facilitado por um texto que já representava apreciável esfôrço de elaboração.

Pelo mesmo processo, pretende o Govêrno dotar o País de um Estatuto legal dos Partidos Políticos, que complemente o Código Eleitoral. Não é preciso encarecer a importância dos partidos na política moderna, pois constituem instrumentos essenciais da atividade pública e como tais estão consagrados em nossa Constituição. O que falta é dar-lhes organicidade e condições de eficiência, para que possam cumprir a alta missão a que se destinam.

Reorganizadas, assim, as bases do regime representativo, e inserido na estrutura política o conteúdo social que caracteriza o Estado Moderno, a democracia brasileira caminhará para ser realmente o Govêrno do povo e para o povo. Os destinos do País serão protegidos pela verdadeira legalidade democrática fundada essencialmente na liberdade e inspirada na igualdade, com eliminação de privilégios em benefício de pessoas, de grupos ou de classes. A vasta comunidade brasileira tem condições para atingir êsse alto estágio de civilização e basta para isso que se preparem suas bases e se suscitem suas fôrças. Não será isto, evidentemente, obra de um Govêrno. Mas ao Govêrno que saiu da Revolução de março cabem tôdas as iniciativas a seu alcance para que as instituições democráticas se renovem e floresçam, a fim de que governos sucessivos, oriundos sempre da escolha popular legítima e formados na mesma atmosfera de idéias e inspirações, implantem no Brasil a democracia autêntica e a façam amada dos brasileiros como condição do seu desenvolvimento e do seu bem-estar.

Não nos desejamos, entretanto, deter na organização de uma democracia exclusivamente formal, por mais aperfeiçoada que seja. É necessário que essa formulação seja complementada pelo propósito e meios de também democratizar as oportunidades de cada qual no sentido de que nenhuma circunstância — nascimento, fortuna, religião, côr — represente privilégio ou obstáculo no curso da vida.

Cumpre-nos também a realização de um esfôrço que seja a clara demonstração da capacidade da comunidade brasileira de organizar-se para a solução objetiva dos seus problemas. Embora importante, e em certos aspectos até insubstituível, a cooperação externa, é a nós que cabe decidir como e em que ritmo nos desejamos desenvolver.

De grande utilidade para o Govêrno foi a criação, pelo Congresso Nacional (Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964), do Serviço Nacional de Informação, que ficou situado no mesmo nível dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República. Como é natural, a gestão dos negócios do Estado requer seguras informações, oportunas e convenientemente analisadas, que colaborem nas múltiplas decisões a serem tomadas com freqüência. Impunha-se, pois, a criação dêsse órgão, do qual se ressentia a estrutura governamental, que exige seguro conhecimento sôbre ocorrências em todos os campos da atividade nacional. Regulamentado pelo Decreto nº 55.194, de 10 de dezembro de 1964, o Serviço Nacional de Informação ainda se encontra em fase de instalação.

Política do Govêrno em outras áreas

Na *área das Fôrças Armadas* a revolução brasileira incluiu, necessàriamente, o fortalecimento da profissão militar. A renovação de sua estrutura é hoje, indeclinàvelmente, tarefa do Govêrno e de chefes, para modernizar, sobretudo, a organização dos meios, os métodos de administração e os processos de seleção de chefia, pois a identificação do mutável é um imperativo da eficácia militar que évita a derrota e o malbarato dos recursos do País. A persistência em fórmulas vazias ou inadequadas à objetividade

das hipóteses de guerra é prejudicial ao próprio interêsse do Brasil. A Revolução deve atingir profundamente tôdas as Fôrças Armadas em suas doutrinas, estruturas e mentalidades.

Modernamente, nenhum país mais pode possuir Fôrças Armadas isoladas ou dispersas, porque a decisão militar na atualidade não assenta em esforços apenas interpendentes; a guerra total mobiliza recursos totais de uma nação e a guerra global alinha esforços de muitas nações. Numa e noutra, o esfôrço militar combinado ou conjunto, com meios integrados, promove a decisão nos domínios do total e do global.

Todo país forma as suas Fôrças Armadas na base de hipóteses de guerra, das conjunturas nacionais e internacional e de sua geografia. O Brasil de hoje está indicando que os seus meios militares sejam integrados orgânicamente e coesos através de elevado espírito militar unificado; isto é, mesmo, uma aspiração brasileira e um imperativo de segurança nacional.

Na *área econômica e social* a política do Govêrno se definiu:

a) pela retomada do ritmo de desenvolvimento econômico do País, interrompido em 1963;

b) e, *simultâneamente*, pela contenção progressiva do processo inflacionário durante 1964 e 1965, objetivando um razoável equilíbrio dos preços a partir de 1966;

c) pelas reformas econômicas e sociais;

d) pela democratização das oportunidades;

e) pelo autêntico trabalhismo.

No tocante ao *combate à inflação*, assinale-se que em nenhum momento cogitou o Govêrno de uma política deflacionista, no sentido da queda do nível geral dos preços. Não existe, aliás, país do mundo em que se persiga o deflacionamento, por estar êste, nas condições atuais, inelutàvelmente associado à queda de produção e de emprêgo; o que o Govêrno pretende, realística e conscientemente, é a *desinflação*, isto é, o contrôle e redução do *ritmo de aumento de preços* para atingir a estabilidade.

Ainda mais, conforme se esclareceu desde o primeiro instante, aquela contenção terá de ser necessàriamente gradativa, sob pena de vir a frustrar-se o próprio esfôrço de combate à inflação, ou de sacrificar-se o objetivo de reativação do desenvolvimento.

A verdade é que muitos, de forma não muito coerente, estariam desejosos de lograr os *resultados* de um tratamento de choque (isto é, a contenção rápida dos preços, se bem sucedido), mas nunca dispostos a enfrentar o *preço* de tal política. Um tratamento de choque implicaria no congelamento geral dos salários, com a deterioração da posição relativa daquelas categorias salariais ainda não reajustadas; na eliminação imediata do *deficit* governamental, impossível sem a mutilação substancial dos investimentos públicos; e, entre outras conseqüências, no colapso de certos setores produtivos viciados pela persistência do processo inflacionário (baixa produtividade, recurso excessivo a capitais alheios, obtenção de empréstimos a taxas de juros negativas em têrmos reais). Daí a política adotada, de redução da taxa inflacionária a níveis toleráveis em 1965, para alcançar relativa estabilidade de preços em 1966.

No tocante à *retomada do desenvolvimento*, definido êste em têrmos de aumento do produto real *per capita*, ou seja, do volume de bens e serviços finais produzidos, em média, por habitante, no período de um ano, a escolha dessa meta como objetivo-síntese revela que a preocupação fundamental do poder público se concentra em aumentar continuamente o tamanho daquilo que, em linguagem simples, se poderia considerar o bolo econômico a ser distribuído, permitindo assim que a fatia destinada a tôdas as categorias de rendas também continuamente possa aumentar. A alternativa, tentada no passado mais próximo, foi apelar para políticas de redistribuição simplesmente demagógicas, com descaso do esfôrço de desenvolvimento, as quais, segundo a análise já levada a efeito, conduziram apenas à redução de tudo e ao empobrecimento de assalariados e não assalariados.

Necessário assinalar que, simultâneamente com a política de desenvolvimento, objetivando aumentar a renda real por habitante, a política salarial definida no Programa de Ação Econômica visa manter a participação dos assalariados no produto nacional, de

modo que os salários reais (ou seja, em têrmos de poder de compra) *se elevem na mesma proporção do aumento do produto real por habitante* (mais rigorosamente, do produto real por trabalhador). Isso significa que quanto mais rico ficar o Brasil, mais rico ficará também cada qual dos brasileiros.

Por outro lado, o Govêrno fêz uma opção definida pelo tipo de desenvolvimento econômico desejado, isto é, desenvolvimento de ritmo sustentável, num contexto democrático e sem as distorções que o tornariam instável e efêmero: desenvolvimento sem inflação (ou com inflação apenas moderada), sem distorções na estrutura dos investimentos, sem descaso dos problemas de emprêgo, sem excessivo endividamento externo.

As *reformas econômicas e sociais*, vigorosamente atacadas em 1964, têm por objetivo fundamental não apenas a remoção de deformações na composição dos investimentos (reforma habitacional, lei do inquilinato, lei de incorporações), senão também a preparação das condições institucionais para um processo de desenvolvimento acelerado e auto-sustentável (reformas agrária, tributária e bancária; fundo de democratização do capital das emprêsas, salário-educação).

Democratização de oportunidades tem, aqui, o sentido de revelar a insuficiência do formalismo democrático, que assegura aos indivíduos certos direitos, sem dúvida essenciais, mas não necessàriamente a participação no progresso e bem estar nacional.

A retomada do desenvolvimento pressupõe, de um lado, a necessidade de motivar, através de estímulos legítimos e eficazes, a participação sempre crescente das diferentes categorias sociais e das diversas regiões de sorte a realizar o potencial máximo de crescimento do produto nacional. E impõe, por outro lado, que os resultados do esfôrço coletivo atinjam, também crescentemente, regiões e grupos de menor participação.

Constituiu êsse, inegàvelmente, um dos aspectos mais relevantes de inúmeras medidas de alta significação econômica e social já levadas a efeito, notadamente a reforma habitacional e a reforma agrária.

Dentro da mesma política de democratização de oportunidades se situa a assistência à pequena e média emprêsa, que vem sendo concedida através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI). E bem assim o Fundo de Democratização do Capital das Emprêsas (FUNDECE), destinado a conceder financiamento, pelo prazo de 6 a 36 meses, a emprêsas dispostas a abrir seu capital social. A criação das obrigações do Tesouro, por outro lado, veio proporcionar aos detentores de pequenas poupanças, entre outros, oportunidade de preservar suas economias contra a erosão inflacionária, concedendo-lhes, assim, incentivo antes inexistente.

Nesse esfôrço de tornar realidade uma democracia de oportunidades, em oposição à democracia simplesmente formalista, papel da maior significação está reservado à renovação do sistema educacional como instrumento, ao mesmo tempo, de redistribuição de renda e de aumento da produtividade do fator trabalho. A instituição do salário-educação, aprovada pelo Congresso, financiará um programa em larga escala de ensino primário.

Sob outros aspectos, todavia, o sistema educacional brasileiro impõe ponderáveis obstáculos à obra de democratização de oportunidades: além dos *deficits* de atendimento, decorrentes da limitação de recursos imposta pelo subdesenvolvimento, existe um visível desequilíbrio na ação conjunta dos podêres públicos nos três níveis escolares.

Como é do conhecimento do País poucos setores tão atingidos pelo estado de coisas anterior à Revolução quanto o do ensino, onde o Govêrno pecara não só pela omissão, mas também pelo estímulo a elementos desejosos de implantarem a subversão. Na realidade o ensino fôra abandonado e os professôres, principalmente nas Universidades, sentiam-se ameaçados na sua autoridade. Programas e planejamentos foram postos de lado, ao mesmo tempo em que um clima de irresponsabilidade conduzia ao aviltamento da educação brasileira.

Houve, pois, que refazer tudo, a começar pelo restabelecimento do indispensável diálogo entre mestres e alunos, sem prejuízo da natural participação dêstes na vida nacional, com os transbordamentos e os entusiasmos peculiares à juventude. Hoje já é possível afirmar-se restabelecido o ambiente necessário à boa solução dos graves problemas educacionais, que se refletem nos três graus do ensino.

No campo do ensino primário é imperioso dar realidade à sua obrigatória universalização, bem como ao preparo de pessoal qualificado para atender à extraordinária expansão demográfica do País. Anteriores convênios internacionais nos obrigaram e possibilitaram dar escolas para tôda a nossa população em idade escolar. Cumpre-nos, agora, não demorar em realizar obra de tanta significação. O que não podemos é continuar a apresentar-nos com mais de trinta milhões de analfabetos, relegando a tal condição cêrca de metade das novas gerações. É êsse, aliás, por excelência o campo da atividade estatal no setor educacional, pois os estabelecimentos oficiais de ensino primário — municipais, estaduais, e federais — atendem já cêrca de 90% dos discentes inscritos. Contudo, o País precisa de recursos que lhe permitam construir, até 1970, cem mil salas de aula, para atender a seis milhões de crianças aproximadamente — obra verdadeiramente ciclópica, mas que o salário-educação torna perfeitamente viável, graças aos recursos que proporcionará.

Bem diverso é o que ocorre em relação ao ensino médio, no qual cêrca de 65% dos estudantes freqüentam escolas particulares, pagando taxas elevadas. É essa, sem dúvida, uma das mais graves distorções do nosso sistema educacional, pois tem como conseqüência imediata criar terrível barreira aos membros das camadas mais pobres da população que desejam acesso às profissões de nível universitário. Um sistema de bôlsas, que se busca aperfeiçoar, sobretudo para o tornar mais justo, visa superar, em parte, aquêle obstáculo. Contudo, é evidente que se torna cada vez mais urgente a ampliação da ação do Estado nesse nível educacional.

Também extraordinàriamente deficiente é a nossa capacidade de formar técnicos. Indispensáveis ao nosso desenvolvimento

econômico, ainda existem em número muito abaixo do reclamado pelo parque industrial brasileiro, e é pensamento do Ministério da Educação mobilizar todos os recursos possíveis a fim de vencer tão importante deficiência.

Quanto ao ensino superior podemos dizer que ainda se encontra baseado na gratuidade dos cursos, apesar do seu alto custo, e de ser também aquêle que confere aos que o completam maiores salários. Natural, portanto, que o Govêrno pense em transferir aos seus usuários pequena parcela dos encargos financeiros que acarretam aos cofres públicos, através de taxas anuais ou do reembôlso do financiamento que fará aos estudantes. Poderá assim, com os recursos liberados, reforçar a assistência ao ensino médio, numa saudável democratização de oportunidades para muitos dos que, sem tais recursos, teriam fechado o caminho, com grave perda para a própria coletividade. Nem se esqueça que tais medidas contribuirão para reduzir sensìvelmente as tensões coletivas.

Como natural prolongamento dos cursos superiores devem ser mencionados não apenas os cursos de pós-graduação, mas também a formação de cientistas, que é justo reconhecermos existirem em número reduzido, face às necessidades do Brasil, e também em condições que estão longe de representar as que deverão ser asseguradas pelo Estado.

Aspecto educacional a que está o Govêrno bem atento é o da necessidade de, principalmente em certas profissões técnicas, formar maior número, anualmente. Com êsse objetivo, e sem prejuízo da eficiência dos cursos universitários, buscará a ampliação do número de matrículas nas Universidades. Será, ao mesmo tempo, um meio de diminuir o alto custo de cada estudante superior, anualmente.

Dentro da mesma política de valorização e amparo ao homem brasileiro cabe especial referência à ação regional do Govêrno, especialmente no Nordeste, sem dúvida a área do País que mais reclama a presença da administração pública, como instrumento indispensável ao desenvolvimento. Com a criação do Ministério de Coordenação de Organismos Regionais, a atuação dos órgãos

federais de desenvolvimento regional, notadamente a SUDENE e a Comissão do Vale do São Francisco, alcançarão ritmo mais intenso e maior produtividade.

Finalmente, ainda na área econômica e social, definiu-se também a Revolução por um *autêntico Trabalhismo*. O atual Govêrno preferiu, ao trabalhismo inconseqüente, a adoção de uma política de verdadeira defesa dos interêsses e aspirações dos trabalhadores, associando-os não apenas ao esfôrço, mas também às recompensas do desenvolvimento econômico. O que havia anteriormente, com a queda do crescimento da economia e conseqüente restrição do mercado de trabalho, era a humilhante situação de terem os trabalhadores de procurar melhorar as suas condições de vida exclusivamente mediante pressões políticas, que, uma vez satisfeitas, se refletiam no inflacionamento dos custos de produção, no aumento dos *deficits* governamentais, gerando novas emissões e novas elevações do custo de vida. Um círculo vicioso e viciado em que se tentou aprisionar as perspectivas do trabalhador a um mero expediente de greves e protestos.

É significativo, aliás, que não se procurasse — como buscamos, hoje — defender a participação do trabalhador na distribuição da renda nacional, conquanto se insistisse muito na elevação meramente nominal dos salários. Mais curioso ainda é que não se tentasse — como fazemos hoje — multiplicar as oportunidades de emprêgo, a fim não só de atender às novas gerações que afluem ao mercado de trabalho, mas também os profissionais que estão em condições de disputar melhores ofertas de emprêgo e remuneração.

O trabalhismo que praticamos não é êsse que procura frustrar o desenvolvimento da economia e fechar horizontes para os trabalhadores. O que nos propomos — e cumpriremos — é defender a renda real dos assalariados e ampliá-la na proporção do crescimento da economia — crescimento que deixaria de ser simples matéria de «slogan» para transformar-se em patrimônio coletivo.

Na *área externa*, a exemplo do que vem ocorrendo com sua ação interna, também no campo da política externa procurou o Govêrno imprimir um sôpro de renovação que propiciasse a mobilização de todos os seus elementos a serviço do fortalecimento do poder nacional. Sob a égide da idéia de que o único roteiro da política exterior deve ser a busca incessante do interêsse nacional, o Govêrno revolucionário se viu obrigado a reformular desde o início a posição do Brasil em face de alguns problemas fundamentais.

A primeira dessas reformulações atingia o cerne da orientação da política externa, com o objetivo de fazê-la readquirir a nitidez compatível com a própria dignidade nacional, sempre infensa a posições ambíguas. Consistiu em revigorar a idéia de que, diante do conflito ideológico que divide o mundo contemporâneo, a política externa brasileira se orienta por uma opção básica que já havíamos feito e que se traduz por uma fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental. Essa atitude básica de modo algum invalida a prática de uma política exterior independente, «no sentido de que assim deve ser, por fôrça, a política de um país soberano».

Mas esta orientação de fundo exigia uma definição sôbre conceitos como os de «política independente», «nacionalismo» e «neutralismo», que haviam deixado de ter o sentido corrente para significar marcadas posições de oposição aos interêsses e concepções do mundo ocidental. É oportuno, assim, acentuar que, ao preservar a sua política de independência, não dá o Brasil adesão prévia a qualquer das grandes potências mundiais, inclusive aquelas que são responsáveis pela defesa do sistema ocidental, pois que em relação a estas importa distinguir o que se vincula realmente ao interêsse do mundo livre e o que diz respeito aos interêsses específicos de uma grande potência.

Quanto ao nacionalismo, que, no seu lídimo significado, deve ser fonte permanente de inspiração para os responsáveis pela vida de qualquer nação, terminou por adquirir acepção deturpada,

transformando-se em disfarçada opção em favor dos sistemas socialistas e dando margem a uma política cheia de contradições e dubiedades. É ilustrativo dêsse fenômeno o fato de, nos anos que antecederam o atual Govêrno, levantarmos os nossos protestos no plano externo, contra a insuficiência do auxílio estrangeiro e dos investimentos de capital, ao mesmo tempo em que, no plano interno, adotávamos restrições e até hostilidade ao capital alienígena.

Decorre dessa preocupação de nitidez a nossa incompatibilidade com o chamado neutralismo, cujas principais feições dir-se-iam incompatíveis com uma nação de possibilidades e objetivos acentuadamente afirmativos. De fato, seja por exprimir uma fuga diante dos perigos da realidade internacional, seja por significar emotividade ditada pelo ressentimento para com as antigas nações colonizadoras, o neutralismo acaba sempre por acarretar uma indeterminação na própria política interna, que freqüentemente se corrompe numa híbrida ineficiência.

Colocando-se acima dessas disputas verbais, que costumam esconder propósitos e objetivos difíceis de apresentar à nação, o Govêrno deseja fazer da diplomacia instrumento destinado a carrear recursos para o nosso desenvolvimento econômico e social, meio de fortalecimento do poder nacional do Brasil.

A AÇÃO GOVERNAMENTAL EM 1964

Definida, como acima o foi, a política governamental em seus diferentes aspectos, cabe, agora, empreender um balanço da ação do poder público em 1964, nas diferentes áreas.

Na área política

Houve quem condenasse haver-se impôsto a Revolução uma série de autolimitações, freando seu desenvolvimento no espaço e no tempo. A atitude correta, entretanto, seria partir da compreensão dessas autolimitações para entender melhor o sentido dos compromissos da Revolução com as instituições democráticas.

Havíamos chegado a um estágio insuportável de falência da autoridade e de desagregação do Poder Político, transformada a Federação num agregado de interêsses políticos subordinados à conveniência da liberação de recursos federais, com uns poucos focos de resistência a essa promiscuidade de esferas de Poder. As relações entre o Executivo e o Congresso — bem o sabeis — eram críticas e de há muito haviam chegado a um impasse. A atitude do Congresso, sustentada pela maioria consciente de seus membros, não era de colaboração e sim de resistência aos propósitos subversivos do Executivo.

Autolimitando-se na sua ação, quis justamente a Revolução prestigiar o Congresso, restabelecer as condições de seu convívio harmônico com o Executivo e devolver aos Estados a consciência e a responsabilidade de sua autonomia. O número de projetos enviados pelo Executivo e aprovados pelo Congresso em 1964 — alguns consubstanciando reformas de estrutura reclamadas pela sociedade e pela economia do país — é bem uma prova de que foram restabelecidas as condições de trabalho entre os dois Podêres. Quanto aos Estados, não mais precisam seus governadores trocar sua independência política pelo favor de terem liberadas verbas que o Orçamento Federal lhes atribui.

Por outro lado, seja-me permitido ressaltar o interêsse, diria melhor, o cuidado que teve o Govêrno em prestigiar e ampliar a participação dos partidos políticos, chamando-os a se pronunciarem sôbre os atos de verdadeiro interêsse nacional e oferecendo-lhes oportunidades para que apresentassem suas sugestões e suas restrições aos projetos do Executivo. O longo debate em tôrno do Estatuto da Terra, antes que a mensagem do Executivo fôsse enviada ao Congresso, é testemunha dêsse esfôrço do Govêrno para integrar os partidos políticos na condução da vida nacional.

Na área das Fôrças Armadas

As atividades militares foram marcadas pela necessidade de as Fôrças Armadas livrarem a Nação da ameaça comunista, empenhando-se no rápido e vitorioso movimento de 31 de março, a

que se seguiu a consolidação da revolução; dada a fase extremamente delicada então vivida pelo País, o esfôrço do Govêrno na área militar não pôde, assim, ir muito além da reformulação dos seus problemas básicos.

Preocupou inicialmente o Govêrno a correção dos níveis de salários da classe que vinha sofrendo longo processo de proletarização e de rebaixamento do nível social, em face de uma situação econômica em constante declínio; a Lei nº 4.328, de 30-6-64, que institui o nôvo Código de Vencimentos Militares veio atenuar os efeitos negativos dessa situação.

A Lei nº 4.375, de 17-8-64, que regula o Serviço Militar, a 4.476, de 12-11-64, que estabelece a precedência funcional entre Oficiais-Generais dos postos de Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro, e a 4.448, de 29-10-64, que regula as promoções dos oficiais do Exército, são algumas das leis de iniciativa do Executivo de grande significação para as Fôrças Armadas.

Caracterizou-se também a ação dos três ministérios militares pelo saneamento e enquadramento disciplinar das respectivas fôrças, com a aplicação das sanções do Ato Institucional, a eliminação dos agentes subversivos das suas fileiras e a retomada das atividades normais de instrução e de adestramento da tropa.

No decorrer do ano findo, com a cooperação do Estado-Maior das Fôrças Armadas, foram encetadas medidas destinadas à solução do problema relativo aos meios aéreos para operações navais.

Na área econômica e social

A ação governamental, nesta fase inicial, caracterizou-se principalmente pela ênfase em relação à necessidade do planejamento e coordenação econômica. Planejamento orientado no sentido de melhor conduzir o sistema econômico, dentro da organização democrática, à consecução dos objetivos pré-estabelecidos pela comunidade, notadamente no tocante à distribuição da renda e à maior incrementação da taxa de desenvolvimento econômico.

Está o Govêrno perfeitamente consciente de não ser o planejamento um substituto para a ação. Mas sabe constituir aquêle condição indispensável para permitir atuação mais rápida e eficaz.

Tratando-se de um país em desenvolvimento como o Brasil, no qual as despesas consolidadas do setor público federal (ou seja, levando em conta a administração descentralizada) correspondem a cêrca de 28% do Produto Interno Bruto (PIB) é de salientar a importância do planejamento e coordenação econômica para as atividades governamentais. Constitui, essa, a melhor forma de assegurar a compatibilidade das políticas dos diferentes órgãos governamentais, e de evitar superposição de esforços e outras formas de desperdício, alcançando, assim, o maior rendimento na utilização dos recursos disponíveis, naturalmente escassos em relação à magnitude da tarefa a realizar.

Com o mesmo objetivo, estendeu-se a idéia da coordenação aos organismos regionais, notadamente àqueles destinados a ativar a economia de regiões de mais baixo nível de renda.

As grandes linhas da ação econômica governamental se desdobram, principalmente, através da política de contenção do processo inflacionário, da retomada do desenvolvimento econômico e das reformas econômicas e sociais.

A — *O Combate à Inflação*

Segundo a formulação do Programa de Ação Econômica, a estratégia de combate à inflação compreende a ação sôbre as causas, através da política de contenção do *deficit* público, da política de crédito às emprêsas e da política de salários; assim como a ação do *lado da oferta*, pelo aumento da produção.

Caracterizou-se essa fase inicial da política desinflacionária pela correção de distorções do sistema de preços (ou reajustamento de valôres). Alterou-se a natureza do processo inflacionário, de puramente *cumulativo*, tendendo a expandir-se indefinidamente, para um processo acentuadamente *corretivo*, mediante a eliminação de subsídios sem justificação econômica e de contrôles prejudiciais ao sistema de preços. A verdade é que tais subsídios e controles

de preços não apenas ameaçavam tornar incontrolável o galope inflacionário, mas também afetavam sèriamente a capacidade de investir do País.

Ao falar em correção de distorções, desejamos referir-nos, principalmente, à preservação da função econômica dos preços de mercado (a despeito das imperfeições reveladas por êste, principalmente em países subdesenvolvidos). Função que consiste em orientar os consumidores e empresários (privados e públicos) sôbre a maior ou menor escassez dos diferentes bens e serviços, bem como dos fatôres de produção, a fim de que uns e outros possam fazer o uso mais eficiente dos recursos disponíveis.

Conquanto se justifique, em determinadas condições, a concessão de subsídios para determinadas atividades — principalmente aquelas geradoras de economias externas — ou a fixação de preços para evitar especulação, não tem sido essa, evidentemente, a linha adotada no Brasil em recentes anos.

O que se fazia era, por exemplo, o abuso do subsídio à importação de artigos que produzimos em quantidade insuficiente (principalmente trigo, petróleo, papel de imprensa), a pretexto de reduzir custos no combate à inflação. O resultado foi estimular a importação excessiva de tais bens, insuficientemente produzidos no País, ao tempo em que se favorecia o mercado estrangeiro, em prejuízo da produção interna dos mesmos artigos e da capacidade de poupança nacional. Simultâneamente, criavam-se focos permanentes de inflação. E ainda mais: esconder custos não é reduzir custos; o fato de cobrar-se, dos beneficiários da importação de tais bens, preço inferior àquele pago, em cruzeiros, pelas autoridades financeiras, apenas lhes dividia o custo verdadeiro em duas parcelas, uma paga diretamente pelo consumidor, outra paga pela Nação em conjunto, através da inflação conseqüente às emissões que financiavam aquêles subsídios.

Certos setôres, não raro bem intencionados, têm combatido o reajustamento periódico dos preços da gasolina, motivado pelo reajustamento da taxa de câmbio de importação de petróleo, sob o fundamento de seu efeito sôbre os custos de transporte e conseqüentemente sôbre os preços das mercadorias. Existe, sem dúvida,

tal efeito, conquanto inferior ao que pretendem alguns. Mas o reajustamento da taxa de câmbio é conseqüência, principalmente, das elevações de preços internos, e tenderá a continuar enquanto a inflação não fôr definitivamente debelada. O que não se justificaria seria tentar, arbitràriamente, manter fixo determinado preço, enquanto os demais se elevam, causando tôdas as distorções já mencionadas.

Outro aspecto a salientar devidamente diz respeito à dependência de dois setores vitais da economia nacional em relação a preços realistas para os derivados do petróleo. A PETROBRÁS, que até março se encontrava em situação financeira realmente dramática, já pôde não apenas se recuperar, através da nova política de preços daqueles produtos, mas está em condições de executar, no corrente ano, um programa de inversões da ordem de Cr$ 270 bilhões. O programa rodoviário (financiado através do impôsto único sôbre lubrificantes) experimentou substancial expansão no tocante à construção e pavimentação, única forma realista de reduzir os custos daquele transporte.

Nessa fase inicial, é fora de dúvida que os reajustamentos de valôres, nas tarifas dos serviços públicos, nos preços dos produtos agropecuários, e, principalmente, na taxa de câmbio, exerceram sérios reflexos sôbre o custo de vida. Os preços, entretanto, teriam subido em proporções muito maiores, no curso do ano, se o Govêrno tivesse preservado o regime de subsídios e mantido o congelamento da taxa de câmbio. Em vez do *deficit* de caixa do Tesouro de Cr$ 699,7 bilhões, o desequilíbrio financeiro seria superior a dois trilhões de cruzeiros. Em vez de emissões de papel-moeda para financiar o *deficit*, da ordem de Cr$ 300 bilhões apenas, teríamos tido, no mínimo, emissões de Cr$ 600 bilhões para aquêle fim, sem contar com as emissões próprias dos meses de novembro e de dezembro. Em vez da perspectiva de produção abundante para 1965, persistiria a escassez, não obstante as favoráveis condições climáticas. Em vez de um panorama de reequilíbrio do balanço de pagamentos, teríamos um quadro desolador de exportações desestimuladas e de importações em débito.

Politica de redução do deficit governamental

A União se empenhou em demonstrar que o combate à inflação deve partir da progressiva contenção dos deficits governamentais, através da *redução da despesa* e da *elevação da receita*.

Ao apresentar a execução orçamentária de 1964, cabe salientar que, embora o orçamento daquele ano tenha sido votado com uma estimativa de despesa e receita, respectivamente, de Cr$ 2.110 bilhões e Cr$ 1.479 bilhões, ou seja, uma previsão de *deficit* de Cr$ 631 bilhões, sabia-se, desde o primeiro momento, que essas quantias não correspondiam à realidade.

Às despesas extra-orçamentárias e à insuficiência das verbas votadas, veio somar-se o aumento do funcionalismo civil e militar, modificando inteiramente o quadro das despesas da União. A êsses fatôres devemos somar os Restos a Pagar e Créditos Especiais transferidos de exercícios anteriores e o suprimento obrigatório de financiamentos às autarquias federais e sociedades de economia mista, cujos orçamentos de despesas são constantemente ultrapassados pela inflação. Finalmente, mencione-se a substancial redução de recursos imposta ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, face à política de subsídios às importações de petróleo e trigo, obrigando o Tesouro a suplementar os recursos daquelas Autarquias com vultosas emissões de papel-moeda. No que se refere ao petróleo, êsse prejuízo era maior ainda, quando se sabe que o Govêrno vinha vendendo as divisas para importação na base de Cr$ 600 por dólar, quando a mesma moeda estrangeira lhe custava, pelo menos, o dôbro. Tudo somado, o montante potencial das Despesas da União elevava-se a Cr$ 4,2 trilhões. Como as perspectivas da Receita não se alterariam substancialmente, o *deficit* potencial do Tesouro, em 1964, era realmente da ordem de dois e meio trilhões de cruzeiros. É fácil imaginar a que níveis atingiriam os preços em conseqüência das emissões para financiar tal *deficit*.

Os subsídios ao consumo de trigo e derivados de petróleo foram eliminados, passando a importação dêsses produtos a reali-

zar-se às mesmas taxas de câmbio aplicadas às demais importações essenciais, contudo, sem pesar sôbre os ônus adicionais do sistema cambial. A curto prazo, os resultados dessa decisão se fizeram sentir sôbre os preços internos. Porém, a prazo mais longo, à medida em que a arrecadação se normalizava, reduziam-se as pressões no sentido das emissões de papel-moeda, cujos efeitos inflacionários seriam muito mais violentos.

A extensão do aumento concedido ao funcionalismo público não permitiu que, no decorrer de 1964, fôssem feitas reduções relevantes nas subvenções às autarquias e sociedades de economia mista deficitárias. Entretanto, o processo de expansão dessas subvenções foi contido e até mesmo se alcançaram resultados positivos em alguns setores, mediante revisão das tarifas e contenção de reajustamentos salariais.

Através de um programa de contenção de despesas, formulado pelos próprios Ministérios interessados, conseguiu-se uma redução de gastos da ordem de Cr$ 360 bilhões, além do adiamento e eliminação de outras despesas, inclusive a de subsídios, em montante superior a Cr$ 600 bilhões. Também as liberações de «Restos a Pagar» e de Créditos Especiais tiveram de ser contidas, limitando-se ao mínimo indispensável as autorizações previstas na forma do artigo 48 do Código de Contabilidade Pública da União.

Do lado da Receita, foram de grande alcance as medidas solicitadas pelo Executivo e aprovadas pelo Congresso, elevando alguns impostos, principalmente os de renda e consumo, ao mesmo tempo em que se estabelecia a correção monetária dos débitos em atraso, assim como a reavaliação dos ativos fixos das emprêsas nacionais.

Conquanto algumas dessas medidas só tenham produzido resultados parciais, a partir de novembro, é de se admitir hajam proporcionado um acréscimo de arrecadação, no exercício, da ordem de Cr$ 200 bilhões. Dêsse montante, uma parcela substancial serviu para a concessão de assistência financeira aos Estados da Federação mais necessitados, nos têrmos da lei que dispõe sôbre o adicional do impôsto de consumo.

Inv. 29142

Inúmeros apelos, por parte dos Estados, de auxílio financeiro, recebeu o nôvo Govêrno ao iniciar sua administração. Havia *deficits* orçamentários que impediam o cumprimento das obrigações existentes. Reconhecendo a gravidade de vários casos, solicitou o Govêrno ao Congresso autorização para conceder assistência aos Estados com base nas receitas provenientes do aumento temporário do impôsto de consumo. Tratava-se, evidentemente, de um processo de emergência, para evitar o recurso a um acréscimo do impôsto de vendas e consignações ou, pior ainda, a novas emissões de papel moeda.

Ao lado da reforma tributária, vem a administração fazendária empenhando-se no sentido de promover uma reorganização administrativa, de modo a aparelhar-se não apenas para executar as novas leis, como também, e principalmente, para aperfeiçoar o mecanismo arrecadador. Providências nesse sentido, já adotadas ou em curso de adoção, incluem a instalação de uma rêde de Delegacias Regionais e Inspetorias Fiscais, para o nôvo Departamento de Rendas Internas; a criação do Departamento de Arrecadação, que controlará o recolhimento dos tributos por intermédio dos bancos oficiais e privados; a instituição, já determinada em Lei, de um cadastro geral de pessoas jurídicas contribuintes federais; e a remodelação dos serviços de mecanização do Ministério da Fazenda.

Como resultado dêsse conjunto de providências, a despesa potencial para o exercício — dentro de um critério de programação racional — foi limitada a Cr$ 2.623 bilhões, a qual, para uma receita esperada de Cr$ 1.870 bilhões, reduziria o *deficit* final do ano a cêrca de Cr$ 750 bilhões. Êsses resultados, anunciados desde junho passado, foram não só confirmados, mas ultrapassados na execução financeira, que encerrou o exercício com um *deficit* inferior ao previsto — Cr$ 699,7 bilhões.

Em têrmos reais, ou seja, considerando-o a preços de 1963, aquêle *deficit* de caixa corresponde a Cr$ 394,1 bilhões inferior ao de 1963, de Cr$ 504,7 bilhões. Estimado o Produto Interno Bruto de 1964 em Cr$ 18 trilhões, o *deficit* de caixa do mesmo ano corresponderia a 3,9% dêsse valor. Como o *deficit* de caixa em

1962 e 1963 representou, respectivamente, 5,2% e 5,3% do PIB, vê-se a redução da pressão inflacionária decorrente do desequilíbrio orçamentário.

É conveniente salientar, para êsse resultado, a contribuição trazida pela criação da Comissão de Programação Financeira, junto ao Ministério da Fazenda, com o objetivo principal de obter que a execução orçamentária se mantenha compatível com a programação financeira da União e o orçamento monetário.

Política de crédito às emprêsas

No tocante à concessão de crédito ao setor privado, que também tem representado causa importante de emissões de papel-moeda, a política do atual Govêrno difere daquilo que foi efetivamente a política de crédito às emprêsas, no passado. Até março de 1964, foi sempre o poder público, por causa do seu descontrôle financeiro, que levou a parte do leão no montante de créditos outorgados pelo sistema bancário. Em verdade, o total dos créditos concedidos ao setor privado permaneceu, em têrmos reais (isto é, deduzido o efeito da desvalorização monetária), virtualmente congelado, desde 1952 até 1963, embora a produção do País, nesse período, houvesse aumentado de 80%.

A política do atual Govêrno, definida no Programa de Ação e posta em prática já no ano passado, é a de permitir que os empréstimos às emprêsas privadas se expandam aproximadamente na proporção do aumento dos meios de pagamento, permitindo-lhes atender aos aumentos gerais de custos e aumentos de produção.

Essa medida, que assegura a viabilidade da política desinflacionária por etapas, salvaguardando a liquidez real do setor privado e criando condições para a manutenção e elevação dos níveis de produção e emprêgo, atende ao propósito de fortalecimento da emprêsa privada, peça fundamental do programa de desenvolvimento para os próximos dois anos.

A verdade é que aquela política de crédito vem sendo posta em execução. Não só os limites das Carteiras do Banco do Brasil são fixados com aquêle objetivo, senão também as Autoridades

Monetárias estão preparadas para utilizar os instrumentos de ação a seu dispor no sentido de que os Bancos Comerciais se integrem na política governamental.

Tendo em vista que o ritmo de aumento de preços de 1964 foi ligeiramente superior ao de 1963, a existência de menor liquidez do setor privado, no ano recém-findo, poderia ficar caracterizada no caso de manutenção ou queda na taxa de expansão do crédito através do sistema bancário. Mas, ao contrário, a expansão de empréstimos ao setor privado, em 1964, foi substancialmente superior à de 1963.

O redesconto de títulos a Bancos Comerciais, em todo o País, de janeiro até 31 de dezembro, aumentou de 149%, em comparação com apenas 53,5% no mesmo período de 1963.

As operações normais do Banco do Brasil com as emprêsas privadas, também, em todo o País e até 30 de novembro, expandiram-se de 66%, para apenas 43% no mesmo período de 1963.

No período de janeiro a novembro (último dado disponível), os empréstimos de Bancos Comerciais ao setor privado, em todos os Estados, aumentaram de 79% em 1964, e apenas 43% em 1963. Enquanto isso, de janeiro a novembro de 1964, os meios de pagamento se expandiam em 68%.

É importante assinalar, ainda, que os aumentos até agora indicados não incluem certas operações especiais do Banco do Brasil e outros estabelecimentos oficiais, e diversos fundos para financiamento à emprêsa privada, criados pelo atual Govêrno para suprir notórias deficiências do nosso mercado de capitais. Por exemplo, a Comissão de Financiamento da Produção, responsável pela execução da política de preços mínimos, e não incluída nos limites de crédito mencionados, teve seus recursos consideràvelmente aumentados. A Coordenação Nacional de Crédito Rural está operando principalmente com recursos provenientes das contrapartidas em cruzeiros de empréstimos externos. As pequenas e médias emprêsas estão sendo financiadas por meio de recursos especiais, através do BNDE e da CREAI. O Fundo de Democratização do Capital das Emprêsas (FUNDECE) está começando a fornecer capital de giro a diversas categorias de emprêsas priva-

das. As firmas exportadoras, principalmente de manufaturas, recebem refinanciamento da CACEX e da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil. Para financiamento, notadamente, de vendas de bens de capitais, um nôvo fundo (FINAME) já se encontra em início de operações.

É possível que, a despeito da assistência que não lhes tem faltado das Autoridades Monetárias, hajam alguns ramos do setor privado enfrentado problemas de liquidez, em decorrência principalmente da concentração de compromissos no final do exercício, situação a que o Govêrno procurou atender, observada a condição de que a expansão de crédito não se convertesse em instrumento de deflagração de incontroláveis aumentos de preços. Outros ramos de atividade, por outro lado, enfrentam problemas estruturais, que se têm agravado nos últimos anos e que agora apresentam caráter mais agudo, em face da necessidade de elevar os seus níveis de produtividade ou de corresponder a modificações na estrutura da procura. A êsses problemas, transferidos de períodos anteriores, soluções adequadas serão oferecidas, em casos concretos.

Cabe, aqui, referência particular ao papel atribuído ao fortalecimento da emprêsa nacional dentro da presente política de desenvolvimento.

Antes de tudo, constituiu, desde o início, preocupação fundamental do nôvo Govêrno criar as condições gerais indispensáveis à sobrevivência e expansão do setor privado, pela estabilidade social, pela suspensão de greves políticas e pelo desaparecimento da tendência à estatização asfixiante.

Em seguida, foi a política de combate à inflação, segundo já exposto, concebida de modo a facilitar o período de adaptação dos padrões de comportamento dos produtores e comerciantes. Acabamos de mostrar, a propósito, que a expansão de crédito ao setor privado, em 1964, se revelou superior à de anos anteriores.

Cabe, além disso, referência às medidas fiscais destinadas a favorecer a capitalização das emprêsas, seja quanto à permissão para acelerar a depreciação de equipamentos novos em certos setores-chave (indústrias química, têxtil, de cimento, de produtos

alimentícios, de calçados, etc.); seja quanto à reavaliação de ativos, eliminando-se gradualmente a tributação sôbre lucros ilusórios (que era de 10% e já foi reduzida para 5%); seja quanto ao cálculo da depreciação sôbre o capital atualizado, e não sôbre o custo histórico, para permitir a reposição do equipamento; seja quanto à dedução, para efeito do cálculo dos lucros extraordinários tributáveis, de uma provisão para manutenção do capital de giro real das emprêsas. É possível que algumas emprêsas não hajam ainda percebido o alcance de tais medidas, considerando apenas o ônus representado pela tributação sôbre a reavaliação dos ativos.

Por outro lado, merecem ser mencionadas as medidas de mobilização de recursos externos para favorecer as emprêsas nacionais através do FINAME, do FUNDECE, do mecanismo de assistência à pequena emprêsa, e da realização de acôrdos com a Aliança para o Progresso, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial e outras instituições financeiras internacionais, no sentido de que pelo menos uma parcela dos financiamentos externos possa ser aplicada na compra de equipamentos produzidos no País, ou em construção e obras civis.

Política Salarial

Cumpre esclarecer, mais uma vez, o conteúdo da presente política salarial, que o poder público, através do Conselho Nacional de Política Salarial, vem observando na área do serviço público federal (em sentido amplo) e transmitindo à Justiça do Trabalho, como o ponto-de-vista do Govêrno em relação ao julgamento dos dissídios coletivos.

A continuar o processo de agravamento da inflação, seria natural o procedimento tradicional de reajustamentos de salários na base dos aumentos do custo de vida, e a intervalos cada vez menores. Não durante um programa desinflacionário, quando aquela fórmula passaria a constituir considerável fator de elevação de custos e de exacerbação do processo inflacionário.

É conhecido, por outro lado, o mecanismo de flutuações violentas dos salários reais (ou seja, em têrmos de poder aquisitivo) a que a espiral preços-salários-preços tem conduzido: os salários reais são restabelecidos ao nível de um certo pico e passam a sofrer acelerado processo de desgaste, encaminhando-se para o fundo de um vale, até a próxima ocasião de reajustamento.

O que a fórmula de reajustamento salarial do Govêrno assegura é a manutenção do salário real médio dos indivíduos, nos últimos dois anos. Não há, assim, redução no poder de compra médio, ou seja, do salário efetivamente percebido naquele período.

Não apenas isso: assegura-se a participação do assalariado, sem atraso, nos frutos do desenvolvimento econômico, por estar incluída uma parcela de aumento correspondente à elevação da produtividade. Também se leva em conta o resíduo de inflação previsto para o período seguinte.

Tal política salarial é consentânea com os interêsses dos trabalhadores. É parte necessária da política de desenvolvimento econômico, por preservar a capacidade de poupança nacional. Sua execução, além disso, é essencial ao êxito da política de combate aos aumentos de preços.

Providências do lado da oferta

Limitar o combate à inflação ao chamado ataque do lado da oferta, ou seja, ao esfôrço de aumento da produção, seria por certo insuficiente. Levando-se em conta o quadro inflacionário brasileiro, com os meios de pagamento aumentados de 50 e até de 80%, constitui excelente resultado, para a economia em conjunto, um aumento do Produto Nacional da ordem de 7%.

Se a ação do lado da oferta não é, por si só, suficiente, constitui ela, entretanto, instrumento valioso, em relação ao qual o Govêrno tem procurado atuar de modo eficaz. Cabe mencionar, aqui, o conjunto de medidas já postas em execução, destinadas

a impulsionar a retomada do desenvolvimento, como adiante se verá, e particularmente aquelas capazes de afetar, a curto prazo, diversos setores da produção.

No caso da agricultura, principalmente, já está evidente o resultado dos incentivos dados aos produtores e que teremos oportunidade de mostrar mais demoradamente.

Os resultados da política de combate à inflação

Ao analisar os resultados da política de contenção do processo inflacionário em 1964, a primeira observação a fazer é de que a programação financeira — consubstanciada no orçamento monetário das autoridades incumbidas da gestão econômico-financeira, e que inclui limites para o financiamento do *deficit* do Tesouro, para a expansão de crédito através das Carteiras do Banco do Brasil, e para as emissões de papel-moeda — foi executada satisfatòriamente. Os citados limites, tal como figuram no Programa de Ação Econômica, e que constituem as variáveis passíveis de manipulação direta pelas Autoridades, foram efetivamente atendidos. Isso representa, sem dúvida, o reconhecimento, por parte do poder público, do papel que lhe assiste de disciplinar a sua política fiscal e de crédito.

As emissões de papel-moeda realizadas em 1964 ascenderam a Cr$ 595 bilhões (dos quais Cr$ 60 bilhões foram recolhidos à Caixa de Amortização em janeiro de 1965). A grande intensificação das emissões ocorreu em novembro e dezembro, por motivos outros que não o *deficit* de caixa do Tesouro. As emissões de papel-moeda refletem as diferentes causas da expansão dos meios de pagamento, havendo, presentemente, a preocupação de verificar-se a influência do *deficit* do Tesouro por ser êste, há vários anos, o motivo principal da inflação brasileira. O quadro seguinte mostra que até setembro podemos atribuir parte apreciável das emissões de papel-moeda ao Tesouro. No último trimestre, porém, a evolução dos acréscimos do *deficit* caiu consideràvelmente. Outras

causas, notadamente a expansão do crédito à produção, passaram a responder, em grande parte (cêrca de Cr$ 300 bilhões), por aquelas emissões.

(Cr$ Bilhões)

PERÍODO	ACRÉSCIMOS DE EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS À PRODUÇÃO	ACRÉSCIMOS DE DEFICITS DE CAIXA DO TESOURO	ACRÉSCIMOS DE EMISSÃO DE PAPEL-MOEDA
Janeiro a Março/1964.....	146	132	75
Abril a Junho/1964.....	347	227	100
Julho a Setembro/1964.....	518	254	115
Outubro a Dezembro/1964.....	605	87	305
TOTAL:.....	1.616	700	595

A segunda observação a fazer é de que, não obstante êsse esfôrço de disciplinamento por parte do poder público, o ritmo inflacionário, no curso do ano findo, foi, ainda, sobremodo intenso. Para exemplificar, o índice do custo de vida no Estado da Guanabara (apurado pela Fundação Getúlio Vargas), elevou-se de 86,6% em 1964, taxa um pouco superior à de 1963, que foi de 80,6%.

É preciso, no entanto, fixar o significado exato dêsse resultado. Em primeiro lugar, a simples indicação das taxas não revela as tendências subjacentes. Evidentemente, não seria possível confundir a situação de dois veículos descendo uma encosta por estarem, ambos, a uma velocidade de 80km/h, quando um dêles partiu de uma velocidade inicial, digamos, de 50km/h e seguiu em contínua aceleração, enquanto o outro começou a uma velocidade de 150km/h, reduzida ao nível de 80km/h em certa altura da descida, por um esfôrço de desaceleração. Da mesma forma, é necessário observar que os aumentos de preços, em 1963 e 1964, apresentam tendências diferentes: o primeiro registrou o apogeu de um processo de aceleração constante, que em 1960 apresentou uma taxa de 24%, em 1961 de 55% e em 1963 de 81%; já o segundo representou uma fase de desaceleração, como adiante examinaremos.

Em segundo lugar, uma análise menos simplista exigirá que se divida o ano de 1964 em duas fases: a primeira até março, e que deve ser acrescentada ao ano de 1963, para efeito de apreciação, e a segunda de abril a dezembro. Se, agora, fizermos a comparação entre os dois períodos, as conclusões são as seguintes, com base no quadro apresentado:

a) no período abril/dezembro, o custo de vida na Guanabara se elevou menos em 1964 do que em 1963 (50,6% em comparação com 55,9%): a partir de maio, à exceção dos meses de junho e dezembro (êste notadamente em razão de fatôres ligados a correções no sistema de preços), os aumentos verificados em 1964 foram, em todos os meses, inferiores aos ocorridos em 1963;

b) a tendência à desaceleração fica evidenciada se compararmos a taxa média mensal dos dois períodos (a fim de eliminar variações estacionais), que foi de 5,0% em 1963 e de 4,7% em 1964; a comparação seria ainda mais expressiva se tomado um ano inteiro para confronto (abril-63/março-64 e abril-64/março-65); por sinal, a taxa de aumento já caiu a 4,5% em janeiro último, o que confirma estar a elevação maior de dezembro-64 sobremodo influenciada por fatôres estacionais e de inflação corretiva.

CUSTO DE VIDA NA GUANABARA

AUMENTOS MENSAIS (%) — 1963/1964

MÊS	AUMENTO	
	1963	1964
Abril	3,8	5,3
Maio	4,6	3,8
Junho	3,8	6,1
Julho	6,7	6,0
Agôsto	4,1	2,2
Setembro	4,3	3,5
Outubro	6,3	3,4
Novembro	6,2	5,2
Dezembro	5,9	7,5
Abril/Dezembro	55,9	60,6

FONTE: Fundação Getúlio Vargas.

Em terceiro lugar, muito embora se trate de fenômeno de difícil avaliação, a evidência da mudança de natureza do processo inflacionário pode ser vista mediante a decomposição do índice do custo de vida nos diferentes índices parciais: alimentação, vestuário, aluguel, móveis e utensílios, farmácia e higiene, serviços pessoais e serviços públicos.

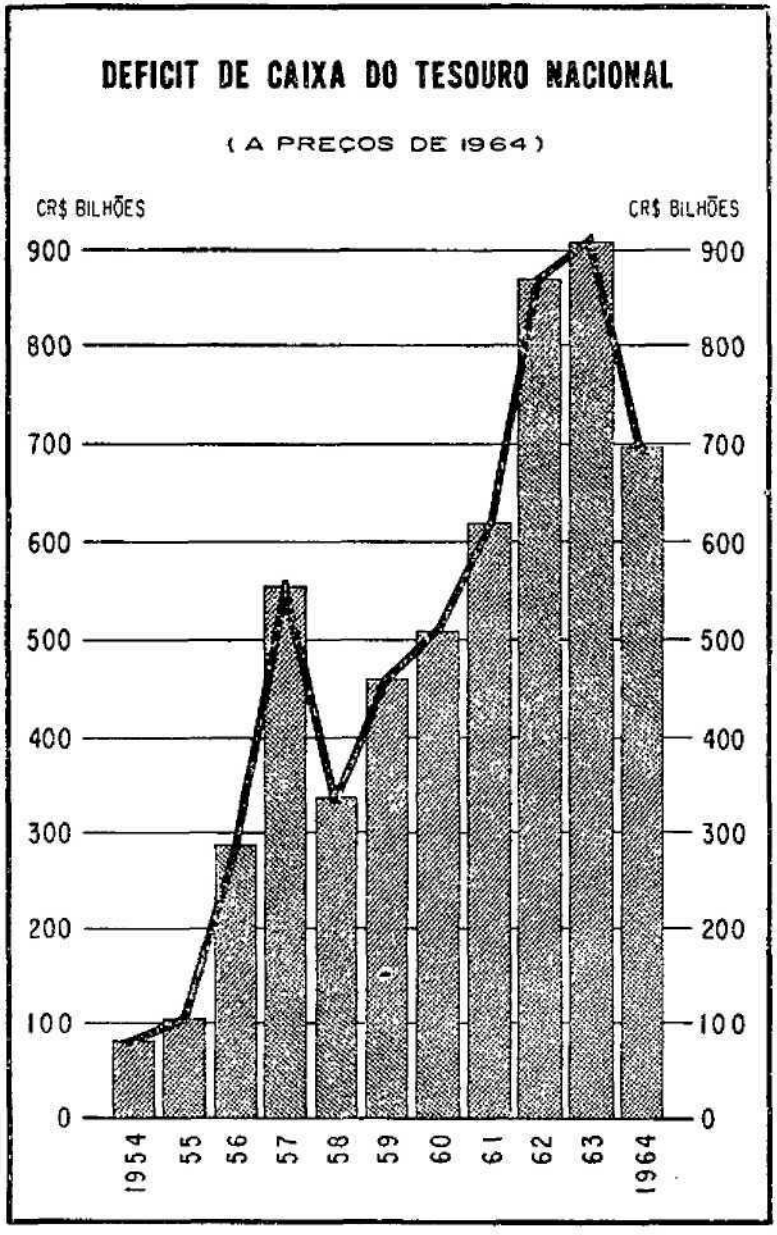
Vale observar:

a) de abril a dezembro de 1964, o índice de alimentação subiu menos (37,3%) do que o índice global do custo de vida; de abril a dezembro de 1963, o índice de alimentação subiu mais (58,8%) do que o do custo de vida (55,9%);

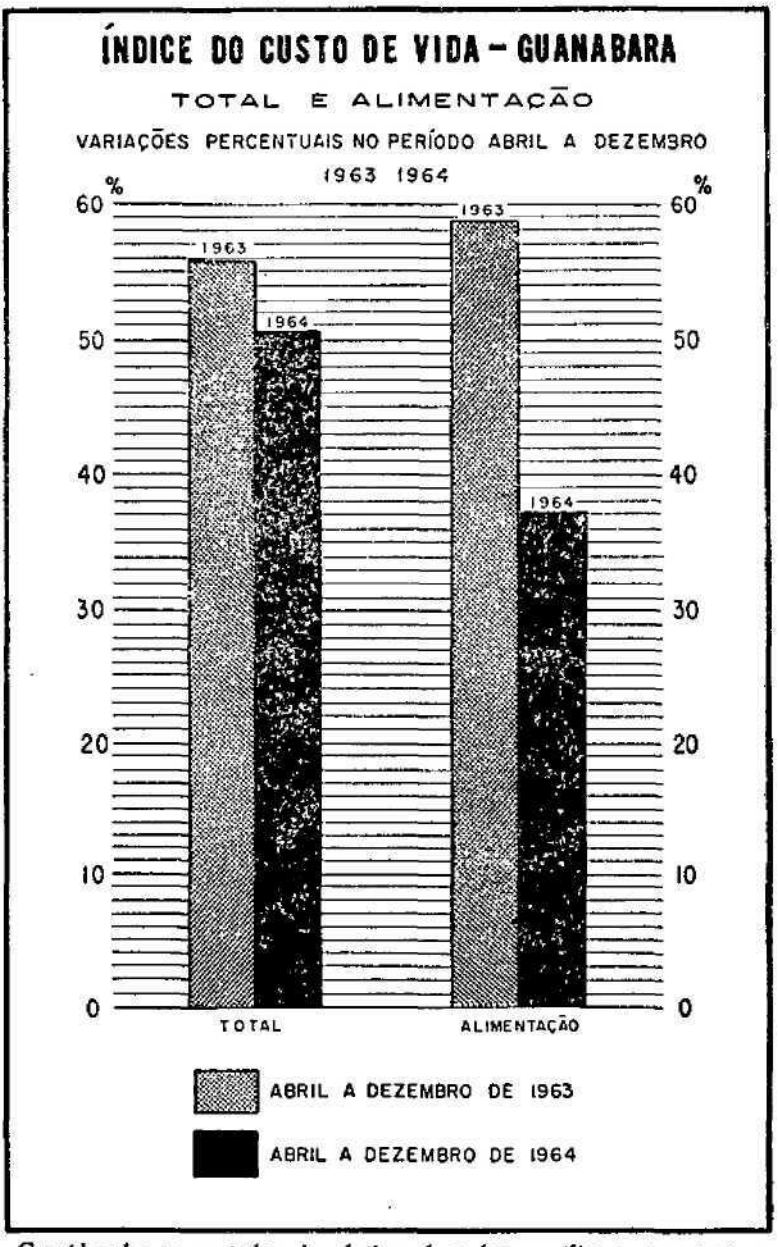
b) em 1964, e principalmente no período abril-dezembro, o índice de serviços públicos (além do de serviços pessoais e do de vestuário, êste por diferentes razões), aumentou em ritmo bastante superior ao do custo de vida em geral, o que indica a influência de um dos fatôres da inflação corretiva.

Finalmente, cabe acentuar que muitos outros teriam sido os resultados em 1964, não fôra a rápida ação das autoridades sôbre as causas, imediatas e remotas, do galope inflacionário. O *deficit* do Tesouro, como observado, teria sido superior a Cr$ 2 trilhões. No primeiro trimestre, o aumento geral dos preços foi de 25%. Para dar idéia do que se poderia esperar, se essa taxa se repetisse cumulativamente nos três outros trimestres, o ano seria encerrado com uma inflação de 144%.

A grande tarefa do ano findo consistiu em corrigir distorções e preservar o País do colapso representado pela hiperinflação. Isso se fêz simultâneamente com a preparação da retomada do desenvolvimento econômico.



Expresso em moeda constante, o deficit de caixa do Tesouro Nacional em 1964 foi inferior aos verificados em 1963 e 1962



Considerados os periodos de abril a dezembro, verifica-se que tanto o Indice de custo de vida como o Indice de preços da alimentação cresceram menos em 1964 do que em 1963

DEFICIT DE CAIXA DA UNIÃO — 1954/1964

ANOS	PREÇOS CORRENTES Cr$ BILHÕES	PREÇOS DE 1964	
		Cr$ BILHÕES	ÍNDICE
1954	4,0	80,4	100
1955	5,7	101,3	126
1956	19,3	287,3	357
1957	40,9	541,9	674
1958	28,4	335,4	417
1959	53,7	460,2	572
1960	77,7	508,9	633
1961	130,4	619,4	770
1962	280,9	870,8	1.083
1963	604,2	907,6	1.129
1964	699,7	699,7	870

B) *A Retomada do Desenvolvimento*

A tarefa de revitalizar uma economia que aparentou crescer com inflação e terminou em retrocesso, na iminência de hiperinflação, estava exigindo cuidadosa estratégia e ação imediata. A estratégia adotada, no curso de 1964, concentrou-se em dois instrumentos principais: o esfôrço de formação de capital e o aumento da produtividade dos fatôres, pelo progresso tecnológico, da maior importância, principalmente em relação à agricultura. Quanto à aceleração da formação de capital, pelo aumento da taxa de investimentos, cabe considerar os estágios relacionados com o estímulo à capacidade de poupança dos diferentes setores da economia (consumidores, emprêsas, Govêrno e setor externo); a captação dessas poupanças; e, finalmente, a efetivação dos investimentos, notadamente pela aquisição de bens de produção em geral.

Incentivo à Poupança

O propósito de elevação da taxa de poupança (ou seja, a proporção da poupança no total da Renda Interna) deverá ser atingido pela ação sôbre as diversas fontes de poupança, como resultado do efeito conjunto principalmente das politicas tributária, salarial, monetária e de capitais estrangeiros.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
BIBLIOTECA

O incentivo à poupança pessoal tem como instrumentos principais, já em vigor, a reforma dos impostos de renda e consumo (isenção, total ou parcial, de tributação sôbre a renda aplicada em certos títulos; intensificação da tributação do consumo supérfluo), a política de capitalização compulsória pelos usuários de serviços públicos e a criação de novas formas de aplicação de poupanças, acobertadas da erosão inflacionária (Obrigações do Tesouro, letras imobiliárias). Claro que os instrumentos só serão eficazes na medida em que haja elevação do nível de poupança, para um dado nível de renda, e não apenas substituição de uma forma de poupança por outra (caso dos títulos reajustáveis) ou transferência de poupança de um para outro setor (caso das isenções fiscais).

O incentivo à poupança das emprêsas, representada pelos lucros não distribuídos, é levado não apenas sob a forma de estímulos fiscais ao reinvestimento, como através da gradativa eliminação da tributação dos lucros ilusórios.

Muito embora se pretenda evitar a elevação da participação da despesa governamental no montante do Produto Interno, a poupança governamental (representada pelo *superavit* da conta corrente do Govêrno) como fração do mesmo PIB deverá aumentar, não apenas pela redução do coeficiente Despesas Governamentais Correntes/PIB, como pela elevação do coeficiente Receita Governamental/PIB. Êste último aspecto, assinale-se, não representa nenhuma pressão adicional sôbre o setor privado. O que importa, evidentemente, é a participação da despesa governamental no PIB, financiada através de tôdas as fontes, inclusive a inflacionária. É essa participação que revela o real volume de bens e serviços que está sendo absorvido pelo poder público. E tal participação, que se elevou de 8,9%, em 1955, para 14,6% em 1963, deverá manter-se na ordem de 14,3% em 1965, e 14,1% em 1966, segundo cálculos preliminares.

Com relação, finalmente, ao afluxo de poupança externa, para financiar parcela do esfôrço de investimento, o principal fator é a reformulação da política de capitais estrangeiros.

O segundo estágio do processo de aceleração do ritmo de formação de capital diz respeito, principalmente, à reestruturação

do mercado de capitais (iniciada em 1964 e a ser ativada em 1965), sem dúvida deficiente, quantitativa e qualitativamente, em conseqüência não apenas de ser o País ainda subdesenvolvido, como, e especialmente, das distorções associadas ao agravamento do processo inflacionário.

É claro que a simples existência de novos ativos financeiros, ainda que suscetíveis de correção monetária, ou de outras e mais aperfeiçoadas instituições financeiras, não constitui substituto para o esfôrço de poupança. O que se pretende, com a renovação do mercado de capitais, através não apenas da criação de títulos reajustáveis, mas também de Fundos financiados mediante fontes não inflacionárias, e através da constituição de bancos particulares de desenvolvimento — além do fortalecimento do BNDE e da criação do Sistema Financeiro ligado ao Programa Habitacional —, é não sòmente a revitalização de alguns setores retardatários da economia e a contínua expansão de outros, como também o incentivo ao hábito de poupar, resultando num aumento líquido da capacidade nacional de poupança.

Intensificação do Ritmo de Investimentos e Progresso Tecnológico

Após o exame dos aspectos relacionados com a poupança, cabe examinar os instrumentos que estão sendo utilizados com relação aos investimentos e à melhoria dos métodos de produção. O objetivo tem sido obter rápida reação do sistema produtivo, pela maior utilização da capacidade existente, assim como, e principalmente, pela aceleração da taxa de formação de capital e pelo aumento da eficiência dos fatôres associada à mudança tecnológica.

As medidas adotadas dizem respeito, notadamente, ao setor agrícola, à indústria privada e outros setores estratégicos, assim como à atuação direta do Govêrno na área dos investimentos.

Cabe referência, aqui, à contribuição que ao Programa de Investimentos Setoriais, parte essencial do Programa de Ação, será proporcionada pelos financiamentos externos, obtidos pelo Govêrno através principalmente de instituições financeiras internacionais, e

nos quais está incluída parcela destinada à compra de equipamentos nacionais e outros gastos locais.

— *Ação sôbre o Setor Agrícola*

Para a reativação do Setor Agrícola, sem dúvida negligenciado pela ação governamental em períodos recentes, pôs-se em execução, no decorrer do ano passado, um conjunto de medidas que abrangem:

a) providências com efeito de curto prazo sôbre a oferta de produtos agrícolas: intensificação do uso de fertilizantes, distribuição em massa de sementes, localização dos estoques existentes de arroz, feijão e milho nas respectivas áreas produtoras e embarque para os locais em que se verificava a escassez;

b) incentivos gerais à produção, destacando-se a eliminação gradual de contrôles de preços, à medida que as disponibilidades de bens agrícolas fôssem atingindo níveis adequados, e a eliminação de restrições cambiais à exportação, sem prejuízo do consumo interno.

Por outro lado, medidas importantes foram adotadas no tocante às políticas de *preços mínimos* e de *crédito rural*. No tocante à primeira, reformulada recentemente, estabeleceu-se:

a) fixação dos preços mínimos pelo período de dois anos, e antes da época de plantio, para maior estímulo ao produtor;

b) interiorização dos preços mínimos, com a utilização de tôda a rêde bancária, oficial e particular, para efeito de implementação da política em referência;

c) reajustamento dos preços por ocasião de cada safra, tendo em vista as elevações de preços desde a data da fixação dos preços mínimos.

Com relação à política de crédito agrícola, cabe registrar a assistência financeira mais ampla, em 1964, por parte não apenas do Banco do Brasil e outros estabelecimentos oficiais, mas também da rêde bancária particular, em decorrência de ter sido elevado o montante dos valôres efetivamente aplicados em financiamentos agrícolas, pelos Bancos Comerciais, suscetíveis de dedução dos recolhimentos compulsórios à ordem da SUMOC. É altamente

significativo assinalar que, enquanto o total dos empréstimos rurais concedidos em 1963, através dos bancos federais, estaduais e particulares, foi da ordem de Cr$ 280 bilhões, em 1964 aquêle montante é estimado em Cr$ 570 bilhões.

Medida de real alcance foi a criação da Coordenação Nacional de Crédito Rural e do Fundo Nacional de Refinanciamento Rural, constituído de recursos provenientes de empréstimos externos, da contrapartida em cruzeiros do acôrdo com a USAID relativo à importação de fertilizantes e dos acôrdos referentes à PL 480; e de recursos internos, de diferentes procedências.

— *Ação sôbre a Indústria Privada e Setores de Infraestrutura*

A política em relação ao setor industrial tem por objetivo a retomada das elevadas taxas de crescimento observadas até 1961. De 1947 a 1961 o produto real da indústria se expandiu a uma taxa média de 9,7% a.a., ritmo que caiu para 7,7% em 1962 e 0,7% em 1963.

A tendência declinante agravou-se no último trimestre de 1963 e no primeiro trimestre de 1964, em conseqüência não apenas do racionamento de energia elétrica, como, e principalmente, da agitação social e grave inquietação política, consoante a análise anteriormente levada a efeito.

A recuperação do dinamismo do setor industrial como um todo depende de evitar-se a possível subutilização da capacidade instalada, em alguns setores, assim como, e notadamente, de lograr-se a aceleração da formação de capital. Com relação a êste último aspecto, cabe distinguir, entre as medidas postas em execução no ano findo, aquelas de ordem geral, atingindo o setor industrial em conjunto ou certos grupos de indústrias, e as de caráter específico, destinadas a estimular determinada indústria ou área.

É de salientar, no primeiro grupo, o incentivo imediato aos investimentos nas indústrias química, têxtil, de cimento, de produtos alimentícios e de calçados, entre outras, pela permissão para acelerar a depreciação de novos equipamentos, até 1968. Destacam-

se, ainda, o sistema, já montado, de assistência à pequena e média emprêsa, através do Banco do Brasil (utilizando recursos da Aliança para o Progresso) e do BNDE (com recursos do BID); o Fundo de Democratização do Capital das Emprêsas, para financiamento de capital de giro a emprêsas dispostas a abrir seu capital social; e o mecanismo de financiamento às exportações de produtos manufaturados, pelas Carteiras de Câmbio e de Comércio Exterior do Banco do Brasil.

Medida das mais relevantes foi a criação recente do Fundo de Financiamento para a Aquisição de Máquinas e Equipamentos (FINAME), que em 1965 desempenhará importante papel.

Com referência à política de revitalização de certos setores de infraestrutura, importantes, seja pela sua significação do ponto de vista de emprêgo de mão-de-obra, ou como fontes de economias externas, cumpre mencionar a reforma habitacional, a ser examinada mais adiante, e a nova política em relação ao setor de energia elétrica. Compreende esta, não apenas uma política realista de tarifas, para permitir a remuneração do investimento no setor (o qual, por sua vez, eleva os recursos captados através do impôsto único de energia elétrica), senão também a capitalização compulsória pelos usuários dos serviços (não devendo ultrapassar esta o nível de 3% do investimento realizado) e a captação de recursos externos complementares.

O Fundo Rodoviário Nacional, que chegara ao ponto de mal atender ao pagamento do funcionalismo e de dívidas acumuladas, está agora em condições de financiar um grande programa no setor de transportes rodoviários, mercê da revisão da legislação do impôsto único sôbre combustíveis e do abandono da política de irrealismo em relação à taxa cambial para importações de petróleo. Compreendendo não apenas a expansão da construção de rodovias, como também, e com particular ênfase, a pavimentação daquelas consideradas preferenciais, representa êsse programa substancial contribuição à redução dos custos de transportes, dada a importância que, nesse sentido, representa a pavimentação na conjuntura brasileira.

Por outro lado, iniciou-se em 1964 o trabalho de recuperação dos sistemas de transportes nas áreas ferroviária, portuária e

marítima, cuja produtividade atingira níveis extremamente baixos. Num país em que os transportes absorvem cêrca de 30% do total de investimentos anuais, impressiona o desperdício representado pela grande queda nos índices de rendimento daqueles setores.

— *Ação Governamental direta nos Investimentos*

Conforme a análise já empreendida, vem o Govêrno Federal desenvolvendo decidido esfôrço para elevação da sua poupança, esfôrço que, em 1964, se viu prejudicado pela necessidade de, logo nos primeiros meses, conceder substancial reajustamento nos vencimentos de servidores civis e militares, em conseqüência do ritmo avassalador dos aumentos de preços registrados em fins de 1963 e comêço de 1964.

A fim de intensificar o ritmo de formação de capital do setor público, procura o Govêrno modificar sensìvelmente a composição de suas despesas, em favor dos investimentos. Busca, também, aumentar a eficiência dos investimentos públicos, mediante a correção dos desperdícios resultantes da duplicação de investimentos competitivos, da descoordenação entre as obras federais, estaduais e municipais, e da falta de programação adequada.

Os programas de aplicações executados em 1964, não apenas pela administração centralizada (Ministérios) mas também pela administração descentralizada, através de autarquias e emprêsas de economia mista, como a PETROBRÁS, a ELETROBRÁS, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Cia. Vale do Rio Doce e muitas outras, estão sumariados na Parte IV desta Mensagem, que cuida dos aspectos setoriais da atividade nacional.

Cabe tratar aqui da atuação dos dois maiores estabelecimentos de crédito oficiais, o Banco do Brasil e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Na política do crédito ao Banco do Brasil cabe destacar a ênfase concedida às operações agropecuárias, tanto pela Carteira de Crédito Geral como pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

No período até dezembro, o total de empréstimos desta última aumentou de 96%, sendo 71% em relação aos pecuários e 101% em relação aos agroindustriais. Os financiamentos a cooperativas agropecuárias elevaram-se de 145%.

Entre os recursos utilizados pela CREAI, contam-se os resultantes de convênio com a Aliança para o Progresso (USAID), no total de Cr$ 16 bilhões, aplicados na ampliação e instalação de indústrias agropecuárias de caráter pequeno e médio.

A colaboração financeira concedida pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, no exercício de 1964, alcançou nível bastante significativo, registrando um volume global de Cr$ 137,1 bilhões sob a forma de financiamentos e o equivalente a US$ 27,5 milhões como garantia de créditos obtidos no exterior.

Em dezembro último, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico assinou, em Washington, o contrato de financiamento de 4 milhões de dólares que lhe foi concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), à conta do Fundo Fiduciário para Desenvolvimento Social, para ser aplicado em programas de treinamento e pesquisas técnico-científicas fundamentais para o desenvolvimento econômico-nacional.

Foi assinado, em 23 de dezembro último, o contrato de empréstimo no valor de 27 milhões de dólares, concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para aplicação em um programa de expansão da produção e melhoria da produtividade das pequenas e médias emprêsas industriais do País.

Ainda em 1964, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico participou de negociações que estão sendo ultimadas com o Instituto de Crédito para a Reconstrução, da Alemanha Ocidental, relacionadas com o financiamento de 27 milhões de marcos que aquela instituição deverá conceder ao Banco, provàvelmente em 1965, com a finalidade de repasse também a pequenas e médias emprêsas industriais brasileiras.

O Comportamento da Economia Brasileira em 1964

A análise dos resultados da economia nacional, no ano findo, fica sobremodo prejudicada pela situação a que foi levado o sistema estatístico brasileiro. De um lado, não existem dados regulares que permitam acompanhar a conjuntura de emprêgo. De outro, a falta de dados básicos tem impossibilitado a preparação das Contas Nacionais, a cargo da Fundação Getúlio Vargas, e dificultado o cálculo até mesmo do Produto e da Renda Interna. Os resultados do setor externo são analisados em capítulo próprio, a seguir.

Quanto ao problema de emprêgo, é conhecida, pelos dados do censo de 1960, a insuficiente absorção de mão-de-obra pelas indústrias de transformação, no período de 1950-1960: enquanto a população urbana crescia em média de 5,4% a.a., o emprêgo industrial crescia apenas cêrca de 3% a.a. Em período mais recente, de 1957 a 1961, esta última taxa teria sido de 3,5% a.a. Foi êsse o motivo básico de haver o atual Govêrno lançado uma política de emprêgo, que tem como instrumentos não apenas a intensificação dos investimentos, necessários à absorção de mão-de-obra adicional, como o Plano Habitacional, para estímulo à construção civil; a ampliação de oportunidades de empregos rurais, por meio da reforma agrária; e o incentivo às exportações.

Tem o poder público permanecido atento aos aspectos conjunturais do problema, e, não obstante a inexistência de elementos completos, segundo já assinalado, a utilização de dados parciais e os resultados dos estudos da Comissão Interministerial criada para tal finalidade, ao término de 1964, permitem concluir estar o mercado de trabalho em efetiva recuperação, com os índices de empregos superiores aos do final de 1963. Trata-se, evidentemente, de visão geral, que não impede concentre o Govêrno particular atenção nos setores em que o problema possa apresentar relevância por motivos de ordem conjuntural ou estrutural.

Com referência ao crescimento do Produto Interno, até o momento em que se encerrou a elaboração desta Mensagem, não

eram disponíveis os dados globais, que permitissem uma avaliação do desempenho da economia em seu conjunto.

Convém, entretanto, recordar aqui alguns aspectos da conjuntura econômico-social de 1964 que devem ter exercido considerável influência sôbre os resultados do ano findo, e entre os quais sobreleva o quadro de recessão observado no primeiro trimestre.

Em primeiro lugar, a safra agrícola 63/64 (que se estendeu até maio de 1964) foi bastante inferior à anterior notadamente o café, cuja queda foi de 60%. Isso se deveu não apenas a fatôres climáticos (sêcas, de um lado, e enchentes, de outro), como, e notadamente, a fatôres políticos e sociais: a desorganização nos campos em conseqüência da luta de classes, as ameaças de reforma agrária radical, etc.

Por outro lado, o racionamento de energia elétrica (que se estendeu até outubro) e a crise político-social (pontilhada de greves e dissídios coletivos) também produziram terríveis efeitos sôbre a produção industrial, particularmente no início do ano.

É evidente que as medidas adotadas, ao longo de todo o ano, com caráter anti-recessivo e de estímulo ao produtor, nem sempre poderiam produzir efeito imediato. No setor agrícola, por exemplo, em que a reação foi substancial, só agora, na safra 64/65, poderiam aparecer os resultados.

Fator relevante, igualmente, é representado pela queda dos investimentos em 1962 e 1963. O maior efeito dessa redução só se veio fazer sentir mais tarde, parcialmente, em 1964, quando novos investimentos deveriam estar terminados e iriam acrescer a capacidade de produção, o que não ocorreu em virtude de não terem sido iniciados nos anos anteriores.

Diante de todos êsse fatôres, e a despeito da taxa de crescimento nìtidamente positiva do segundo semestre, assim como da recuperação verificada não apenas no setor primário senão na indústria e nos serviços, é possível que o ano de 1964, como um todo, apresente algum decréscimo do produto real em relação a 1963.

Como no caso da inflação, uma análise correta exigiria se dividisse o ano de 1964 no período anterior e posterior ao atual

Govêrno. A carência de dados, no momento, não permite tal tipo de apreciação.

É possível, entretanto, estabelecer o confronto entre o desempenho do setor industrial no primeiro e no segundo semestre, com base no quadro seguinte.

ATIVIDADE INDUSTRIAL — 1964

(VARIAÇÕES PERCENTUAIS DO VOLUME FÍSICO DA PRODUÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	I.º SEMESTRE	ANO
Indústria Manufatureira	— 7,2	— 1,2
Alimentação	— 17,9	— 4,1
Têxtil	— 11,8	— 4,4
Siderúrgica e Metalúrgica	+ 7,6	— 5,8
Química e Farmacêutica	— 0,9	+ 7,7
Automobilística	— 2,8	+ 5,6
Cimento, Cerâmica e Vidros	+ 5,2	+ 7,7
Material Elétrico	— 15,9	— 7,9
Petróleo	— 8,9	— 4,6
Editorial e Gráfica	— 13,6	— 6,6
Bebidas	— 17,9	— 10,9
Borracha	— 6,2	+ 0,8
Fumo	— 16,5	— 10,5
Couros	— 26,0	— 5,0
Outras	— 5,4	+ 5,0
Indústria de Construção Civil	...	+ 7,7
Indústria de Energia Elétrica	— 4,1	— 1,0
Indústria Extrativa Mineral	+ 29,4	+ 22,4
TOTAL	— 6,4	— 0,4

Fonte: Conjuntura Econômica.

A primeira observação é de haver-se verificado substancial recuperação no segundo semestre: no primeiro semestre, para a produção industrial em conjunto, houve um *decréscimo* de 6,4%, que o segundo semestre conseguiu eliminar, de tal modo que para o ano de 1964 como um todo não ocorreu, pràticamente, redução em relação ao ano anterior.

Em segundo lugar, cabe salientar o comportamento satisfatório de inúmeros setores, começando pelo da construção civil. Em 1964, apresentou esta um aumento de 7,7% em comparação com 1,7% em 1963, o que revela o nôvo ritmo que se vem imprimindo a essa área, importante não apenas do ponto de vista

da formação de capital como da expansão do nível de emprêgo de mão-de-obra.

Com referência às indústrias de transformação, cabe assinalar o melhor desempenho, em 1964, das indústrias química e farmacêutica, de cimento, de couros e de inúmeras outras. A indústria automobilística apresentou crescimento superior a 5%, enquanto a de tratores se expandiu de 16%.

C — *Política Econômica Internacional*

A Ação Governamental e o Setor Externo

Os objetivos de política econômica internacional estão sendo atendidos por ações a serem desenvolvidas simultâneamente em três frentes: do comércio exterior pròpriamente dito, do mercado cambial e dos capitais estrangeiros.

— *Política de Comércio Exterior*

O Govêrno tem procurado estimular a expansão das exportações e a sua diversificação através das seguintes medidas:

i) taxas cambiais remuneradoras, a fim de manter o nosso poder competitivo nos mercados internacionais;

ii) simplificação do processo burocrático de exportação e concessão de estímulos cambiais e fiscais;

iii) adoção de práticas adequadas de financiamento às exportações. O sistema em vigor nas Carteiras de Câmbio e de Comércio Exterior do Banco do Brasil deverá ser conjugado com as facilidades de redesconto e com linhas de crédito, junto, por exemplo, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

As medidas já adotadas de incentivo às exportações incluem:

a) estabelecimento do sistema de exportações em consignação e refinanciamento das exportações;

b) fixação de quotas especiais de câmbio isentas de depósito compulsório, para que emprêsas industriais que realizarem exportações possam utilizá-las — em excesso de seus limites se-

manais de compra — no pagamento de importações e de obrigações financeiras;

c) simplificação do processo burocrático e criação do «Balcão do Exportador», na CACEX, com o objetivo de assistir às firmas exportadoras com referência ao processamento administrativo;

d) no plano estadual: projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que concede aos produtores bonificação igual ao valor dos tributos que incidem sôbre as etapas de produção das mercadorias a serem exportadas. Projeto semelhante já se acha em curso na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Por outro lado, o Govêrno continua prestigiando as iniciativas no campo internacional que visem fortalecer a posição comercial das áreas subdesenvolvidas, como, por exemplo, os acôrdos entre produtores e consumidores tendentes a preservar os preços dos produtos exportáveis em níveis satisfatórios, ou outros mecanismos defensores do nível da receita proveniente das exportações.

Quanto ao café e ao cacau, a política brasileira ensejará o cumprimento de compromissos já assumidos pelo País e procurará impedir a formação e acumulação de estoques anormais.

As importações obedecerão a duas preocupações básicas:

a) preservação do suprimento regular, à economia nacional, de matérias-primas, produtos intermediários e bens de capital de origem externa; e

b) garantia de proteção à indústria nacional para o seu desenvolvimento e consolidação, ressalvado, porém, o intuito do Govêrno de impedir a formação de práticas monopolísticas.

— *Política Cambial*

A reforma programada para o sistema cambial buscará corrigir os defeitos da inadequada política seguida principalmente a partir de fins de 1961, e que havia levado à deterioração progressiva do balanço de pagamentos e à expansão do endividamento externo. O principal objetivo é simplificar o sistema cambial

vigente, com a unificação das operações cambiais num mercado regido por uma taxa de câmbio livre e flexível, que reflita as tendências internas e externas de preços, bem como as condições de mercado.

Com essa orientação, várias medidas já foram tomadas, revogando subsidios cambiais a certas importações, transferindo as exportações de açúcar, cacau e petróleo para o mercado livre, reajustando a taxa cambial para as exportações de café e reduzindo os depósitos compulsórios para importações e transferências financeiras. Por outro lado, o Banco do Brasil passou a operar com as mesmas taxas cambiais utilizadas pelos bancos comerciais, eliminando-se assim a dualidade cambial para operações da mesma natureza.

Estas medidas constituem, entretanto, apenas uma etapa na atual política cambial. É imprescindível que esta tenha continuidade e seja coerente com as demais medidas do Plano de Ação, de forma que as prescrições de ordem cambial se coordenem com as monetárias, creditícias, fiscais e salariais.

— *Política de Capitais Estrangeiros*

A colaboração do capital estrangeiro não deve criar uma situação de inferioridade para o empresário nacional, que será contemplado com medidas adequadas de apoio, e particularmente de financiamento por parte das instituições oficiais.

A política de capitais estrangeiros configurada no Programa de Ação considera os recursos financeiros externos um meio para acelerar o desenvolvimento econômico do País.

Idéias erradas em relação aos efeitos do capital estrangeiro levaram à criação de um clima hostil, contribuindo para o estancamento do seu influxo em passado recente, depois da importante contribuição que teve para o desenvolvimento da economia nacional em anos anteriores e especialmente no período 1957-61, em resposta a um tratamento legal menos restritivo. O atual Govêrno pretende restabelecer as condições que tanto estimularam os investimentos diretos naquele período e, para tal fim, solicitou ao Congresso Nacional as modificações necessárias, já aprovadas, na Lei de Remessas de Lucros.

O Balanço de Pagamentos

O Balanço de Pagamentos registrou, em 1964, o *deficit* de US$ 602 milhões em tôdas as moedas, observando-se expressiva melhoria no saldo de mercadorias (+ US$ 88 milhões), em relação ao ano anterior. Do *deficit* apurado em 1964, cêrca de 10 % se originaram do movimento em contas-correntes, respondendo o saldo líquido de capitais pelos restantes 90 %.

BALANÇO DE PAGAMENTOS

(Em milhões de dólares)

ITENS	1963	1964
A. TRANSAÇÕES CORRENTES	— 132	— 60
1. MERCADORIAS	112	200
Exportação (FOB)	1.406	1.380
Importação (FOB)	— 1.294	— 1.180
2. SERVIÇOS	— 268	— 280
Receita	88	97
Despesa	— 356	— 377
3. DONATIVOS (líquido)	24	20
B. MOVIMENTO DE CAPITAIS	— 446	— 542
4. INGRESSO DE CAPITAIS AUTÔNOMOS	356	235
5. SAÍDA DE CAPITAIS (autônomos e compensatórios)	— 802	— 777
C. DEFICIT (A + B)	— 578	— 602

FONTE. SUMOC.

A circunstância de o resultado das contas de capital autônomo agravar o *deficit* registrado em transações correntes, que, note-se, foi reduzido sensìvelmente em 1964, dá bem a medida das repercussões desfavoráveis da política do Govêrno anterior — gerada em ambiente hostil aos capitais estrangeiros — de endividamento externo sem planejamento adequado, incompatível com a capacidade de pagamento do país a curto e longo prazos. A recuperação não pode ser imediata, pois a reversão das expectativas dos

investidores e financiadores externos, notadamente privados, demanda regular prazo para materializar-se em novas entradas de capitais.

— *Exportações*

Estima-se que a receita das exportações em 1964 tenha alcançado, aproximadamente, o mesmo nivel de US$ 1.400 milhões atingido em 1963. Registrou-se apreciável recuperação da receita cambial produzida pela exportação englobada na rubrica «Outros Produtos» (total geral, exclusive café, algodão, cacau e derivados, açúcar e minérios), em razão das medidas de estímulo adotadas, principalmente de taxas de câmbio realísticas.

Entretanto, essa recuperação contrapôs-se a quedas das receitas dos principais produtos da pauta, *à exceção do café*. Essas quedas ocorreram, efetivamente, em razão de condições peculiares à conjuntura de cada um dêsses produtos, como redução de preços externos e aumento da competição internacional, no caso do algodão, e condições climáticas adversas, reduzindo a produção nacional, no pertinente ao açúcar.

EXPORTAÇÕES (FOB)

(Em milhões de dólares)

ITENS	1963	1964	+ ou — EM 1964
Café	748	755	+ 7
Demais produtos	658	625	— 33
algodão	114	102	— 12
cacau e derivados	51	46	— 5
açúcar	72	35	— 37
minérios	95	93	— 2
de ferro	71	74	+ 3
manganês	24	19	— 5
outros	326	349	+ 23
TOTAL	1.406	1.380	— 26

FONTE: SUMOC

O declínio da receita cambial de cacau em amêndoas vinculou-se a fatôres de origem externa. Por fôrça do aumento da produção mundial, as cotações internacionais declinaram sensìvelmente em 1964. Com o objetivo de estabilizá-las, firmou-se no Rio de Janeiro, em setembro, acôrdo entre produtores, reunindo o Brasil, Nigéria, Gana, Costa do Marfim, República dos Camarões e Togo. Posteriormente, em novembro, como não se verificava melhoria dos preços, decidiram os signatários do acôrdo do cacau suspender temporàriamente suas vendas, que já foram retomadas.

O mercado de minério de ferro caracteriza-se presentemente por uma transformação estrutural do consumo. A utilização da hematita compacta, de grande interêsse para o Brasil, perde terreno em relação aos «sinters» e «pellets», que são minérios semi-industrializados, de alta produtividade nos altos fornos siderúrgicos. Assim, em não se adaptando a essa nova tecnologia, poderá o País defrontar-se com problemas generalizados pelo eventual enfraquecimento dos mercados externos. Por aí se tem indicação do prejuízo acarretado ao País por uma orientação que vem de ser ultrapassada, a qual manteve por longo tempo em nível inexpressivo, em face de nossas potencialidades como produtores mundiais, as exportações de hematita.

Entretanto, devido à existência de processos siderúrgicos que ainda utilizam minérios brutos em larga escala como matéria-prima, o Brasil, independentemente do esfôrço que vem desenvolvendo para adaptar-se ao nôvo tipo de consumo, conseguiu manter, e mesmo expandir, seus mercados compradores.

Ao contrário, o mercado do manganês não apresenta a mesma flexibilidade, além do que prevalece uma limitação da produção destinada à exportação, com vistas à garantia e preservação das reservas minerais domésticas.

— *Café*

Quanto ao café, apurou-se receita superior à de 1963, mas correspondendo a um volume bem menor. O relativo equilíbrio

das receitas em moeda estrangeira nos dois anos deveu-se, pois, ao incremento dos preços médios observado em 1964:

	Milhões de dólares	*Milhões de sacas*	*US$/Saca*
1964	755	14,9	51,00
1963	748	19,6	39,19

Fonte: SUMOC.

A tônica da política cafeeira do atual Govêrno foi o tratamento do setor como uma parcela da programação global. Nesse sentido, as medidas postas em prática foram objeto de análise conjunta pelos órgãos responsáveis pela política econômica e financeira do Executivo. Conseguiu-se, assim, ação mais efetiva e a unidade indispensável, inexistente anteriormente, ao sincronismo da política cafeeira com a política econômico-financeira global.

Objetivou-se, com a política do café, a regularização do mercado do produto. A situação encontrada em abril de 1964 já apresentava os primeiros indícios de formação de uma conjuntura de baixas exportações e queda de preços, com os estoques nos países consumidores em nível elevado e inflacionada a oferta de café no exterior pelo aumento desproporcionado das quotas de exportação, votadas no início do ano pelo Conselho da Organização Internacional do Café.

Até fins de fevereiro registrara-se inusitada movimentação de vendas, cuja origem se vincula às geadas ocorridas no Paraná em 1963 e à prolongada sêca que assolou São Paulo no mesmo ano, bem como a certa dose de especulação que acentuou os efeitos do declínio da produção exportável.

O volume das exportações nesse período, acompanhado da elevação das cotações internacionais, atingiu níveis imprevistos, que levaram à formação de estoques anormais nos mercados consumidores, uma vez que o ritmo de vendas de café superava de muito os índices de consumo das praças compradoras.

Desde que se afigurava ponto pacífico a queda do volume das vendas de café por determinado período, independentemente de

qualquer redução de preço que se deliberasse efetuar, a solução alternativa, que se tornou imperativa, foi no sentido da defesa dos preços externos do café.

Além disso, no plano interno, enfrentaram-se problemas de comprovados reflexos negativos sôbre o volume físico da exportação do produto. Com efeito, êsses problemas surgiram antes e depois da aprovação, pelo Conselho da SUMOC, do plano financeiro e comercial da atual safra. Antes, as exportações retraíram-se, ante a expectativa de exportadores e importadores, quanto às normas que viriam a ser aprovadas. Posteriormente, a retração prosseguiu, pela nova ordem de expectativa gerada, desta vez com a campanha em prol da paridade dos preços de cafés novos e velhos, medida que só pôde ser tomada, a 1.12.64, através da Instrução nº 283, da SUMOC.

Se a desigualdade das safras afetou o volume das exportações, notadamente em razão da forte campanha movida, representava ela, à época, uma opção do Govêrno, como medida anti-inflacionária e de defesa dos «preços-ouro» do produto.

É de se notar que a obtenção de uma receita cambial superior à dos últimos seis anos só foi possível em decorrência do mecanismo de sustentação estabelecido pelo Brasil, que englobou tôdas as etapas da comercialização do café, desde as fontes produtoras até os portos de exportação.

Empenhou-se o País na correção dos problemas decorrentes do estabelecimento de níveis inadequados de oferta do produto, abstendo-se, inclusive, de uma ação intempestiva de vendas — como ocorrera freqüentemente nos anos anteriores — a fim de que seu objetivo de ordenação do mercado fôsse atingido.

O Brasil vem pugnando pela implantação, no seio da OIC, de mecanismo estabilizador de preços. Elaborou e apresentou a essa Organização um plano de estabilização e aperfeiçoamento do convênio, baseado nos seguintes pontos:

a) a redução imediata do volume das quotas estabelecidas para o ano-convênio 1964/65;

b) a introdução, dentro do Acôrdo, de um sistema de quotas-preço, que venha a propiciar o ajustamento da oferta em função das variações de preços;

c) a criação de um Fundo Internacional do Café, a fim de que os produtores possam conseguir o financiamento necessário à execução de suas políticas de retenção de excedentes, acompanhadas de medidas de diversificação da produção.

Através do mecanismo semi-automático de vinculação de quotas a preços, conforme propõe o plano brasileiro, estará o País em pé de igualdade com os demais produtores, no sentido de não mais arcar, isoladamente, com a absorção da maior parcela derivada do excesso de quotas.

O Brasil teve sua tese de redução de quotas aceita pelos demais membros da Organização Internacional do Café, daí resultando, em fins de 1964, a suspensão, pelos membros da Organização, da distribuição de 1 milhão de sacas adicionais, reduzindo-se, então, a quota global para 47,5 milhões de sacas. Continuaram as gestões brasileiras para redução dessa quota para 45,5 milhões, que lograram êxito em meados de fevereiro último, com a decisão da Junta Executiva daquela Organização de recomendar a redução de 4% nas quotas de exportação para o ano 1964/65.

Avançou-se, em 1964, rumo aos objetivos da política de racionalização da produção interna, pois se procurou manter a remuneração do setor café em níveis que não fôssem estimuladores de uma indiscriminada produção. Foram incentivadas, da mesma forma, as culturas substitutivas, consoante os planos do GERCA, ao mesmo tempo em que o Conselho da SUMOC aprovava a verba especial de Cr$ 43,6 bilhões, para financiamento à construção de usinas de açúcar e outros empreendimentos industriais nas zonas cafeeiras.

Durante o ano de 1964 deu-se prosseguimento ao programa de vendas realizadas através de Entrepostos do Instituto Brasileiro do Café, localizados no exterior, com o objetivo de garantir a participação do café brasileiro em mercados que se encontram sob

pressão das ofertas de café africano, bem como conquistar novos mercados que não têm ainda desenvolvido o hábito de consumo da bebida.

Cabe referência a uma série de medidas tomadas internamente, tanto no nível da produção como da distribuição e do financiamento, e que deverão reverter em benefício da reorganização, em bases mais eficientes, da cafeicultura nacional.

Finalmente, a possibilidade próxima de aprovação da legislação complementar do convênio internacional do café, pelo Congresso norte-americano, abre perspectivas favoráveis para a posição estatística futura do café no mercado mundial.

— *Importações*

As importações globais são calculadas em US$ 1.180 milhões em 1964, registrando um decréscimo de US$ 114 milhões em relação a 1963. A diminuição deveu-se particularmente aos menores ingressos de produtos manufaturados, químicos, farmacêuticos e semelhantes, e de máquinas e veículos.

IMPORTAÇÕES (FOB)

(Em milhões de dólares)

ITENS	1963	1964	+ ou — em 1964
Petróleo e derivados	194	193	— 1
Trigo em grão	139	156	+ 17
Maquinaria e veículos	408	371	— 37
Produtos químicos e farmacêuticos	151	120	— 31
Manufaturados	249	175	— 74
Outros	153	165	+ 12
TOTAL	1.294	1.180	— 114

FONTE: SUMOC.

De um modo geral, a redução das importações operou-se em função das medidas de contenção adotadas pelo Govêrno (elimi-

nação de subsídios cambiais e disciplinamento dos dispêndios em moeda estrangeira).

Paralelamente, reduziram-se significativamente, como reflexo das restrições anteriormente vigentes aos capitais estrangeiros, as entradas no País de bens sem cobertura cambial, sob a forma de investimentos e financiamentos específicos:

(Em milhões de dólares)

ESPÉCIE	1963	1964	+ ou — em 1964
Investimentos	18	8	— 10
Financiamentos	188	100	— 88

FONTE: SUMOC.

Estabilizaram-se as despesas cambiais com as importações de petróleo, tendo prosseguido o declínio das compras no exterior de derivados e aumentado o dispêndio com a aquisição de óleo bruto.

Os dados preliminares referentes a trigo indicam importações da ordem de US$ 156 milhões em 1964, inclusive US$ 83 milhões financiados a longo prazo, para pagamento em cruzeiros, sob os auspícios da Lei Pública Americana nº 480.

— *Serviços*

Embora a receita de serviços em 1964 se tenha elevado de US$ 9 milhões, em relação a 1963, a despesa aumentou de US$ 21 milhões. O *deficit* foi de US$ 280 milhões.

Esse montante é atribuído, principalmente, à maior remessa de juros efetuada para o exterior, compreendendo não só os que incidem sôbre os financiamentos de projetos específicos e capitais compensatórios, mas também, outros de natureza diversa, parte dos quais represados no ano anterior em vista de demora na regulamentação da Lei nº 4.131.

— *Capitais e Financiamento Compensatório*

O ingresso de capitais autônomos registrados em 1964 subordinou-se à tendência cadente que se vem observando desde o final de 1961, agravada em 1963, e que atingiu seu ponto crítico em 1964 (apenas US$ 235 milhões, contra US$ 356 milhões em 1963). As saídas de capital, ao contrário, registraram nos dois últimos anos níveis excepcionalmente elevados.

MOVIMENTO DE CAPITAIS

(Em milhões de dólares)

ENTRADAS (Capitais Autônomos)			SAÍDAS (Capitais Autônomos e de Regularização)		
ITENS	1963	1964	ITENS	1963	1964
Investimentos	30	30	Amortizações	353	305
Empréstimos	231	140	Liquidação de Swaps	241	264
PL 480 (trigo americano)	31	50	Liquidação de débitos junto a Cias. de Petróleo	52	76
Outros	64	15	Resgates de atrasados comerciais	128	122
			Outros	28	10
TOTAL	356	235	TOTAL	802	777

FONTE: SUMOC.

Evidentemente, tais resultados correspondem à vigência, por quase três anos, de uma política de restrições e contrôles aplicados aos capitais estrangeiros, bem como à inexistência, até março de 1964, de um programa de racional disciplinamento de nosso endividamento no exterior.

Do *deficit* de US$ 602 milhões registrado pelo balanço de pagamentos em 1964, US$ 409 milhões correspondem a compromissos («swaps», atrasados e débitos junto a companhias de petróleo) transferidos de 1963. Assim o *deficit* resultante das transações realizadas em 1964 foi de US$ 200 milhões aproximadamente,

tendo-se verificado substancial melhoria na posição líquida dos haveres junto às companhias de petróleo (US$ 65 milhões).

Ocorrência significativa foi a de se iniciar, em 1964, a reconstituição das reservas brasileiras no exterior (aumento líquido de haveres da ordem de US$ 179 milhões). A posição dos bancos particulares no exterior também variou favoràvelmente, elevando-se os seus haveres líquidos de US$ 19 milhões.

A Consolidação da Dívida Externa e a Contratação de Novos Créditos

O objetivo do atual Govêrno, de combate ao processo inflacionário através do saneamento das finanças brasileiras, exigia a regularização dos pagamentos externos do País, através de entendimentos que recompusessem o esquema das obrigações externas e assegurassem um financiamento racional do *deficit* previsto do balanço de pagamentos.

O objetivo de retomada do desenvolvimento, por outro lado, demandava um esfôrço de mobilização de novos recursos externos que se somassem à poupança interna.

— *O Financiamento do Deficit do Balanço de Pagamentos*

A tendência deficitária do balanço de pagamentos verificada nos últimos quinze anos assumiu recentemente características mais graves pelo próprio efeito das operações sucessivas de que lançava mão o Govêrno para cobertura dos *deficits* anuais e da redução do ingresso líquido de capitais autônomos. Êsses fatôres determinaram rápido aumento do endividamento externo do País, sobretudo a curto e médio prazo, alcançando em 1º de janeiro de 1964 o valor de cêrca de US$ 3,8 bilhões (principal e juros). Êsse endividamento externo não é excessivo em relação à capacidade de pagamento a longo prazo do País, mas sua distribuição no tempo se apresentava de maneira insuportável, registrando-se enorme concentração de encargos no período 1964/66. Na realidade, os encargos correspon-

dentes ao biênio 1964/65 representavam cêrca de 48% daquele endividamento total, com compromissos da ordem de 1,038 bilhões de dólares para 1964 e 436 milhões para 1965.

Nessas condições, o financiamento do *deficit* presumido do balanço de pagamentos tornava imprescindível, de início, uma reesquematização dos compromissos do biênio e a negociação de novos créditos compensatórios.

O Reescalonamento da Dívida

No início de 1964, o Govêrno passado buscara a solução para o problema da dívida externa através de negociações com os principais credores, em base multilateral. O problema foi apresentado de maneira global no seio do Clube de Haia, expandido com a participação dos Estados Unidos da América e do Japão, em Paris, em março último. O advento da Revolução encontrou as negociações pràticamente sem perspectivas, dada a reação negativa dos credores ante a ausência de um programa sério de reabilitação da economia brasileira.

O atual Govêrno retomou em novas bases aquelas negociações, procurando por etapas (a) a consolidação dos compromissos relativos a créditos de fornecedores com os países do nôvo Clube de Haia e (b) o adiamento de compromissos relativos a créditos compensatórios de governos ou agências internacionais.

A primeira etapa, relativa ao reescalonamento dos compromissos de créditos de fornecedores, concluiu-se com êxito pela Ata de Paris, de 1 de julho de 1964 e pelos Acôrdos bilaterais de consolidação dela decorrentes, assinados com os Estados Unidos da América (Eximbank), Alemanha, França, Países-Baixos, Reino Unido, Itália e Suiça, e, por assinar, com o Japão.

A Ata de Paris estabeleceu um esquema uniforme de consolidação de 70% das prestações de principal e juros dos créditos comerciais a médio prazo, vencíveis em 1964 e 1965 e registrados na SUMOC até 31 de dezembro de 1963. Os acôrdos com os oito países do Clube já citados, concluidos em execução à Ata, trouxeram

um desafôgo cambial de US$ 187,8 milhões. A êsse alívio se acrescenta o de US$ 56 milhões, resultante da aplicação do mesmo esquema de Paris aos credores privados americanos, em negociações concluídas em outubro passado; representando tais parcelas uma contribuição total de US$ 243,8 milhões para o financiamento dos *deficits* de balanço de pagamentos em 1964 e 1965. A amortização pelo Brasil se faz em 5 anos após carência até 1967 e 1968, estendendo-se até 1971 e 1972.

A segunda etapa abrangeu o adiamento de vencimentos relativos aos seguintes créditos compensatórios e obrigações:

a) Com o Tesouro dos Estados Unidos da América, o saldo devido de US$ 25 milhões passa a ser amortizado nos 24 meses de 1965 e 1966;

b) Com o Eximbank de Washington, o débito de US$ 19,4 milhões passa a ser amortizado em 1965 e 1966;

c) Ainda com o Eximbank, o débito de US$ 6,6 milhões passa a ser amortizado em 1966 e 1967;

d) Obrigações com o Fundo Monetário Internacional, de US$ 106 milhões, ficaram escalonadas para pagamento de maio de 1964 a maio de 1966.

Novos Empréstimos Compensatórios

Ao mesmo tempo, o Govêrno concluiu com sucesso, com o Govêrno dos Estados Unidos da América, através da Agência para o Desenvolvimento Internacional, dois novos empréstimos para equilíbrio de balanço de pagamentos e para o programa de estabilização, o primeiro no valor de US$ 150 milhões em 14 de dezembro de 1964.

Por seu turno, após negociações realizadas no Rio de Janeiro, o Fundo Monetário Internacional concedeu ao Brasil, em princípios de janeiro de 1965, um crédito «stand-by» de US$ 125 milhões.

Para os dois últimos créditos acima referidos concorreu de maneira decisiva a apresentação pelo Govêrno brasileiro, ao Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso, do Programa de Ação

para o período 1964-1966 e de rígido programa econômico-financeiro a ser cumprido em 1965. O crédito aberto pelo FMI, mais do que um reforço de disponibilidades, veio abrir amplas perspectivas de financiamentos internacionais para o Brasil.

Para completa normalização da situação cambial do País, o Govêrno se concentra agora na eliminação de atrasados comerciais acumulados desde 1962 e que vinham afetando desfavoràvelmente o crédito comercial no exterior.

— *Novos Créditos para Desenvolvimento*

Para retomada do ritmo de desenvolvimento interrompido nos anos de 1962 e 1963, procurou o Govêrno assegurar a contribuição de recursos externos que suplementem o esfôrço interno de capitalização. Com base em seu Programa de Ação, foi possível ao Govêrno conduzir com sucesso negociações com governos e entidades internacionais para mobilização de recursos para o Programa de investimentos.

Assim, foram acertados com a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos da América (USAID) créditos para projetos específicos em 1965 no valor de US$ 100 milhões. Também o Export-Import Bank de Washington deverá oferecer financiamento para projetos no curso do ano. A isso se acrescem os fundos de contrapartida das vendas de trigo americano nos têrmos da PL 480. Uma missão do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento visitou o Brasil e assegurou o financiamento de grandes projetos no setor de energia no valor de US$ 80 milhões.

Por sua vez, a Missão do Banco Interamericano de Desenvolvimento acertou com o Govêrno brasileiro a ampliação para US$ 90 milhões dos financiamentos a serem concedidos ao Brasil em 1965.

Outras instituições e outros governos deverão, muito em breve, associar-se aos já mencionados, na assistência financeira ao programa de desenvolvimento brasileiro.

D — *Reformas Econômicas e Sociais*

No campo da legislação econômica, a maior preocupação do Poder Executivo no ano de 1964 residiu na preparação das chamadas Reformas Básicas, aí se incluindo a Reforma Tributária, o Estatuto da Terra, a Lei Habitacional, a Lei do Inquilinato, a Lei de Remessa de Lucros, a Reforma Bancária, a Regulamentação do Direito de Greve e a Instituição do Salário-Educação. Sem qualquer concessão à demagogia, essas Reformas visaram ùnicamente melhorar a legislação econômica do País, tornando-a mais adequada aos objetivos da estabilização dos preços, da retomada do desenvolvimento econômico, e da integração nacional. Julgamos importante assinalar, nesta oportunidade, o sentido de cada qual dessas Reformas.

Reforma Tributária

O sistema tributário que vigorava no Brasil antes da Revolução ressentia-se de inúmeras falhas fiscais, sociais e econômicas. A arrecadação era inadequada ao montante da despesa; a legislação estabelecia injustas discriminações entre contribuintes, concedendo absurdas regalias a uns e onerando de forma asfixiante a outros; as escalas de incidência desfavoreciam o desenvolvimento econômico; e, pior do que tudo, a inadaptação de nosso sistema tributário à conjuntura inflacionária, criava tremendas distorções, punindo injustamente os contribuintes pontuais e premiando de forma absurda os devedores do fisco.

A natureza do problema recomendava a sua solução por etapas, e as duas mais importantes foram realizadas no exercício de 1964. A primeira delas, efetuada em meados do ano, constou de três partes: eliminação de certos entraves constitucionais ao bom funcionamento do nosso sistema tributário; criação de um adicional provisório ao Impôsto de Consumo e modificação parcial do Impôsto de Renda, pela Lei n.º 4.357. Quanto ao primeiro dêsses ítens, foi permitida a criação de novos ônus tributários no exercício de 1964, tendo em vista as perigosas proporções assumidas pelo *deficit* da União; foram também supressas as isenções aos professôres e

jornalistas, as quais, além de constituir discriminação entre contribuintes, se haviam transformado em séria fonte de evasão. No Impôsto de Consumo, criou-se um adicional provisório de 30%, a fim de reforçar a Receita da União durante o segundo semestre de 1964.

No Impôsto de Renda, a Lei n.º 4.357 introduziu modificações bastante profundas. Como é natural, a lei procurava obter recursos adicionais não inflacionários para a cobertura dos *deficits* da União, e isso foi conseguido pela Instituição do Fundo de Indenizações Trabalhistas, pela correção monetária obrigatória dos ativos imobilizados e pela ampliação, no segundo semestre de 1964, do impôsto na fonte sôbre o rendimento do trabalho. A Lei, todavia, introduziu vários dispositivos de finalidade extra-fiscal e que serviram para tornar mais justo e mais funcional o nosso sistema tributário. Assim é que se procurou adaptar o Impôsto de Renda à inflação, permitindo a correção monetária das depreciações, diminuindo de 10 para 5% o impôsto sôbre a correção dos ativos, criando a provisão para manutenção do capital de giro das emprêsas, e estendendo o princípio de correção monetária ao cálculo do lucro imobiliário. Essas medidas vieram aliviar a injusta tributação sôbre rendimentos ilusórios, a qual punia descabidamente os contribuintes pontuais e, ao mesmo tempo, criava enormes incentivos à evasão. Na mesma linha, introduziu-se a correção monetária dos débitos fiscais, a fim de eliminar o absurdo prêmio que a inflação concedia aos que se atrasavam com o fisco. Não ficaram aí as inovações trazidas pela Lei n.º 4.357. O têxto ainda criou estímulos à formação de poupanças individuais, permitindo que as pessoas físicas abatessem de sua renda tributável parte das quantias aplicadas em inversões mobiliárias de interêsse econômico e social; procurou eliminar injustiças de incidência pela supressão, a partir de 1965, do empréstimo compulsório criado pela Lei n.º 4.242 e tratou de lançar as bases para recuperação do prestígio da dívida pública, instituindo as Obrigações Reajustáveis, de valor integralmente defendido contra a desvalorização monetária.

A segunda etapa da Reforma Tributária foi alcançada pelas alterações nos Impostos do Sêlo, Consumo e Renda, respectivamente, pelas Leis n.ºs 4.502, 4.505 e 4.506. Essa etapa procurou

tornar mais ameno o sistema tributário federal, conferindo-lhe, ao mesmo tempo, maior racionalidade. Assim é que o Impôsto do Sêlo, de um tributo sôbre papéis foi, pelo menos em grande parte, transformado em um impôsto mais funcional sôbre as obrigações. As incidências do Impôsto de Consumo foram revistas dentro de critérios de essencialidade mais adequados do que os anteriores, eliminando-se as inúmeras isenções que geravam flagrantes assimetrias e discriminações em nosso sistema tributário. O Impôsto de Renda foi simplificado e amenizado, com a supressão do Impôsto Cedular e com a eliminação dos adicionais e empréstimos compulsórios; instituiu-se, ao mesmo tempo, a tributação diferencial sôbre lucros retidos e distribuídos, procurando-se incentivar a poupança das emprêsas e a democratização das Sociedades Anônimas.

Não se pode afirmar que o sistema tributário brasileiro já constitua o ideal para uma nação em desenvolvimento. Há ainda etapas importantes a escalar, principalmente no que diz respeito à coordenação entre impostos federais, estaduais e municipais. Contudo as maiores falhas que o sistema apresentava na órbita federal parecem ter sido sanadas pelas leis fiscais aprovadas no ano de 1964.

O *Estatuto da Terra*

Desde que se empossou, o atual Govêrno não poupa esforços no sentido de fomentar o crescimento da agricultura, setor bastante negligenciado na política de desenvolvimento dos últimos vinte anos. Assim, procurou o Executivo estimular o crédito agrícola, facilitar a importação de fertilizantes e reformular a política de preços mínimos, tornando-a instrumento efetivo de proteção ao agricultor. No âmbito legislativo, a maior conquista do Govêrno nesse setor foi a promulgação do Estatuto da Terra — uma Reforma Agrária elaborada em moldes estritamente técnicos, cuja aprovação se processou em ambiente de tranqüilidade, sem as agitações que cercavam o assunto no período pré-revolucionário.

A Reforma aprovada preocupa-se menos em redistribuir terras do que em assegurar seu bom aproveitamento. Seu principal instrumento será o Impôsto Territorial Rural, que, por sua incidência

progressiva e diferenciada, punirá severamente o latifúndio improdutivo e premiará a terra bem utilizada. Complementarmente se poderá utilizar a arma da desapropriação, agora autorizada em títulos com correção monetária, nas áreas de maior pressão demográfica e de maior tensão social. O órgão executor dessa política será o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o qual promoverá preliminarmente a realização de estudos para o zoneamento do País em regiões de estrutura agrária homogênea, visando definir quais as regiões críticas, as regiões econômicamente ocupadas, e as regiões em fase de ocupação.

É de prever que as novas condições legais vigentes permitam alcançar-se em breve os objetivos básicos da reforma agrária, quais sejam:

I) promover um sistema de distribuição da terra que favoreça a ampliação de uma classe média rural, com pleno estímulo à sua capacidade de produção;

II) incentivar a produção extrativa, agrícola, pecuária e agro-industrial em tôdas as emprêsas rurais;

III) assegurar, no meio rural, condições adequadas de bem-estar e promover o desenvolvimento comunitário;

IV) contribuir para harmonizar o desenvolvimento rural com o processo de industrialização, inclusive pelo incentivo ao artesanato e à formação de pequenas e médias indústrias, com o aproveitamento de mão-de-obra e utilização de matéria-prima locais.

Reforma Habitacional, Lei do Inquilinato e Lei das Incorporações Imobiliárias

Um dos mais graves problemas sociais que o Govêrno se viu obrigado a enfrentar foi o da escassez habitacional, dramàticamente exposta na proliferação de favelas e moradias anti-higiênicas. Estima-se que o *deficit* habitacional atualmente corresponde a 7 milhões de unidades, ou seja, às necessidades de metade da população brasileira. O crescimento demográfico explosivo e o baixo nível de renda real «per capita» òbviamente contribuiram para a acumulação dêsse *deficit*. Todavia, a maior responsabilidade coube-

à falta de adaptação da nossa legislação à conjuntura inflacionária. Com efeito, a inflação e as limitações da taxa de juros atrofiaram a oferta de financiamentos a longo prazo para a compra de habitações, confinando-a virtualmente a uma oferta restrita por instituições oficiais; dessarte, a casa própria tornou-se o privilégio daqueles que eram bastante abastados para poder pagá-la à vista, ou quase à vista, ou então daqueles que conseguiam acesso às escassas fontes oficiais de crédito. Ao mesmo tempo, a Lei do Inquilinato, congelando ou semi-congelando os aluguéis nominais numa conjuntura inflacionária, desestimulou severamente a compra de imóveis para locação residencial; com a escassez da oferta, tornaram-se insuportàvelmente altos os novos aluguéis, ao mesmo tempo em que os antigos inquilinos pagavam preços irrisórios por suas habitações.

Diante dêsse quadro, viu-se o Govêrno obrigado a reformular as leis relacionadas com o problema habitacional, a fim de restaurar o interêsse do setor privado nesse campo. A primeira Reforma, nesse sentido, foi a do Sistema Financeiro Habitacional, através da Lei n.º 4.380. Visou primordialmente êsse texto dar condições realistas aos financiamentos em habitações populares, através da cláusula de correção monetária das prestações e saldos devedores, de modo a atrair poupanças privadas para o suprimento de tais financiamentos, e de modo a eliminar as características de subsídio que a inflação conferia aos empréstimos a longo prazo. As entidades financiadoras governamentais, antes descoordenadas em planos dispersos, passam agora a funcionar sob o comando unitário do *Banco Nacional de Habitação*. E a rêde privada de financiamentos, antes imobilizada pela inadequação de nossas leis, desponta agora promissoramente com as *Cooperativas, Sociedades de Crédito Imobiliário* e *Fundações Habitacionais*. Com o auxílio do *Banco Nacional de Habitação*, mas principalmente pelo seu esfôrço próprio, essas entidades privadas deverão suprir os recursos necessários ao financiamento em larga escala da casa própria.

Ao mesmo tempo tratou o Govêrno de reformular a Lei do Inquilinato, de modo a restaurar o interêsse privado pela compra de imóveis para locação. O problema habitacional não se resolve apenas pela casa própria, que de alguma forma representa a radicação definitiva da família a um determinado local, mas exige

também a normalização do mercado de aluguéis. Êsse mercado havia sido profundamente distorcido pelo congelamento nominal dos aluguéis, congelamento cujo mais grave resultado foi o de atrofiar a oferta de imóveis para locação. Assistia-se, em conseqüência, às mais incríveis discrepâncias nos preços de locação: os aluguéis novos exorbitantes, pela escassez de oferta, e pela expectativa de futuro congelamento; os aluguéis antigos irrisórios, pelo efeito da inflação pregressa. A solução adotada pelo Govêrno foi, mais uma vez, a de trazer o mercado à realidade dos preços. Os novos aluguéis ficarão sujeitos a correção monetária, sempre que houver aumento do salário-mínimo. Os aluguéis antigos serão progressivamente atualizados por uma fórmula de transição, suave para o inquilino, mas que promoverá o ajuste definitivo à realidade ao fim de dez anos.

Ao mesmo tempo, cuidou o Govêrno de instituir determinadas exigências ao Condomínio em edificações e às Incorporações Imobiliárias. Como é notório, a falta de um texto disciplinador das incorporações havia conduzido à proliferação de uma série de abusos que lesavam a boa-fé e a economia popular. O nôvo texto, submetendo as Incorporações a uma disciplina adequada, coibirá tais abusos, tornando as inversões imobiliárias mais garantidas para os que nela aplicarem suas poupanças.

Êsse conjunto de diplomas legais — a Lei de Estruturação do Sistema Financeiro Habitacional, a nova Lei do Inquilinato e a Lei das Incorporações Imobiliárias — lançou as bases para solução do grave problema do *deficit* residencial. A magnitude do *deficit* impossibilita qualquer solução a prazo curto, mas os primeiros sintomas já se afiguram extremamente animadores. Vale acrescentar que o programa habitacional, além de solucionar grave problema social, servirá colateralmente como extraordinária fonte de empregos no setor secundário. A Indústria de Construção Civil, como é do conhecimento geral, emprega alta quantidade de mão-de-obra por unidade de capital — e sobretudo de mão-de-obra não qualificada, fator entre nós superabundante. Isto é especialmente desejável nas atuais condições, dadas as dificuldades de emprêgo no setor urbano.

A Lei de Remessa de Lucros

Um dos maiores entraves ao processo do desenvolvimento econômico legado pela administração passada consistiu no tratamento xenófobo dos capitais estrangeiros determinado por alguns dispositivos da Lei nº 4.131 de 3 de setembro de 1962. Com efeito, êsse diploma legal, instituindo restrições quantitativas à movimentação dos capitais estrangeiros e de seus rendimentos, desestimulava intensamente o ingresso de novos capitais de risco; e, distinguindo o capital original de reinvestimento, incentivava as emprêsas estrangeiras a remeter o máximo que lhes permitia a lei. Confirmando a experiência das desvantagens da obstrução quantitativa, a Lei nº 4.131, provocou abrupta queda nos ingressos de capital externo para o País. E as remessas de lucros, que tenderiam a estabelecer-se nos limites máximos permitidos, só não assumiram proporções alarmantes porque a SUMOC atrasou-se nos processos de pedido de registro.

Coube ao atual Govêrno a tarefa de reformular alguns dispositivos da Lei nº 4.131, escoimando-a dos aspectos xenófobos, e conferindo-lhe as características de um nacionalismo pragmático. Assim é que se aboliram as distinções entre o capital original e reinvestimento, pois elas só serviam para incentivar as remessas e desestimular os ingressos de novos recursos. Suprimiram-se, do mesmo modo, as limitações quantitativas à movimentação de capitais e de seus ingressos, visto que tais limitações não foram bem sucedidas nem no Brasil nem em outros países que as adotaram. Preferiu-se dar liberdade aos movimentos de capitais estrangeiros, submetendo-os, todavia, aos riscos inerentes a essa liberdade. As remessas hoje são livres, mas, para que elas se efetivem é preciso que haja disponibilidade cambial. O Govêrno tem, inclusive, à sua disposição inúmeras válvulas de segurança para os períodos de emergência, tais como as restrições de crise cambial e a possibilidade de separação dos mercados.

É fora de dúvida que o nôvo Estatuto dos capitais estrangeiros nos abriu novas perspectivas de recebimento de poupanças alienígenas. E é certo também que, graças em parte a êsse Estatuto, podemos atrair maior colaboração da ajuda externa para nosso processo de desenvolvimento.

A Reforma Bancária

Também a Reforma Bancária, há muito debatida pelo Parlamento, foi transformada em Lei no final do ano passado. Como é do conhecimento geral, o Brasil era dos poucos países do mundo onde persistia um Banco Central do tipo misto, — um Banco do Brasil que ao mesmo tempo servia de Banco do Govêrno, de Banco dos Bancos e de Banco Central. Ao mesmo tempo, as Autoridades Monetárias ficavam inteiramente sob a sujeição do poder executivo, transformando-se assim a política monetária num apêndice sem autonomia da política fiscal. Êsse quadro institucional favorecia a expansão monetária descontrolada e o relaxamento dos *deficits* públicos.

A Lei Bancária aprovada não muda de forma abrupta êsse quadro, mas estabelece a adequada transição para um sistema monetário ordenado. A SUMOC é transformada em Banco Central, tomando as atribuições de Banco Emissor e de Controlador da Política Monetária. Dentro em breve estarão funcionando o Conselho Monetário, com metade dos seus membros com mandato fixo e, assim, desvinculados de quaisquer injunções políticas. Do mesmo modo, as Instituições Financeiras Privadas, Bancos e Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos, ficam sujeitos a uma disciplina mais adequada e que coibirá quaisquer abusos no mercado monetário. O crédito rural, em particular, será coordenado e racionalizado, sob a ação do Conselho Monetário Nacional.

A Regulamentação do Direito de Greve

Constitui esta mais uma das reformas retiradas das indefinidas protelações, uma vez que o projeto de lei de regulamentação de direito de greve se vinha arrastando por mais de 15 anos. Dir-se-ia estarem todos surdos a essa velha e legítima aspiração dos trabalhadores, que vêem agora, e sòmente agora, cumprido o dispositivo da Constituição de 1946.

Salário-Educação

Com fundamento na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Govêrno propôs e obteve a aprovação do salário-educação (Lei nº 4.446-A, de 27 de outubro de 1964) que, com pequeno ônus para as emprêsas, liberará vultosos recursos já em 1965, permitindo a matrícula adicional de 1,5 milhões de crianças no ensino primário e fazendo recrudescer, assim, a luta contra o analfabetismo.

Na Área Externa

No quadro das linhas básicas de política externa, definidas anteriormente, considerou o Govêrno como de interêsse prioritário o fortalecimento das relações com seus vizinhos do hemisfério, sem prejuízo dos rumos de universalismo inerentes à política externa de um grande país. Na realidade atribuímos particular importância à integração latino-americana, e buscamos aprimorar, em todos os campos, as relações com os demais países do continente, em particular com os nossos limítrofes, em relação aos quais desejamos aumentar os sistemas de transportes e comunicações, de modo a que as fronteiras sejam, antes de tudo, um traço de união.

É do interêsse do Brasil manter, estreitar e intensificar as relações de tôda ordem com as Repúblicas do Continente Americano, ao qual pertencemos não apenas geogràficamente, mas por fundos laços históricos, culturais e étnicos. Num círculo mais amplo em que se desenvolve nossa ação no plano externo, o Govêrno da Revolução tudo fêz para restabelecer a recíproca amizade, a confiança, o prestígio e o crédito no âmbito das nações que integram a comunidade ocidental, com as quais temos desenvolvido vigorosas relações de ordem cultural, social e econômica.

No plano continental, dois fatos especiais marcaram a política exterior da Revolução: o rompimento com o Govêrno Cubano; e o refôrço do sistema de segurança continental, defendido na IX Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, em junho do ano passado. O pri-

meiro, natural decorrência da provada tentativa de intervenção de agentes cubanos nos negócios internos brasileiros. O segundo, com a finalidade de fortalecer o sistema interamericano como instrumento de segurança dos países que o integram.

Ainda dentro da mesma orientação de estreitar a solidariedade continental, deu o Govêrno especial atenção ao problema do revigoramento da Organização dos Estados Americanos. Por iniciativa de um grupo de países americanos, aos quais se associara o Brasil, decidiu-se romper o impasse existente há vários anos, relativo à celebração de uma reunião de natureza ampla daquela Organização. Assim, ainda no primeiro semestre do ano em curso, efetuar-se-á a II Conferência Interamericana Extraordinária, tendo por sede o Rio de Janeiro.

Ao tratarmos dos países americanos, cabe natural referência às nossas relações com os Estados Unidos da América, as quais tivemos de repor em condições de normalidade para mútuo e útil entendimento. Subordinadas às contingências e interêsses da política interna, elas haviam deixado de orientar-se pela conveniência e aspirações nacionais, para se transformarem num elemento de manobra no jôgo de composições partidárias. Houve a necessidade de remover uma posição ambígua, substituindo-a por uma recíproca e leal colaboração. Temos hoje a convicção de que o Brasil e a grande nação norte-americana, nossa tradicional aliada em duas guerras, conjugam os seus interêsses comerciais e econômicos no plano de uma política e de uma amizade dignas dos dois povos. É mesmo de notar que o respeito mútuo e a integridade com que marcamos as nossas intenções e proposições são de molde a colocar os nossos entendimentos em alto e proveitoso nível.

Coincidentes nos anseios de paz do Continente, bem como com os fundamentos da segurança coletiva, na qual têm os Estados Unidos parte tão assinalável, as relações entre as duas nações não conhecem senão motivos para constante aprimoramento. Prova disso são as negociações bilaterais que têm merecido naquele país o tratamento de uma nação desejosa de colaborar no soerguimento das condições econômicas do nosso povo.

Aspiração esta da qual a Aliança para o Progresso, notável empreendimento para uma ação conjugada multilateral em prol do breve desenvolvimento dos países latino-americanos, se tem revelado instrumento de grandes possibilidades. O Govêrno brasileiro procura utilizar as facilidades oferecidas pela Aliança e prosseguirá nas gestões para uma aplicação ainda mais ampla dos dispositivos de cooperação interamericana.

Ainda no âmbito regional, o Brasil deu todo o apoio à Associação Latino-Americana de Livre Comércio, e considera irreversível o processo de integração econômica dos países membros da ALALC.

É também com satisfação que nos podemos referir ao êxito das negociações levadas a efeito com a França, e relativas à questão que se constituira, por vários anos, em delicado problema nas relações dos dois países — problema que afetava os entendimentos entre Governos e entre instituições financeiras e comerciais.

Por fôrça do ajustado, o Govêrno brasileiro está liquidando obrigações não saldadas há mais de vinte anos, o que faz com a cooperação de instituições francesas de crédito, que nos proporcionam facilidades decorrentes da confiança depositada no Brasil.

As relações com os países europeus, nossos amigos tradicionais, passaram a ser objeto de especial preocupação por parte do Govêrno brasileiro, desejoso de maior aproximação, com o escopo de trocarmos mais produtos, obtermos maiores créditos para o nosso desenvolvimento, e podermos lucrar mùtuamente, graças a um mais íntimo e recíproco conhecimento. Também não foi descurada a ampliação de relações com os países das demais áreas, tanto estamos certos da conveniência de o Brasil estender a sua presença aos povos da Europa Oriental, da Ásia e da África, não apenas em busca de novos mercados para o nosso comércio, mas também pelo motivo político de mantermos boas relações com quantos desejarem tratar conosco na base da confiança e do respeito mútuo.

Podemos mesmo assinalar que a circunstância de encontrarmos, no Leste europeu, países de filosofia política essencialmente divergente da que temos, em nada tem contribuído para qualquer

Inventariado sob o nº
P.R. 29142

divergência com os Governos que os representam. As nossas relações não sòmente têm sido mantidas, mas poderão ser ampliadas, inclusive através de maior intercâmbio comercial.

Quanto à Organização das Nações Unidas, mantivemos a mesma orientação seguida desde 1946, no sentido do fortalecimento do órgão mundial, indispensável na manutenção de um sistema de segurança. Assim, havendo cumprido tôdas as suas obrigações para com a ONU, sustentou o Brasil a necessidade de ser reformada a Carta que a rege, a fim de permitir a consolidação e o reforço das atividades de paz das Nações Unidas. Essas atividades, realizadas à margem de dispositivos expressos na Carta da ONU, têm obtido o apoio de grande número de países, inclusive o Brasil, que para elas têm contribuído com recursos de tôda a ordem. Contudo, dada a falta de expressas determinações, a matéria tem suscitado graves divergências, que levaram o Brasil, na recente Assembléia-Geral das Nações Unidas, a manifestar o quanto o assunto o preocupa.

Ainda no quadro da ONU, o Brasil emprestou especial importância aos trabalhos da Conferência Mundial de Comércio e Desenvolvimento, realizada em Genebra no ano passado. Reclamou o Brasil, sobretudo, a aplicação prática das importantes recomendações da Conferência de Genebra em favor da revisão dos têrmos mundiais de comércio, no sentido de atenuar as condições sempre desfavoráveis aos exportadores de matérias-primas. E o assunto continuará a merecer a atenção do Govêrno brasileiro, que se empenha na defesa de teses favoráveis às relações comerciais dos países em desenvolvimento.

Fiel à sua ininterrupta tradição pacifista, o Brasil, quer na Comissão Mundial de Desarmamento, quer na Assembléia-Geral da ONU, perseverou nos esforços em prol de acôrdos capazes de contribuirem para a diminuição da tensão internacional, de modo a liberar maiores recursos para nações que reclamam recursos para acelerarem o seu desenvolvimento. Outrossim, tem o Brasil insistido nas manifestações em favor da ampliação do Tratado de Moscou, sôbre a cessação parcial das experiências atômicas, visto considerar a proscrição total dos ensaios nucleares importante fator para a paz e segurança internacionais.

Por último queremos expressar quanto o Brasil se considerou honrado pela visita com que o distinguiram três eminentes Chefes de Estado: o Presidente Heinrich Luebke, da República Federal Alemã; o Presidente Leopold Senghor, da República do Senegal, e o Presidente Charles De Gaulle, da França.

Essas visitas, como é notório, muito contribuiram para a maior aproximação do Brasil com os países daqueles ilustres homens públicos, não sòmente pelo teor e importância dos assuntos tratados em alto nível, mas também pela oportunidade oferecida para melhor informação à opinião pública estrangeira sôbre o Brasil. Por sua vez teve o povo brasileiro a ocasião para externar de modo caloroso a sua afeição por eminentes representantes de povos com os quais está ligado pelos mais sólidos vínculos de amizade e admiração. É, pois, com sincero júbilo que o Govêrno brasileiro registra acontecimentos tão auspiciosos em nossa vida internacional.

Aí tendes, Senhores Congressistas, em suas linhas gerais, a política externa do Brasil. Certos de que vivemos num mundo cada vez menor e cada vez mais vulnerável aos engenhos da ciência e da técnica, estamos também cada vez mais imbuídos da convicção de que jamais será excessiva qualquer ação ou iniciativa realizada com o propósito de contribuir para a preservação da paz, supremo ideal de todos os povos.

PARTE III

DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO GOVERNAMENTAL EM 1965

O ano de 1964 assinalou uma fase de reconstrução democrática e de consolidação das instituições. Nôvo estilo de govêrno foi instituído, caracterizado bàsicamente pela *autoridade*, no sentido constitucional, pela *integridade*, sem hipocrisia, e pela *objetividade*, sem demagogia.

Levada a efeito, em relação às diferentes áreas, a correção de distorções que se impunha, as linhas de ação para 1965 devem abranger, principalmente, a execução das reformas já aprovadas pelo Congresso; o encaminhamento, ao Poder Legislativo, de novas e importantes reformas institucionais; e a aceleração das medidas destinadas a impulsionar o desenvolvimento em todos os aspectos da vida nacional.

Particularmente no tocante ao combate à inflação e à aceleração do desenvolvimento econômico, a perspectiva é de resultados decisivos.

DIRETRIZES NA ÁREA POLÍTICA

O govêrno revolucionário assumiu o compromisso de mostrar que o desenvolvimento econômico e a ampliação da justiça social não são incompatíveis com o fortalecimento das instituições democráticas. No mundo moderno, o desenvolvimento econômico é uma condição básica para manter a democracia; é um sinal de eficiência do sistema total. Ora, o que se pretendeu nos dois últimos anos que antecederam à Revolução foi justamente provar — face ao colapso da taxa de crescimento — que as instituições democráticas eram obsoletas e constituíam obstáculo ao desenvolvimento. Provada, na prática, a ineficiência, passaram a argüir, abertamente, a *ilegitimidade* do sistema político.

Por esta razão, devemos colocar, ao lado da retomada do ritmo de desenvolvimento, o empenho em tornar eficaz o sistema

político a fim de que satisfaça as funções básicas de govêrno como definido nas esperanças da sociedade. Nunca é demais lembrar que a legitimidade envolve a capacidade de um sistema político gerar e manter a crença de que as instituições políticas existentes são mais apropriadas para o grupo social.

Neste sentido, julga o Govêrno obedecer às exigências das condições atuais de nossa sociedade quando se lança, decidida e simultâneamente, à tarefa de revitalização da economia, de reformulação das normas de acesso ao Poder Político, a fim de garantir-lhe a autenticidade, e à tarefa, não menos importante, de modernização dos instrumentos de ação tanto do Executivo como do Judiciário.

No capítulo das reformas que poderão ser objeto de apreciação do Congresso Nacional, no período legislativo de 1965, estão anunciadas algumas mensagens do Executivo que consubstanciam essa preocupação por aumentar a eficácia e a legitimidade do sistema político. Avulta, entre elas, a importância da nova lei eleitoral, bem como do estatuto dos partidos, cujos projetos, organizados pelo Superior Tribunal Eleitoral, são agora objeto de estudos por parte do Govêrno e de consulta aos partidos políticos. Trata-se de abrir a vida política brasileira à maior participação popular, e de dar a esta participação maior autenticidade e maior responsabilidade. O problema da legitimidade do poder político não pode continuar oscilando entre os dois sistemas com que autorizado analista de nossas instituições políticas caracterizou a representação nacional na República Velha e na atual. Não se trata mais de passar de um sistema em que as eleições eram falsas mas a representação era verdadeira, para um sistema em que as eleições são verdadeiras mas a representação é falsa. Trata-se, isto sim, de ter eleições e representação verdadeiras, a fim de que a democracia brasileira seja autêntica e o poder constituído, legítimo.

Cabe referência, igualmente, aos vários códigos, alguns dêles por sinal já anteriormente remetidos ao Congresso Nacional, outros em fase final de elaboração. Dentre êstes, pela sua importância na vida nacional, podemos mencionar o Código Civil, o das

Obrigações, o do Trabalho, o Judiciário Civil, o das Normas Gerais de Aplicação das Leis, o Penal Militar, o de Processo Penal.

É pensamento do Govêrno poder, no período legislativo de 1965, oferecê-los à apreciação do Congresso Nacional, que terá a oportunidade de dotar o País, em campos do maior relêvo, de legislação plenamente atualizada. Serão assim atendidas as exigências de uma sociedade moderna, cujos problemas, em muitos casos, já não encontram adequada solução em textos que, ainda hoje, são motivos de orgulho para a nossa cultura jurídica.

Também Códigos de considerável repercussão, como é o caso dos de Navegação, Portos, Patentes, e Minas figuram entre os estudos que estão sendo realizados pelos respectivos órgãos. Quanto ao último, além de reclamar emenda constitucional, que altere a preferência de exploração assegurada ao proprietário do solo, está a requerer a limitação volumétrica e temporal das concessões de determinados minérios, e a explícita exigência de um mínimo de investimentos anuais para acelerar o ritmo de exploração.

O acurado exame da vida judiciária do País tem mostrado quanto se torna imperiosa, para o melhor funcionamento da Justiça, apreciável modificação de vários textos legais, alguns dêles de ordem constitucional. Apenas com o intuito de exemplificar, chamaremos de logo a atenção para a necessidade que há de cuidar-se de quatro pontos que se nos afiguram fundamentais para a colimação daquele objetivo:

a) restabelecimento dos Juízes Federais de primeira instância;

b) alteração da competência do Supremo Tribunal Federal, a fim de aliviá-lo de atribuições desnecessárias e acentuar-lhe a natureza de Côrte Constitucional;

c) dinamização do Tribunal Federal de Recursos, que já não oferece condições normais para atender ao crescente volume de causas submetidas à sua apreciação;

d) alteração das normas constitucionais pertinentes à Justiça dos Estados, de modo a permitir a participação da União no

pagamento da magistratura estadual, cujo nível, em algumas regiões mais pobres, tenderá a baixar por falta de conveniente remuneração.

Antecipação das mensagens, que deverão traduzir de maneira mais completa o pensamento e a orientação do Govêrno em matéria de reformulações políticas e jurídicas, êste enunciado tem o propósito de acentuar a convicção do Poder Executivo de que reforma e progresso constituem, para os nossos dias, binômio indissolúvel. Imbuído dêsse espírito, e certo de contar com a decidida e leal colaboração do Legislativo, espera o Govêrno poder, no curso de 1965, levar a bom têrmo um avançado programa de reformas, que, ao lado das já realizadas, deverão mudar fundamentalmente a fisionomia do país.

DIRETRIZES NA AREA DAS FÔRÇAS ARMADAS

Reconduzidas, no ano que findou, à sua destinação constitucional e retomado o ritmo normal de atividades nos cursos das escolas, no dinamismo da instrução da tropa e na comunidade dos estados-maiores, é dever indeclinável do Govêrno promover, a partir de 1965, a indispensável reforma das Fôrças Armadas.

Não será ela obra de um instante nacional, talvez nem mesmo do atual período governamental; será, porém, tarefa a se desdobrar passo a passo, sem demora, com determinação patriótica.

Tem a Revolução uma missão inarredável a cumprir — a de transformar êste país grande em uma grande Nação. Possuímos as condições essenciais a essa transformação, e o empenho do atual Govêrno se concentrará em transformar tais perspectivas em realidades. E essa imensa tarefa não se pode encetar sem que seja também promovida a integração das Fôrças Armadas, entendendo-se tal integração como a incorporação de meios variados, peculiares

a cada uma das fôrças singulares, concorrendo para um objetivo comum e não, apenas, meios completando a atividade de outros.

Passo preparatório imprescindível, a que o Govêrno devotará empenho máximo no corrente ano, será o estabelecimento de uma decisão sôbre o emprêgo dos meios aéreos nas operações navais.

A vitalização do Estado-Maior das Fôrças Armadas constitui o marco inicial de integração, apoiado nos conhecimentos comuns e na mentalidade de Fôrças Armadas integradas que ensaia a Escola Superior de Guerra, principalmente no Curso de Comando e Estado-Maior Combinado.

Pretende o Executivo propor em breve projetos de lei ao Congresso Nacional dispondo sôbre as promoções de oficiais na Marinha e na Aeronáutica, observando os mesmos princípios que nortearam a elaboração de lei semelhante baixada no ano passado para o Exército, livrando a carreira do oficial das injunções políticas e do arbítrio indiscriminado.

A Lei de Inatividade, também objeto de estudos, será, em breve, submetida ao Congresso Nacional. Novas Leis de Organização Básica do Exército, da Marinha e da Aeronáutica acham-se em estudos nos respectivos ministérios e constituir-se-ão em valiosos instrumentos de modernização das Fôrças Armadas.

O Fundo do Exército constitui uma reivindicação fundamental dessa Fôrça, de vez que só êle poderá prover os recursos necessários ao seu reequipamento indispensável. Projeto de lei a êsse respeito encontra-se em elaboração.

Apesar dos esforços do Govêrno, a economia nacional, ainda neste ano, não poderá suprir as Fôrças Armadas com os recursos necessários para lhes permitir um reaparelhamento eficiente e completo e lhes oferecer autonomia em relação à produção do material bélico.

A administração militar será também renovada com a Reforma Administrativa dentro dos mesmos objetivos de modernização que orientam o Govêrno.

DIRETRIZES NA ÁREA ECONÔMICA E SOCIAL

Ocupar-nos-emos, aqui, principalmente das medidas através das quais o Govêrno pretende, em 1965, alcançar resultados decisivos quanto à redução do ritmo inflacionário e à retomada do desenvolvimento. Êsse o sentido da afirmação por nós feita em mensagem de Ano Nôvo ao povo brasileiro, de que 1965 constituiria um divisor de águas, naquelas duas áreas.

Os aspectos setoriais da política de desenvolvimento econômico e social, assim como a atuação governamental no tocante à atenuação dos desníveis econômicos regionais, serão focalizados mais detidamente na Parte IV desta Mensagem.

A — O Combate à Inflação

Segundo a estratégia formulada no Programa de Ação Econômica, o Govêrno pretende, em 1965, obter substancial progresso na contenção do ritmo de aumento de preços, com vistas a uma relativa estabilidade a partir de 1966.

Os focos mais sérios de inflação herdados da administração passada já foram em grande parte controlados. Os principais reajustamentos corretivos de preços já foram levados a cabo. O orçamento federal, conquanto ainda deficitário, exercerá em 1965 pressão inflacionária muito inferior à de 1964. As emprêsas começam a habituar-se a novos padrões de comportamento. Dois outros fatôres deverão apressar os resultados da política anti-inflacionária no corrente ano: a abundância das safras, contendo a alta do custo de alimentação, e o afluxo de ajuda externa, desviando para o exterior os excedentes de procura gerados pelos focos internos de inflação.

Aspecto, igualmente, dos mais importantes, em relação ao qual já se observa progresso, é a reversão das expectativas. Quer os produtores, quer os consumidores se haviam habituado, em face da prolongada inflação brasileira, a relacionar a expectativa de

elevação dos preços no futuro à elevação dos preços no passado. Daí, da parte de muitos produtores e comerciantes, os hábitos adquiridos de remarcações sucessivas e, em certos casos, de emprêgo excessivo de capitais alheios em sua programação financeira.

Agora, quando todos os fatôres positivos há pouco enumerados oferecem a oportunidade de substancial diminuição do processo inflacionário, nos próximos meses, faz-se mister agir decisivamente sôbre as expectativas, tanto dos consumidores quanto das emprêsas, a fim de que possam adaptar seu comportamento às metas do programa de combate à inflação no corrente ano. Com êsse objetivo, utilizará o Govêrno todos os instrumentos disponíveis, principalmente os fiscais e creditícios, a fim de incentivar os produtores dispostos a colaborar para a contenção dos preços. A tentativa de especulação e a falta de adaptação à política de combate à inflação, por outro lado, reverterão em prejuízo dos que não procurarem compreender os altos propósitos do Govêrno.

Com o objetivo de obter a mais ampla colaboração de tôdas as categorias sociais, notadamente dos assalariados, em favor de quem se vem exercendo o combate à inflação, e das emprêsas, cujo fortalecimento é ponto essencial da política de desenvolvimento, o Govêrno anunciará, muito em breve, uma série de medidas, no sentido de obter decisivos resultados no combate à elevação dos preços.

Programação da Política Desinflacionária

A programação financeira das Autoridades Monetárias para 1965 está contida no orçamento monetário. Como o *deficit* de caixa governamental é estimado em Cr$ 698 bilhões, caberá às mesmas Autoridades o financiamento de Cr$ 498 bilhões, tendo em vista a utilização, para aquêle fim, de Cr$ 200 bilhões da contrapartida em cruzeiros de empréstimos concedidos pela Aliança para o Progresso. O financiamento deverá fazer-se, em parte, através de

recursos não-inflacionários (provenientes do contrôle do mercado cambial) e, em parte, mediante emissões de papel-moeda. Os meios de pagamento deverão expandir-se de apenas 30%, em comparação com mais de 80% em 1964. Essa reduzida expansão, se alcançada uma taxa de aumento do produto da ordem de 6%, permitirá uma queda substancial no ritmo de aumento dos preços.

Acresce que nessa programação não está avaliada explìcitamente a importante contribuição ao financiamento do *deficit* a ser obtida através da colocação das Obrigações do Tesouro Reajustáveis.

A consecução dos resultados planejados dependerá crucialmente de uma execução rigorosa do programa de redução dos *deficits* de emprêsas governamentais de transportes, na forma da análise a ser empreendida na Parte IV desta Mensagem.

Programação Orçamentária

O Orçamento do Govêrno Federal para 1965 fixa a despesa em Cr$ 3.775 bilhões e estima a receita em Cr$ 3.000 bilhões, declarando assim um *deficit* de 775 bilhões.

O *deficit* apresentado decorreu essencialmente do vulto das despesas de custeio, em conseqüência do aumento de vencimentos concedidos aos servidores civis e militares, assim como das subvenções para cobertura de *deficits* de autarquias e emprêsas governamentais, ainda existentes, apesar dos severos esforços mobilizados pelo Govêrno Federal para sua progressiva eliminação.

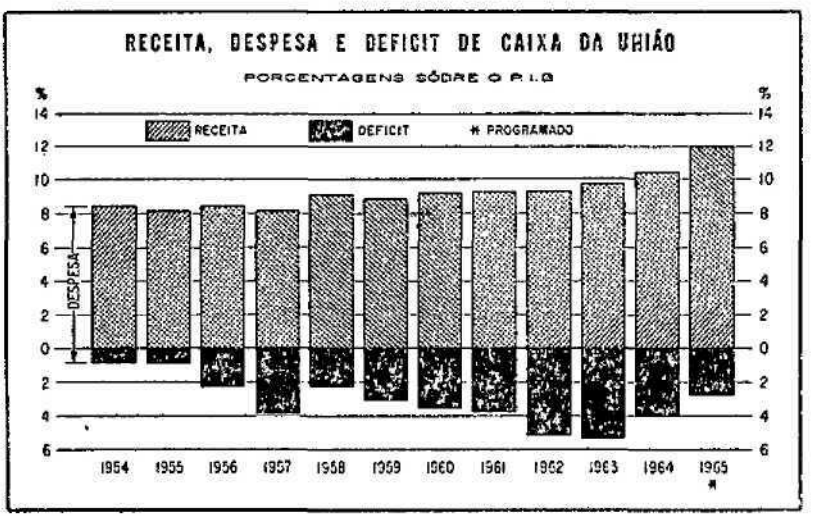
O Orçamento para 1965 deverá ser executado de forma que as despesas transferidas do exercício anterior, os restos a pagar, os créditos especiais, e algumas despesas sem crédito, sejam compensadas por um Fundo de Reserva, já regulamentado por decreto do Poder Executivo, de modo a resultar um *deficit* de caixa de Cr$ 698 bilhões.

Estimando-se para 1965 um Produto Interno Bruto de Cr$ 28.500 bilhões, o *deficit* acima corresponde a uma percentagem de 2,4% do Produto, que se compara com 3,9% em 1964, 5,3% em 1963 e 5,2% em 1962.

Dentro do campo orçamentário, tarefa importante é representada pela elaboração do Orçamento da União para o próximo ano, quando espera o Govêrno eliminar as pressões inflacionárias decorrentes do desequilíbrio do Tesouro Nacional.

Além do equilíbrio desejado para as contas do Tesouro, o Orçamento para 1966 receberá profunda modificação na sua forma de apresentação, já que será introduzida nos processos orçamentários do Govêrno Federal a técnica do *Orçamento-Programa*, a fim de que, ao lado de sua natureza fiscal, atual, o orçamento possa representar um *Programa de Ação do Govêrno* no que se refere aos dispêndios públicos. Para dar qualidade programática ao Orçamento, tôdas as verbas a serem atribuídas aos Ministérios e Órgãos serão distribuídas pelos programas e projetos enunciados no Programa de Ação Econômica, com exaustivas descrições e demonstração de viabilidade e integração.

A instituição do Orçamento-Programa constituirá um marco fundamental nas reformas de natureza financeira e nos métodos de planejamento e programação das atividades do setor público.



Em 1962 e 1963, o deficit de caixa da União atingiu a mais de 5% do PIB; em 1964, a relação declinou para 3,9% e em 1965 deverá ficar em 2,4%

B — A Retomada do Desenvolvimento

No que se refere à taxa de expansão do Produto Interno Bruto, deverá o desempenho do corrente ano ser consideràvelmente superior ao dos anos anteriores, tendo em vista, principalmente, as medidas adotadas no sentido de acelerar a formação de capital e o aumento geral da produtividade, nos diferentes setores.

No setor agrícola, as previsões de safras dos principais produtos são da ordem de 20 a 25% superiores às de 1964, na forma do quadro seguinte:

SAFRAS / PRODUTOS (Ton.)	1963/1964	1964/1965	AUMENTO PERCENTUAL
Amendoim (1)	236.000	355.000	50
Arroz	4.649.829	5.118.000	12
Feijão (2)	—	1.090.000	—
Milho	7.755.728	9.554.000	23
Soja	277.000	452.000	63

FONTE: Estimativa do Ministério da Agricultura.

OBSERVAÇÃO: Inclui os principais Estados produtores (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás; a previsão da safra de arroz não leva em conta o Estado do Maranhão).

(1) 1.ª safra.

(2) A previsão para 1964/1965, inclui a 1.ª safra.

Às providências do setor público, no momento, têm por objetivo, de um lado, evitar a queda na renda real dos produtores, que levaria a menores safras nos próximos anos, e, de outro lado, assegurar o funcionamento eficiente dos mecanismos de regulagem de estoques e distribuição, de modo a evitar continuada elevação de

preços não obstante a perspectiva de abundância. Se a tarefa é complexa, parece, entretanto, estar longe a época do espetáculo constrangedor das intermináveis filas de arroz, feijão e outros gêneros essenciais.

Com relação ao setor industrial, procede-se à ativação dos diferentes fundos de assistência financeira já instituidos, notadamente o FUNDECE e o mecanismo de fortalecimento da pequena e média emprêsa. Quanto a êste último, só o BNDE acaba de obter empréstimo do BID no montante de US$ 27 milhões.

Da maior significação, sem dúvida, foi a criação do Fundo de Financiamento para a Aquisição de Máquinas e Equipamentos (FINAME), já dotado de vultosos recursos, internos e externos, que poderão elevar-se até Cr$ 60 a 80 bilhões. Constitui êsse Fundo, sob a gestão do BNDE, instrumento poderoso não apenas para permitir a expansão das indústrias de bens de capital, cujas vendas financiará, como o melhor aparelhamento ou o reequipamento de indústrias de bens de consumo.

Está o Govêrno, por outro lado, procedendo à criação do Fundo de Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP), junto ao Ministério do Planejamento, destinado a acelerar a elaboração de projetos e programas de desenvolvimento econômico. Será dos mais relevantes o seu papel no sentido de permitir ao País cumprir integralmente as metas do Programa de Ação com referência a novos investimentos, notadamente aquêles suscetíveis de financiamento através de instituições financeiras internacionais.

Destinada a representar verdadeiro marco, no presente estágio da economia brasileira, foi a recente instituição da política de incentivos à indústria química, no País, abrangendo não sòmente as indústrias químicas orgânicas e inorgânicas em geral, as indústrias

de fertilizantes, de corretivos de solo e de inseticidas, como as indústrias de matérias-primas para produtos farmacêuticos e as indústrias petroquímicas. Tais incentivos comprendem seja facilidades para a importação de equipamentos, seja a redução de até 50% no impôsto de importação para os equipamentos importados, com dispensa da sobretaxa ou depósito compulsório, seja o financiamento ou aval por estabelecimentos de crédito oficiais e redução no impôsto de renda.

Ação Direta do Govêrno na Formação de Capital

A fim de dar idéia da participação direta do setor público federal na formação de capital, apresenta-se, a seguir, uma estimativa das despesas de capital a serem realizadas, em 1965, com recursos orçamentários e extra-orçamentários, no elevado montante de Cr$ 1.934 bilhões. Representa êsse programa o resultado do esfôrço do Govêrno de melhorar a composição de suas despesas, elevando a participação dos investimentos. Aquêle total, que não inclui grande número de emprêsas de economia mista cujos programas de investimento não estão, ainda, definitivamente estabelecidos, deverá elevar-se a cêrca de Cr$ 2.284 bilhões, quando as cifras dessas emprêsas forem acrescentadas. É de notar que dos recursos orçamentários já se deduziram as dotações de capital incluídas no Fundo de Reserva (no total de Cr$ 243 bilhões), regulamentado por decreto, pelo fato de sua liberação ficar na dependência da evolução do *deficit* de caixa.

PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL DO GOVÊRNO FEDERAL (PARCIAL) — 1965

(Em Cr$ Bilhões)

ORIGENS \ SETORES	ENERGIA ELÉTRICA	PETRÓLEO	CARVÃO	TRANSPORTES						COMUNICAÇÕES	AGRICULTURA ARMAZENAMENTO	INDÚSTRIA	EDUCAÇÃO	SAÚDE E SANEAMENTO	HABITAÇÃO POPULAR	VALORIZAÇÃO REGIONAL	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA	TOTAL
				PORTOS	MARÍTIMO	RODOVIÁRIO	FERROVIÁRIO	AÉREO	TOTAL										
1 — Orçamento da União	100,5	—	11,7	15,1	31,8	—	80,4	32,1	159 4	9.5	78.3	41,6	146,4	30,7	0,2	92.3	50,8	58,1	835,5
2 — Reajustamento de Receitas Vinculadas	28,8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	28,8
3 — Fundos Especiais Extra-Orçamentários	—	—	—	13,5	29,0	204,0	92,8	26,4	365,7	42,0	—	—	—	—	—	—	—	—	407,7
4 — Recursos Próprios de Órgãos Autônomos	50,0	272.1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	322,1
5 — Financiamentos Governamentais	20,8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	20,8
6 — Captação de Recursos Privados	77,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	53,0	—	—	—	131,5
7 — Créditos Especiais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	120.0	—	—	—	68.0	—	—	188,8
TOTAL	283,7	272,1	11,7	28,6	60,8	204,0	173,2	58,5	525,1	51,5	78,3	161.6	146.4	30,7	54,1	160.3	50,8	58,1	1.934,4

A propósito dêsse orçamento de capital, parcial, do Govêrno Federal, cabe prestar os seguintes esclarecimentos:

a) os Fundos Extra-orçamentários compreendem o Fundo Rodoviário Nacional (parcela da União), o Fundo de Renovação da Marinha Mercante, e Fundo de Melhoramento dos Portos;

b) os «Recursos próprios de órgãos autônomos» significam a aplicação dos lucros e reservas da PETROBRAS e das emprêsas estatais de energia elétrica; os recursos dos demais órgãos autônomos não estão ainda suficientemente quantificados;

c) a "Captação de Recursos Privados" representa o empréstimo compulsório sôbre energia elétrica e a contribuição de 1% da fôlha de pagamento referente ao Banco Nacional de Habitação.

Consoante se observa, os novos planos rodoviário e de energia elétrica receberão grande impulso no corrente ano. Apenas no primeiro devem ser aplicados recursos da ordem de Cr$ 204 bilhões. Através do segundo deverá pràticamente ser duplicada, até 1970, a potência instalada no País. Nêle se integram, financiadas ou apoiadas pelo Govêrno Federal, obras de conclusão, construção ou ampliação de usinas da envergadura de Furnas, Urubupungá, Três Marias, Paulo Afonso (duplicação), Boa Esperança, Santa Cruz, Peixotos, Funil, Xavantes, Mimoso e Cachoeira Dourada, entre tantas outras.

Programação do Banco do Brasil e do BNDE

A política de crédito do Banco do Brasil continuará a ser em 1965 — como o foi em 1964 — parte integrante e harmônica da política financeira global do Poder Executivo. O êxito no contrôle das aplicações do Banco do Brasil no ano anterior permite se encare, com grande confiança, o cumprimento da programação estabelecida para 1965.

Em têrmos quantitativos, projetou-se, para 1965, tanto na Carteira de Crédito Agrícola e Industrial como na Carteira de Crédito Geral, uma expansão anual na mesma proporção do aumento esperado dos meios de pagamento. Tal expansão, todavia, levando em conta a demanda de crédito característica das diferentes fases do ano, se processará de modo a que resulte uma baixa gradual no

ritmo de aumento de crédito, condição necessária para o bom êxito no combate à inflação.

Na Carteira de Crédito Agrícola e Industrial terá ênfase a preocupação de evidenciar aos produtores e demais clientes a necessidade e conveniência de reaplicarem nas próprias atividades os resultados obtidos, a fim de que possam os recursos limitados do Banco atender a um maior número de emprêsas.

Na Carteira de Crédito Geral, atentar-se-á para o mesmo objetivo, vedado o auxílio creditício para operações que visem a propósitos especulativos, contrários à política do Govêrno.

O grave problema da insuficiência de recursos com que se debatia o BNDE foi resolvido de modo a permitir a continuidade de suas relevantes funções: os recursos do Fundo do Reaparelhamento Econômico foram reforçados pela incorporação, à receita regular da entidade, de 20% da arrecadação do impôsto de renda — que em 1965 poderá atingir Cr$ 200 bilhões — assegurando-se, assim, níveis satisfatórios para o atendimento dos compromissos assumidos, que incluem, em destaque, a conclusão da 1ª etapa da USIMINAS e a COSIPA, a continuação de obras de energia elétrica em todo o País, a instalação e expansão de indústrias de bens de equipamento e a assistência a diversos setores complementares da atividade agrícola.

Além dêsses recursos, o BNDE orientará a aplicação de parcela do acréscimo de reservas técnicas das Companhias de Seguro e Capitalização — estimada, para 1965, em Cr$ 3,2 bilhões — bem como parte dos recursos provenientes dos 3º, 4º e 5º Acôrdos do Trigo, de montante orçado em Cr$ 39 bilhões.

Programou ainda o Govêrno, através do BNDE, o amparo à pequena e média emprêsa, mediante repasse do empréstimo de US$ 27 milhões obtido do BID e de parte dos recursos decorrentes dos Acôrdos de Bonn, correspondente a US$ 7 milhões; adicionando-se a contrapartida em esfôrço próprio nacional, o programa de amparo à pequena e média emprêsa atingirá cifra equivalente a US$ 51 milhões.

O amparo financeiro federal ao desenvolvimento econômico, nos campos alcançados pela ação promocional do BNDE, comple-

tar-se-á, em 1965, com o funcionamento do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais — FINAME — que dará assistência à compra e venda de equipamentos produzidos no País.

Por outro lado, dentro da política econômico-financeira do Govêrno, o BNDE estudá novas formas de colaboração financeira às atividades econômicas do País, buscando obter, para tanto, recursos voluntários, internos e externos. Com tal orientação, aquêle organismo ampliará bastante seu campo de atuação, concorrendo, inclusive, para a consolidação de diversos setores industriais existentes e para melhor utilização da capacidade de produção instalada.

C — Projeções do Balanço de Pagamentos

A despeito das medidas saneadoras tomadas pelo atual Govêrno no setor externo da economia, as perspectivas do balanço de pagamentos sugerem ainda um elevado *deficit*. Graças àquelas medidas, entretanto, deverá ser inferior em cêrca de 45 por cento aos registrados nos dois anos anteriores.

PREVISÃO DO BALANÇO DE PAGAMENTO PARA 1965
(US$ 1.000.000)

ITENS	VALÔRES	
Mercadorias	+	*102*
1. a) Exportação		1.519
2. b) Importação	—	1.417
3. Serviços (+) (líquido)	—	*467*
Mercadorias e Serviços	—	*365*
4. Movimento de Capitais	+	*41*
a) Ingressos		766
b) Saídas	—	725
5. Deficit	—	*324*

Fonte: SUMOC.

As previsões para 1965 admitem ingressos de capital autônomo da ordem de US$ 766 milhões, nível que se equipara aos registrados nos anos em que a economia brasileira mais se beneficiou do influxo de recursos estrangeiros.

Confirmadas as previsões e supondo-se que durante 1965 serão resgatados todos os compromissos programados, no valor total de US$ 725 milhões, serão necessários recursos compensatórios na ordem de US$ 324 milhões, que é o valor do *deficit* previsto. Parte dessa quantia já foi obtida ou está em vias de o ser nas negociações realizadas e em fase de realização no exterior.

Espera-se, por outro lado, que a receita proveniente das exportações se eleve em 1965, em decorrência dos estímulos contidos na atual política de exportação. Ela poderá ultrapassar a marca do bilhão e meio de dólares, superando todos os valôres alcançados no último decênio.

Admite-se, por outro lado, que as importações aumentem de aproximadamente US$ 240 milhões em relação às verificadas em 1964. Considerando-se que o *deficit* do balanço de pagamentos, como já assinalado, acusará sensível redução em 1965, a majoração prevista no valor das importações corresponderá à efetiva ampliação da capacidade de importar.

Em razão dessa ampliação, infere-se que o ritmo dos investimentos poderá recuperar-se em 1965, dada a magnitude do conteúdo de importação na composição dos investimentos globais efetivados na economia.

D — Reformas Econômicas e Sociais

No campo das reformas econômicas e sociais, se muito se fêz em 1964, mais há por fazer. E com o propósito de atender às reformas que se impõem como meio de renovação em numerosos setores, o Executivo continuará a solicitar a colaboração do Legislativo em tão alta e importante missão.

Nesse sentido uma das primeiras cogitações versará sôbre uma nova discriminação de renda. Apesar do cuidado dos constituintes de 1946, a experiência tem demonstrado as deficiências existentes, especialmente no que diz respeito às receitas estaduais. Na realidade, pela exigüidade dos recursos de que dispõem, tornaram-se os Estados, na sua quase totalidade, verdadeiros postulantes do Govêrno Federal, que lhes deve fornecer, em alguns casos, até o numerário necessário ao pagamento do funcionalismo. E quais as conseqüências de tal estado de coisas na prática federativa não escapa a ninguém, já que se não poderá falar em autonomia ou liberdade de quem se encontra à mercê da boa ou má-vontade do Presidente da República ou do Banco do Brasil, se não de ambos simultâneamente. Se quisermos, portanto, dar vida à federação brasileira, emprestando-lhe o vigor que deve possuir, ter-se-á de proporcionar aos Estados a independência financeira há muito desaparecida.

Nesse campo da discriminação de renda, não bastará transferir à União, como já é mais ou menos pacífico, o impôsto de exportação, e disciplinar, no sentido da uniformização, a atual legislação sôbre o impôsto de vendas e consignações. Será mister aprofundar muito mais, aproveitando do melhor modo possível os ensinamentos decorrentes da prática constitucional.

Também é pensamento do Govêrno apresentar sugestões provindas da aplicação do Ato Institucional, do qual se poderiam com real proveito, incorporar certos dispositivos ao texto constitucional. Estão nesse caso os que conferem ao Presidente da República, privativamente, a iniciativa de leis que majorem a despesa pública, e vedam a apresentação à Proposta de Orçamento, de emenda que implique em aumento dos gastos públicos.

Além dos novos códigos, alguns dêles de marcada repercussão no domínio econômico e social, quero mencionar uma das reformas de maior importância — a Reforma Administrativa. É um velho anseio de quantos já lidaram com a emperrada máquina administrativa brasileira, extraordinàriamente centralizada, e inteiramente incapaz de atender às mais elementares necessidades do serviço público. Já anteriormente fôra objeto de valiosos estudos por

parte de uma comissão presidida pelo Ministro Amaral Peixoto, bem como de outra da Fundação Getúlio Vargas. Presentemente, sob a orientação do Ministro do Planejamento, o Govêrno ultima o projeto que espera, em breve, remeter ao Congresso Nacional.

O grande objetivo da Reforma há de ser, evidentemente, elevar a produtividade da máquina administrativa, aparelhando-a para servir ao desenvolvimento nacional, em tôdas as suas manifestações. Deverá o projeto cuidar dos três principais aspectos sob os quais aquêle organismo pode ser considerado: o da estruturação de órgãos; o do funcionamento dêsses órgãos; e, notadamente, o da motivação dos funcionários.

O propósito é obter que o setor governamental possa operar com a eficiência da emprêsa privada.

A Administração Federal terá de atuar inspirando-se em uma política de descentralização dos serviços, por ser a única compatível com as necessidades do País, quebrando-se corajosamente uma tradição centralizadora que conduziu ao congestionamento das repartições nos escalões superiores, em prejuízo do contato imediato com os problemas e as realidades periféricas.

Os órgãos da administração federal deverão projetar efetivamente sua atividade por todo o território nacional, agindo descentralizadamente, com maior rapidez, e envidando esforços no sentido de uma integração regional compatível com as necessidades da população e as exigências das técnicas modernas de ação do Estado.

Agindo de acôrdo com planejamento adequado e através de programas de trabalho coordenados; dando ao orçamento o sentido programático que perdera; organizando a direção superior da administração; adotando uma política de descentralização de serviços; instituindo sistema de efetivo contrôle dos dispêndios públicos e de responsabilidade de seus agentes; incentivando a intercomunicação administrativa, a projeção regional da administração e a integração dos serviços com melhor aproveitamento dos meios disponíveis; valorizando a função pública e restabelecendo

o prestígio social do funcionário, ter-se-ão criado condições garantidoras do dinamismo, da eficiência no serviço público federal, tão ansiosamente desejados pela coletividade brasileira.

Cabe salientar, finalmente, na área das reformas econômicas e sociais, que 1965 será o ano do início da execução da reforma agrária. A implementação do Estatuto da Terra será feita com base na implantação de dois novos organismos autárquicos — IBRA e INDA —, cuja estruturação está pràticamente concluída. Os instrumentos básicos da nova política agrícola — o cadastro e a tributação — serão implantados ainda no exercício de 1965.

Tôda a regulamentação das questões administrativas, técnicas, econômicas e financeiras previstas no Estatuto da Terra será transformada em decretos ou atos normativos dos órgãos responsáveis pela execução daquele diploma legal até o fim de maio do corrente ano.

O IBRA, tão logo seja estruturado, deverá executar o I Plano Nacional de Reforma Agrária. Até lá, limitará sua ação a casos de extrema gravidade e ao recrutamento e preparação de pessoal necessário à constituição de seus quadros técnicos e administrativos.

DIRETRIZES NA ÁREA EXTERNA

O Govêrno revolucionário continuará a pautar sua ação externa pelas linhas básicas anteriormente definidas, fazendo de sua política exterior o instrumental cada vez mais eficaz que assegure a contribuição externa para o seu programa de ação global.

Em têrmos específicos, procurará o Govêrno brasileiro reforçar o sistema interamericano, reformulando-o para maior eficiência dos instrumentos de segurança do hemisfério e adaptando-o a novas tarefas impostas pela evolução da posição dos países-membros do sistema. O impasse existente há vários anos quanto ao próprio funcionamento do sistema interamericano deverá ser rompido com a celebração da II Conferência Interamericana Extraordinária do Rio de Janeiro, na primeira parte do ano em curso, quando se

espera a inauguração de uma nova fase capaz de propiciar solução para alguns problemas fundamentais do continente.

Quanto à Organização das Nações Unidas, o Govêrno brasileiro reiterará a posição enunciada durante o debate geral da XIX Assembléia Geral, favorável a uma reforma da Carta de São Francisco que incorpore o conceito e o mecanismo de funcionamento das operações de manutenção da paz, cujo desenvolvimento se fêz à margem do estatuto legal da Organização, criando, em decorrência, a crise financeira com que ora se defronta a ONU.

Por outro lado, batalhará o Brasil pela implementação dos mecanismos previstos na Ata Final da Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento, com vistas à reestruturação do comércio internacional em função do desenvolvimento econômico dos países menos favorecidos. Ao mesmo tempo, participará ativamente o Brasil das negociações para a adaptação do Acôrdo Geral de Tarifas e Comércio ao progresso resultante das negociações daquela Conferência.

No plano econômico, procurará o Govêrno brasileiro assegurar a canalização de recursos dos países exportadores de capital para o programa de investimentos brasileiros, seja através de créditos em condições adequadas seja através de investimentos.

Consciente de que a ajuda externa deverá constituir complementação temporária das necessidades de recursos para investimento e de caber ao comércio exterior propiciar os recursos para o desenvolvimento econômico do País, o Govêrno continuará a adotar medidas que assegurem a indispensável expansão das exportações tanto dos produtos tradicionais quanto de produtos manufaturados. Além das que afetam as condições do comércio exterior, procurará o Govêrno desenvolver ação mais positiva de conquista de mercados, especialmente aquêles nos quais ainda não se verifica a desejada penetração de produtos brasileiros.

PARTE IV

ASPECTOS SETORIAIS DA ATIVIDADE GOVERNAMENTAL EM 1964 E SUA PROGRAMAÇÃO PARA 1965

INFRAESTRUTURA

Energia

Responsável pelo aproveitamento dos mais importantes recursos naturais, cabe ao Ministério de Minas e Energia a condução e coordenação de atividades básicas da economia do País. Sob sua jurisdição se encontram a Comissão Nacional de Energia Nuclear, a Comissão do Plano do Carvão Nacional, a Cia. Vale do Rio Doce e subsidiárias, a PETROBRÁS e subsidiárias, ELETROBRÁS e subsidiárias, além de tôdas as sociedades de economia mista da União e entidades autárquicas que tenham por objetivo:

a) *Produção e comércio de energia;*

b) *Produção e comércio de minerais.*

A — *Energia Elétrica*

Realizações em 1964

A política do Govêrno no campo de energia elétrica prevê a coexistência de ação estatal e iniciativa privada, coexistência essa que vem apresentando resultados alentadores, a exemplo da CEMIG em Minas Gerais. Dentro da política de evitar criação de pontos de estrangulamento, os investimentos em energia elétrica deverão ser convenientemente remunerados. As atividades da ELETROBRÁS, em 1964, foram pautadas dentro dos princípios de que à Emprêsa cabe o papel de órgão financiador dos empreendimentos setoriais e os atendimentos da política nacional de Energia Elétrica. A colaboração financeira da ELETROBRÁS ao Setor de

Energia Elétrica somou, no exercício de 1964, Cr$ 54,5 bilhões, sendo Cr$ 12,5 bilhões como participação, Cr$ 30,9 bilhões sob a forma de financiamento e Cr$ 11 bilhões como empréstimo a curto prazo. Foi assegurada, naquele ano, perfeita regularidade na seqüência do cronograma de obras setoriais. A programação das atividades possibilitou enquadrar programas regionais e locais de energia elétrica no contexto do Programa Nacional de Eletrificação, aglutinando recursos federais e estaduais.

Dentre êsses programas convém destacar:

— A Cia. Hidrelétrica do São Francisco, que vem acompanhando o grande desenvolvimento de seu mercado consumidor, ampliando constantemente seus sistemas de geração, transformação e transmissão. No setor específico de geração foram realizadas as obras de ampliação da Usina de Paulo Afonso II, com a entrada em serviço de mais uma unidade geradora (n.º 6), além da evolução das obras em mais três unidades. Terão prosseguimento, em 1965, as obras civis para instalação de três novas unidades da Usina de Paulo Afonso II, e os trabalhos de escavação da Usina de Paulo Afonso III.

— As atividades da Central Elétrica de Furnas representaram, em 1964, um acréscimo de duas unidades geradoras de 150.000kw cada uma, com o que Furnas passa a operar com 600.000kw instalados. A Central Elétrica de Furnas iniciará, em 1965, dois projetos de grande envergadura. O primeiro, a Hidrelétrica do Estreito, com 800.000kw de potência final. O segundo, a construção da linha Peixoto-Furnas-Guanabara, e a duplicação da linha Poços de Caldas-São Paulo.

— A Cia. Hidrelétrica do Vale do Paraíba (CHEVAP) vem executando a construção da Central Hidrelétrica do Funil, a Central Termelétrica de Santa Cruz e a operação da Usina Termelétrica de Resende, além da implantação da rêde de transmissão que integrará essas três usinas no sistema elétrico da região Centro-Sul.

Política de Energia Elétrica

A política de energia elétrica, em execução pelo Govêrno, pode ser resumida nos seguintes princípios norteadores:

I — Para aproveitamento dos recursos energéticos:

a) criação de clima favorável às emprêsas concessionárias, reconhecendo-se-lhes o direito a uma justa remuneração do investimento;

b) orientação dos planos globais com vista ao atendimento das necessidades nacionais de forma equitativa e econômica, objetivando a maior produtividade dos investimentos;

c) ampliação dos sistemas geradores com base em usinas convencionais;

d) no tocante à energia nuclear, concentrar a atividade na formação de técnicos, na pesquisa, na prospecção, na produção de isótopos e, eventualmente, na instalação de uma usina átomo-elétrica pioneira. A energia atômica não deve ser considerada como fonte geradora de energia elétrica em larga escala, no presente estágio;

e) aproveitamento das reservas de carvão do sul do País como fonte suplementar de energia primária para produção de energia elétrica;

f) redução da utilização dos produtos de petróleo para produção de energia elétrica;

g) estímulo à padronização de instalações dos equipamentos usados nos serviços de eletricidade;

h) estímulo à formação de pessoal técnico.

II — Para harmonizar a atividade das emprêsas públicas e privadas:

a) adotar medidas administrativas visando permitir que as emprêsas privadas voltem a contribuir com recursos próprios ou pelas mesmas mobilizados, para expansão e melhoria dos serviços;

b) descentralizar a administração federal, de forma a amparar as emprêsas sob contrôle estadual, a fim de reduzir a ação federal em suas áreas de influência.

III — Para fortalecimento da ação reguladora do Poder Público:

a) restaurar e reaparelhar os órgãos públicos de fiscalização e contrôle;

b) fortalecer estruturalmente a ELETROBRAS para o cabal desempenho de suas funções de emprêsa «Holding»;

c) manter a posição da União como supletiva, fiscal, coordenadora, reguladora e planejadora no setor de energia elétrica;

d) concentrar no Ministério das Minas e Energia as funções de planificação especializada e execução da política de eletrificação do País;

e) estudar e, posteriormente, sugerir a coordenação dos órgãos que atuam na área de energia elétrica, quer no conjunto do Govêrno Federal, quer no âmbito do próprio Ministério das Minas e Energia.

Programa de Investimentos

Em relação ao programa de investimentos, ressalta-se:

a) a estimativa da demanda de energia elétrica no País baseada não apenas no estudo realizado pelo Comitê Energético da Região Centro-Sul, com a cooperação da ONU e do BIRD, mas também nos demais estudos regionais disponíveis, indica a necessidade de atingirmos, em 1970, uma potência instalada de energia da ordem de 12.665.000 kw, com os correspondentes serviços de transmissão e distribuição. A consecução daquele objetivo exigiria a manutenção de uma taxa cumulativa de crescimento de 11,4% ao ano, taxa essa um pouco superior à verificada no último decênio (9%);

b) a execução do programa acima apresentado exigirá investimentos estimados em Cr$ 3,7 trilhões (preços de 1964). Êste programa corresponde a obras físicas equivalentes a 7.118.000 kw de capacidade instalada, compreendendo geração, transmissão e distribuição;

c) para o ano de 1965, o Programa de Ação do Govêrno prevê investimentos no montante de Cr$ 494 bilhões (a preços de 1964), a serem financiados com recursos provenientes do Fundo Federal de Eletrificação, Empréstimo Compulsório sôbre Energia Elétrica, Capitalização Compulsória pelos usuários e recursos externos.

B — *Petróleo*

Conselho Nacional de Petróleo

Como órgão orientador da política nacional do petróleo, o Conselho Nacional de Petróleo regulamentou a eliminação de subsídios às importações de petróleo e seus derivados. Essa providência veio favorecer a PETROBRÁS, que teve aumentado o fluxo de recursos, não-inflacionários, necessários à dinamização de suas atividades.

A necessidade de ampliação de recursos destinados a uma série de investimentos de infraestrutura, no setor público, levou o Govêrno a reformular a incidência do Impôsto Único sôbre lubrificantes líquidos e gasosos.

Com o objetivo de conseguir a adequação da economia do petróleo às necessidades do desenvolvimento nacional, o Conselho Nacional do Petróleo, em 1965, continuará empenhado no desenvolvimento da indústria petroquímica, a fim de reduzir os pesados encargos que a importação de produtos daquele setor, especialmente fertilizantes, impõe ao nosso balanço de pagamentos; no prosseguimento da política de uniformização dos preços dos derivados de petróleo, no território nacional; na regulamentação da atividade das emprêsas transportadoras, com a finalidade de definir as responsabilidades e disciplinar o fluxo dos derivados do petróleo para os mercados consumidores; no incentivo à implantação de parques de armazenamento e distribuição dos derivados de petróleo, condicionando-os às necessidades regionais.

PETROBRAS

A PETROBRÁS, principal instrumento de execução da política do petróleo, vem passando por reformas estruturais de importância e fortalecida realisticamente pelo Govêrno. O sistema financeiro da Emprêsa sofria a influência de dois fatôres externos que perturbavam uma adequada programação de suas atividades e reduziam sua capacidade de investimentos.

O primeiro era o crônico desequilíbrio entre preços e custos. O congelamento da taxa cambial e dos preços dos derivados por largos períodos permitia que a elevação inflacionária dos custos corroesse os saldos industriais da Emprêsa, parcela principal dos recursos necessários a seus investimentos.

A Instrução nº 270 corrigiu essa anomalia e, posteriormente, a nova Lei do Impôsto Único, originada de mensagens do Poder Executivo, redefiniu a sistemática de formação de preços dos derivados do petróleo.

O segundo fator era a irregularidade do fluxo de cambiais, vital à execução dos programas de expansão de indústria. O Govêrno, através das autoridades cambiais, vem dando cuidadoso exame ao problema e suprirá de cambiais, prioritàriamente, os projetos da Emprêsa que comprovadamente contribuam para reduzir o dispêndio de divisas necessário ao abastecimento do mercado interno de derivados do petróleo.

Uma outra ordem de fatôres internos na Emprêsa, como vícios de organização e falhas de orientação financeira, contribuia para agravar aquelas influências externas negativas.

Por não ter havido adequado planejamento ocorreram fatôres negativos que podem ser caracterizados nos seguintes itens:

a) falta de coordenação na programação de atividades;

b) ausência de critérios de produtividade econômica na elaboração e execução de projetos e nas operações industriais; e

c) ausência de fiscalização e acompanhamento técnico e financeiro das atividades industriais e de obras.

A atual administração da Emprêsa vem eliminando gradativamente tais deficiências. Já está aprovada e em fase de implantação a reformulação da sua organização interna da qual se obterá melhor eficiência por um grau maior de descentralização administrativa acompanhado de precisa definição de responsabilidades e hierarquia.

O reatamento do contrôle das atividades da PETROBRAS através do acompanhamento sistemático de execução do seu Programa/Orçamento foi outra medida posta em prática.

No momento está sendo ultimado o nôvo plano de médio prazo para a expansão da Emprêsa. Êle se estenderá até 1970 e enquadrará tôda a sua atividade dentro dos princípios gerais da politica de petróleo do Govêrno aqui definidos.

O ano de 1964 foi o ano da ação de aperfeiçoamento dos instrumentos com que o Govêrno conta para enfrentar o problema do abastecimento energético do País na parte relativa ao petróleo. A PETROBRAS prosseguiu, também, obras básicas para a expansão da indústria do petróleo e aperfeiçoou seus índices de operação e comercialização dos produtos dela decorrentes.

Fato extraordinàriamente auspicioso em relação às perspectivas da produção petrolífera foi a descoberta, em Sergipe, do campo de Carmópolis, considerado o maior até hoje conhecido no País. Quer para Sergipe, quer para o Brasil é acontecimento de grande significação econômica. Com cêrca de cinqüenta quilômetros quadrados, aumentará nossas reservas de petróleo de 150 milhões de metros cúbicos aproximadamente, além de uma perspectiva adicional de mais 130 milhões. Convém notar que a PETROBRAS também constatou ai novas reservas de sal-gema, que se somarão às de Cotinguiba.

Politica de Petróleo

O suprimento regular de combustível líquido sendo uma das condições essenciais ao êxito do Programa de Ação do Govêrno, prevê aceleração do ritmo de desenvolvimento econômico do País.

Em 1964, após apresentar nos últimos dez anos taxa media de expansão de consumo anual da ordem de 7%, o petróleo tornou-se responsável por 48% do nosso abastecimento energético.

Hoje o suprimento de energia oriunda do petróleo, que representa mais de 400 milhões de dólares por ano, onera nossa balança de pagamentos em 221 milhões. A taxa média de expansão que se tem verificado, êsse dispêndio crescerá de quase 30 milhões de dólares anualmente, a menos que a produção interna da indústria do petróleo continue a expandir-se em taxa capaz de cobrir essa diferença.

A política de preços internos, seguida por longos anos, de subsídios ao consumo dos derivados do petróleo tem ainda favorecido a tendência ascensional de sua participação em nosso balanço energético.

A política do petróleo do atual Govêrno vem-se caracterizando nestas diretrizes:

a) procurar obter todo o suprimento de petróleo que o nosso desenvolvimento exija, através de forte apoio à expansão da indústria nacional do petróleo, para manter pelo menos estável, em valor absoluto, o dispêndio cambial com a compra externa dêsse combustível; e

b) preços internos sem subsídios, visando a um mercado de energia aberto, baseado (1) no mais baixo preço possível face às condições do mercado e às necessidades de financiamento da expansão da indústria, e (2) na livre escolha pelos consumidores da fonte de energia que melhor convenha às suas necessidades específicas.

Deve ser aqui acentuado que o monopólio estatal do petróleo não constitui um fim em si mesmo, mas é poderoso instrumento indispensável à efetivação da política de petróleo do Govêrno.

Representa inestimável necessidade de nossa economia e decorre da própria essência da indústria integrada do petróleo, que busca seu equilíbrio global na intercompensação dos desequilíbrios de suas várias partes. Transformar integralmente o monopólio de direito do Estado, em monopólio de fato, fazendo com que o abastecimento nacional e regional do País ocorra dentro de índices de elevada eficiência é objetivo da ação do Govêrno no campo do petróleo.

A obtenção dêsse objetivo no ritmo impôsto pelas necessidades da economia nacional exige alta eficiência dos instrumentos de que dispõe o Govêrno para a sua consecução. O aperfeiçoamento do aparelho administrativo do Conselho Nacional do Petróleo e a renovação da PETROBRÁS, no sentido de dotá-la de melhores condições de produtividade, foram os pontos prioritários ativados pelo Govêrno no ano passado. Planejamento cuidadoso das atividades fins dêsses órgãos, dentro de critérios rigorosamente econômicos, em consonância com a política de petróleo do Govêrno é a segunda etapa agora em andamento.

C — *Carvão*

O problema do aproveitamento e incremento do consumo do carvão nacional é o objetivo básico do Ministério das Minas e Energia no setor carbonífero.

A linha mestra da política do carvão deverá fundar-se num planejamento econômico global. Como reflexo desta política pretende-se aliviar o impacto negativo, no balanço de pagamentos, resultante da importação forçada do carvão estrangeiro, enxôfre e fertilizantes, cuja estimativa para 1965 é da ordem de US$ 50 milhões.

Os estudos feitos recomendam a ampliação, com um sentido harmônico, do consumo dos três produtos resultantes do beneficiamento do carvão: metalúrgico, carvão-vapor e rejeitos piritosos.

Enquanto se desenvolve, em ritmo acelerado, o consumo do carvão metalúrgico, o carvão-vapor sofre limitações que obrigam à acumulação de estoques elevados (cêrca de 34% do carvão beneficiado), e o rejeito piritoso constitui uma sobrecarga onerosa, pela ausência de indústrias que realizem sua utilização. Os estoques acumulados de rejeitos piritosos já vão a 5 milhões de toneladas em um crescimento anual de 0,4 milhões.

Os estudos feitos evidenciam a necessidade de se conduzir a solução do problema do carvão com a preocupação prioritária de utilizá-lo como fonte energética para indústrias das regiões carboníferas e como matéria-prima para essa utilização.

Em 1964, as usinas de Charqueadas, Figueira, Tubarão e a Usina de Capivari da SOTELCA consubstanciaram em grande parte e constituíram realizações importantes da política em relação a êsse setor.

A utilização do carvão-vapor, partindo de sua gaseificação ou dos rejeitos piritosos para fabricação de fertilizantes representará um aspecto altamente positivo do panorama carbonífero, quer reduzindo a importação dos fertilizantes, quer deixando de constituir parcialmente, na medida em que fôr utilizado, um ônus para o carvão metalúrgico.

Em linhas gerais, a política do carvão veiculada através da Comissão do Plano do Carvão Nacional está assim formulada:

I — Fortalecer a economia carvoeira por via de:

a) aumento da percentagem de utilização do carvão nacional nas usinas siderúrgicas, realizando paralelamente experimentações com diferentes porcentagens para determinação de níveis econômicos de utilização;

b) incremento do uso de carvão nacional na termeletricidade, principalmente nas regiões sul e centro-sul;

c) incentivo à implantação de indústrias de ácido sulfúrico, enxôfre, fertilizantes e siderúrgica na zona do carvão;

d) mecanização e concentração da produção na proporção em que aumente o consumo.

II — Estudar a conjuntura atual do carvão nacional com vistas à atualização da Lei nº 3.860, de 24-12-1960.

III — Favorecer maior e melhor articulação entre as emprêsas siderúrgicas e os mineradores de carvão, incluindo eventualmente as grandes emprêsas de mineração de ferro, de modo a se obter o máximo rendimento dos respectivos recursos técnicos, financeiros e dos meios de transporte.

Transportes

A Política de Transportes

O programa de govêrno visa, fundamentalmente, o eficiente e econômico atendimento de demanda de transportes, e a eliminação do importante foco inflacionário representado pelas emissões necessárias à cobertura dos *deficits* operacionais. Para tanto, programa-se a redução dos custos de transportes e sua gradativa transferência para os usuários, através dos fretes, convergindo ambos para o equilíbrio financeiro das autarquias envolvidas, de modo a inverter a tendência à participação crescente da coletividade nos custos de transporte.

A despeito de não ser, sempre, do ponto de vista nacional, o meio de transporte ideal, o setor rodoviário absorveu, nos últimos anos, 80% do incremento da demanda. Isto se deveu, em grande parte, às suas condições de rapidez, segurança e flexibilidade, não representando, obrigatòriamente, o preço mais baixo que o usuário pode desfrutar. A participação dos setores marítimo e ferroviário nas mercadorias transportadas decaiu de 67% para 33%, nos últimos 14 anos, o que, aliado à sua alta proporção de custos fixos e à elevação dos custos variáveis, explica grande parte dos seus crescentes *deficits*.

Dentro da orientação e política do Govêrno no setor de Transporte, o Ministério da Viação e Obras Públicas providenciou um programa de ação imediata para o triênio 1964/66, compreendendo, bàsicamente, três partes :

a) Transportes — Expansão e Exploração;
b) Valorização Regional;
c) Telecomunicações e Serviços Postais;

Nesse plano, e na medida das possibilidades, foram considerados os esforços no sentido de uma política ordenada de investimentos, evitando a pulverização de recursos escassos, procurando-se canalizar os investimentos para os empreendimentos prioritários incluídos nos Planos Preferenciais e, dentre êstes, selecionados os de maior urgência em relação ao triênio referido.

A execução da política de transportes em 1964 será focalizada, a seguir, nos diferentes setores.

Setor Ferroviário

Através da Rêde Ferroviária Federal, procurou-se, em 1964, criar condições técnicas de trabalho que permitissem progressivo aumento de produtividade, com o conseqüente reflexo na redução dos *deficits* operacionais.

Como realizações da maior significação, dentro do setor ferroviário, cabe ressaltar :

a) renovação de Via Permanente: cêrca de 2.300 km de linhas foram totalmente renovados, melhorando-se as condições de tráfego do sistema pelo aumento de velocidade comercial e pelo maior pêso dos trens;

b) renovação do Material Rodante e de Tração : aquisição de 400 novos vagões e, dentro do programa de dieselização, 56 locomotivas Diesel-elétricas;

c) eletrificação: concentração de recursos no sistema eletrificado das áreas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte;

d) sinalização automática para 450 km de linha da Estrada de Ferro Central do Brasil;

e) criação de duas subsidiárias, a primeira destinada à exploração de armazéns e silos — Armazéns Gerais Ferroviários S. A.

(AGEF) — e a segunda, a Urbanizadora Ferroviária S. A. para exploração comercial do Patrimônio da Rêde Ferroviária Federal S. A.

Em caráter prioritário, a Rêde Ferroviária Federal S.A. realizou a integração tarifária. Foram efetuados, especialmente, estudos sôbre as tarifas de minério e carvão, procurando aproximá-las do custo real do transporte. Isto resultará, dada a elevada participação (cêrca de 20%) dêstes produtos no esfôrço de tração ferroviária, em substancial redução da subvenção necessária ao custeio da Rêde Ferroviária Federal S. A. Êste fato é auspicioso se lembrarmos que o percentual pago pelo usuário para o transporte ferroviário vinha decaindo, de forma sensível, nos últimos anos e, especialmente, no período 1957/63, quando passou de 46% para 28%, com a conseqüente complementação por parte da coletividade.

No que se refere à situação financeira, é importante ressaltar que o *deficit* previsto, antes da série de medidas saneadoras tomadas, era da ordem de Cr$ 463 bilhões, sendo reduzido no final do exercício em cêrca de Cr$ 163 bilhões. Para 1965 é esperada uma considerável redução dêste *deficit* em têrmos reais.

O Departamento Nacional de Estradas de Ferro iniciou suas atividades em 1964 dando início ao Programa de Ação Imediata para o triênio 1964/66, cujas diretrizes passaram a orientar os trabalhos desta autarquia.

Setor Rodoviário

O esfôrço físico global dos sistemas de transportes que, em 13 anos (1950/63), se elevou de 100 para 338, foi, em larga parte, consubstanciado no crescimento do transporte rodoviário que evoluiu, no mesmo período, de 100 para 577.

Dentre as rodovias que tiveram seus serviços impulsionados, em 1964, destacam-se especialmente os substanciais avanços efetuados na segunda pista da BR-2, Rio-São Paulo; na BR-3, o trecho divisa da Rio de Janeiro-Juiz de Fora; na BR-5, o trecho compreendido entre Linhares (Espírito Santo) e Sapeaçu (Bahia); na BR-57, o trecho entre seu entroncamento com a BR-2 e Três

Rios; e na BR-106, o trecho entre a divisa do Estado de São Paulo e Uberlândia.

Além dos investimentos efetuados em pavimentação e implantações, deve ser salientado que 1964 foi, também, bàsicamente, um ano de saneamento financeiro. Desta forma, foram atualizados todos os débitos do DNER com relação ao setor privado, até então financiador forçado.

Com as reformas efetivadas no impôsto único sôbre combustíveis e lubrificantes, e com o saneamento financeiro efetuado, podem-se esperar para 1965 resultados bem mais positivos, tanto quanto à eficiência e barateamento dos serviços, como no que se refere ao vulto e à rentabilidade dos investimentos. No global, os investimentos previstos para 1965 montam a Cr$ 204 bilhões, representando um crescimento real substancial em relação a 1964 e anos anteriores.

Navegação

À semelhança do setor ferroviário, a coletividade vinha subsidiando de forma crescente os custos operacionais dos transportes marítimos. De uma participação de 19% em 1957, a coletividade passou a absorver, em 1963, cêrca de 47% dos custos operacionais de transporte neste setor.

A participação do petróleo e derivados no transporte marítimo, cada ano mais intensa, somando-se à queda progressiva verificada nas cargas de transporte optativo, provoca violenta distorção na estrutura de transporte.

COMPARAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE TRANSPORTE MARÍTIMO

CARGA	ESTRUTURA DE 1960 (%)	ESTRUTURA DE 1963 (%)
Petróleo e derivados	29	59
Demais cargas	71	41

As companhias de navegação continuaram a sofrer, em 1964, os efeitos do deslocamento de extensa gama de cargas, objeto, atualmente, do transporte rodoviário.

Para 1965 estão previstos investimentos, pela Marinha Mercante, da ordem de Cr$ 72 bilhões. Espera-se obter neste mesmo ano uma redução dos *deficits* das emprêsas de navegação para um valor de aproximadamente Cr$ 22,2 bilhões.

Construção Naval

A fim de renovar a frota mercante nacional e assegurar a continuidade da construção naval, com o aproveitamento máximo de sua capacidade, a Comissão de Marinha Mercante prosseguiu, durante o ano de 1964, nas encomendas de navios aos estaleiros nacionais.

ENCOMENDAS EFETUADAS EM 1964

TIPO	QUANTIDADE	TDW
Graneleiro	4	72.000
Cargueiro	16	111.000
Petroleiro	6	63.000
Barco de Carga	1	782

No decorrer do ano de 1964 foram recebidas pela Comissão de Marinha Mercante as seguintes unidades :

TIPO	QUANTIDADE	TDW
Cargueiro	6	59.200
Barcas de Passageiros	2	378
Barcas de Carga	1	390

Portos

A falta de manutenção e reaparelhamento dos portos, aliada a fatôres de ordem econômico-social, distorceram profundamente os transportes marítimos e fluviais, culminando com os desloca-

mentos de cargas, já referidos, e que, tradicionalmente, eram transportadas, de forma econômica, através de cabotagem.

O Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis procedeu ao estudo básico para reorganização geral dos serviços portuários, compreendendo:

a) a revisão e consolidação da Legislação portuária;

b) o regulamento geral dos serviços portuários;

c) o Estatuto dos Portuários.

As obras portuárias de maior realce, no ano de 1964, foram sintèticamente:

1ª) Obra de sustentação do cais flutuante de Manaus.

2ª) Pavimentação complementar, linha férrea e abastecimento dágua ao pôrto de Mucuripe.

3ª) Obras de armazéns, pavimentação, linhas férreas e instalação hidráulica do Pôrto de Camocim.

4ª) Frigorífico no Pôrto de Cabedelo.

5ª) Construção do molhe de proteção do Pôrto de Ilhéus.

6ª) Conclusão das obras de enrocamento no Pôrto de Salvador.

7ª) Alteamento de enrocamento em largo trecho do Pôrto de Vitória.

8ª) Dragagem parcial dos portos do Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, São Francisco, Pôrto Alegre, Santa Vitória do Palmar.

Pelo Pôrto do Rio de Janeiro foram movimentadas 5,2 milhões de toneladas, sendo que o minério de ferro contribuiu com a exportação de 1,8 milhões de toneladas.

O acréscimo de receita da Administração do Pôrto do Rio de Janeiro em 1964 em relação ao ano anterior foi da ordem de 10%, o que significa uma queda em têrmos reais, pelo fato de não ter havido majoração de tarifas desde dezembro de 1962, aliado à sensível baixa no movimento de cargas do exterior e ao decréscimo

no movimento de navegação de cabotagem. Encontra-se em ampliação o Parque de Minério e Carvão do Pôrto do Rio de Janeiro que dará à A. P. R. J. uma capacidade de exportação de cêrca de 3 milhões de toneladas por ano.

Setor Aeroviário

A participação do transporte aéreo na distribuição da demanda por transporte vem diminuindo com a manutenção, em têrmos absolutos, do volume de tração caracterizado desde 1957 em 0,1 bilhões de t.km/ano.

Notou-se ainda a redução de participação do usuário no custo real do serviço. Esta redução se caracterizou em participações de 97,1% em 1950, para 76,5% em 1963. O reajustamento de tarifas aéreas, iniciado em 1964, deve reduzir de forma substancial a participação da coletividade no custo de operação de transporte aéreo, desde que amparado por uma diminuição dos custos de operação.

Linhas de Ação

A recuperação econômica e operacional de transportes condiciona-se aos seguintes elencos de medidas, em execução no ano de 1965:

1 — *Setor Ferroviário*

— Limitação de novas construções ferroviárias, admitidas sòmente implantações de comprovada justificação;

— concentrações dos investimentos na infraestrutura, visando primeiramente à eliminação dos pontos de estrangulamento, através de melhoria dos traçados, ampliação dos terminais, pátios e armazéns, mecanização do manuseio das cargas, além de certas unificações de bitola;

— adequações do material rodante à estrutura das linhas e das comunicações com vistas à maior densidade, rapidez e segurança das composições;

— aumento da oferta do transporte ferroviário das cargas pesadas sob condições operacionais e econômicas adequadas;

— dinamização comercial através do saneamento dos custos, da maior captação de cargas em conseqüência do melhor serviço oferecido, e de revisão tarifária que faça incidir sôbre os usuários maior parcela do custo;

— unificação das administrações ferroviárias pelas regiões geográficas;

— reexame dos processos operacionais objetivando elevar as densidades de tráfego; a mais rápida e eficiente circulação dos trens e o melhor aproveitamento do material rodante; aceleramento do processo de adequação dos quadros de pessoal, e da fixação de vencimentos justos por serviços efetivamente prestados, conforme determinará o estatuto do ferroviário;

— desligamento do pessoal com direito a aposentadoria e provimento das vagas através do retreinamento e deslocamento do pessoal já existente;

— revisão da legislação restritiva do tráfego ferroviário, bem como a correção das rotinas que impedem maior produtividade.

II — *Setor Rodoviário*

— Continuação da política rodoviária estabelecida pela Lei nº 8.463;

— atribuição aos usuários das rodovias de maior parcela do custo de sua implantação e conservação, através do impôsto único sôbre combustíveis e lubrificantes;

— prosseguimento da pavimentação de rodovias, com ordem de prioridade consoante os volumes previstos de tráfego, e melhoramento das rodovias de condições técnicas inaceitáveis nos casos em que o tráfego não justifique a pavimentação;

— consolidação das vias de penetração em função do volume previsto de tráfego, compatível com os dispêndios;

— sustação do início de obras novas que não as previstas no Plano Preferencial;

— aceleramento do programa de rodovias substitutivas de trechos ferroviários antieconômicos;

— programação das frentes de trabalho, com prioridade aos segmentos vizinhos dos pontos geradores de tráfego.

III — *Setor Marítimo e Fluvial*

— Recuperação dos portos brasileiros em função do volume de tráfego e seus fluxos;

— recuperação da frota mercante à medida que se proceder ao reequipamento, desburocratização e melhoria da produtividade dos portos;

— modificação dos sistemas de operação portuária, objetivando aumentar a produtividade e minimizar os custos operacionais;

— revisão da legislação referente ao pessoal marítimo, portuário e de construção naval, buscando maior produtividade e remuneração justa pelo trabalho efetivamente realizado.

IV — *Setor Aeroviário*

— Ajustamento da oferta à procura por transporte aéreo, através da redução ou consolidação de linhas e horários;

— alijamento das aeronaves excedentes, com vistas à redução do passivo das emprêsas aéreas;

— concentração dos investimentos na infraestrutura.

Com a finalidade de proporcionar uma idéia mais global da magnitude do esfôrço governamental, no setor de transportes, apresenta-se a seguir, além da programação dos *deficits* a serem financiados, em 1965, comparando-os com aquêles de 1963 e 1964, a programação de despesas de capital pelos diferentes setores.

SUBVENÇÕES FEDERAIS

(Cr$ Bilhões de junho de 1964)

SISTEMA	1963	1964	1965
Ferroviário	305,0	299,2	214,0
Navegação	88,0	75,8	47,2
Marítimo	77,7	51,0	22,2
Portuário	10,3	24,8	25,0
Aeroviário	20,4	18,0	17,9
Total	413,4	393,0	279,1
Índice	100	95	67

DESPESAS DE CAPITAL — 1965

SISTEMA	Cr$ bilhões correntes
Ferroviário	173,2
D.N.E.F.	73,8
R.F.F.S.A.	99,4 (*)
Navegação	69,4
D.N.P.V.N.	17,4
C.M.M.	52,0
Aeroviário	58,5 (*)

(*) Incluindo recursos provenientes de fundos extra-orçamentários.

Comunicações

A Ação Governamental no Setor de Telecomunicações

A deficiência em serviços públicos de comunicações vem constituindo um fator de estrangulamento em nossa economia. O planejamento governamental objetivará diminuir êsses reflexos nega-

tivos do nosso processo de desenvolvimento, principalmente no tocante a:

a) implantação do Plano Nacional de Telecomunicações;

b) melhoria dos serviços telegráficos executados pelo DCT e dos serviços telefônicos locais;

c) melhoria dos serviços postais.

O Plano Nacional de Telecomunicações, já elaborado pelo CONTEL, tem por finalidade dotar o país de um sistema de telecomunicações integrado, capaz de satisfazer às necessidades de desenvolvimento e segurança nacional, e com recursos provenientes do Fundo Nacional de Telecomunicações.

Foi prevista, ainda, a criação de uma entidade — a EMBRATEL — que, sob a forma empresarial, seja capaz de explorar os serviços dos troncos constitutivos do sistema, postos, nos têrmos da lei, sob a competência direta da União.

A Ação Governamental no Setor Telegráfico e Postal

No Setor Telegráfico, o planejamento do Govêrno visa a melhoria das rêdes existentes, a construção de rêdes novas e a expansão do serviço telex, não só pelo aumento do número de assinantes, nas cidades já servidas, senão também pela instalação em outras localidades populosas.

Cumpre ressaltar que a utilização, pelas emprêsas concessionárias de serviços públicos e pelo DCT, dos circuitos portadores comuns de alta capacidade da EMBRATEL proporcionará, em curto prazo, substancial melhoria nos serviços de telecomunicações do País.

Igualmente, promoveu-se a recuperação e construção de circuitos regionais e interregionais, além da remodelação e aparelhamento da Estação Central Telegráfica da Guanabara.

Convém considerar, ainda, que o DCT, progressivamente liberado do ônus da operação e manutenção dos circuitos portadores principais, poderá concentrar esforços, não só na modernização dos

serviços postais mas também na missão pioneira de construir, manter e operar as rêdes de penetração que complementarão os troncos do Sistema Nacional de Telecomunicações.

No setor postal, o ano de 1964 assistiu à atualização do Plano Postal Telegráfico (1948) que, em virtude da demora de implantação e em virtude da rápida evolução dos meios de comunicações integradas, se havia tornado obsoleto.

O planejamento governamental destina-se à remodelação das atuais instalações. Nêle se inclui a construção de prédios apropriados ao serviço postal e instalação de máquinas para a classificação de correspondência nos grandes centros populacionais. Além disso, medidas complementares estão sendo adotadas no que se refere à correspondência aérea para o interior e ao serviço postal-telegráfico nos centros de comunidades.

De um modo específico, no ano de 1964 verificou-se a reestruturação da rêde de agências existente, a revisão das tarifas de «Colis Posteaux», a regularização de débitos e créditos junto a outros Correios no exterior.

É importante salientar que o *deficit* do DCT para 1964, inicialmente previsto para Cr$ 100 bilhões, ficou reduzido a Cr$ 76 bilhões, graças à atualização de tarifas e outras medidas adotadas.

Programação para 1965

Os investimentos no setor de comunicações serão aplicados na implantação do Sistema Nacional de Telecomunicações; na expansão e melhoria dos Serviços Telegráficos, Telex e postais executados pelo DCT e na expansão do serviço telefônico.

Sistema Nacional de Telecomunicações

O Plano de Trabalho do Conselho Nacional de Telecomunicações para 1965/1966 inclui a instalação de novos circuitos (Belo Horizonte — Salvador — Recife; São Paulo — Rio Grande do Sul — Uruguai; Curitiba — Foz do Iguaçu — Paraguai; São Paulo — Corumbá — Bolívia) e a melhoria da capacidade de tráfego em circuitos já existentes (Rio — Belo Horizonte; Rio — São Paulo).

Serviços Telegráficos, Telex e Postais

Os investimentos no período 1965/1966 possibilitarão a recuperação da imensa rêde de condutores telegráficos (180 000 km), que se encontra em péssimo estado; a ampliação das instalações de serviços telex, que, pela sua grande rentabilidade, contribuirão para a diminuição do *deficit* e a modernização das instalações postais. Para 1965 as inversões programadas são da ordem de Cr$ 17 bilhões.

Serviço Telefônico

O investimento total necessário correspondente à demanda reprimida atinge atualmente o montante de Cr$ 800 bilhões (*) a ser atendido no prazo de 6 a 10 anos, em virtude do período de demora de 2 anos para entrega das encomendas telefônicas.

Tais recursos terão que ser obtidos dos usuários, mediante tarifas realistas e sistema de autofinanciamento.

Não há necessidade de recursos diretos em dólares para êsse investimento, pois a indústria nacional pode suprir os produtos necessários. Há necessidade indireta, para importação de matérias-primas. O montante exato dessa parcela não foi determinado.

AGRICULTURA

Produção Agrícola

Balanço de Atividades em 1964

Após anos sucessivos de safras irregulares, ante a desorganização econômica, e a aplicação maciça de capitais na industrialização, sem que se cuidasse do fortalecimento simultâneo da agricultura, veio a safra negativa de 1963/64, cuja redução sôbre a anterior, em têrmos absolutos, foi bem marcante. É fácil aquilatar

(*) Segundo estimativa da «Conjuntura Econômica», fevereiro de 1964.

das conseqüências dêsses fatos diante de uma nação de população crescente em ritmo acelerado (3,1% ao ano), e que exige, cada vez, maiores padrões de consumo.

A êsses aspectos negativos acrescente-se a agitação criada no setor rural, decorrente da ameaça aos produtores agrícolas, por agentes perturbadores da ordem social, na campanha por uma Reforma Agrária que se prenunciava, antes de março, demagógica e subversiva.

Recolocado o Ministério da Agricultura na sua legítima função de traçar e executar a política agrícola do Govêrno, foi possível, a partir de julho, iniciar trabalho de profundidade, em estreito contato com os demais órgãos da administração pública federal e estadual e com as classes produtoras, tendo em vista que se fazia mister dar resposta imediata aos reclamos do País, no tocante à produção agropecuária.

Na reconstrução da economia agrária do País, foram estabelecidas duas ordens fundamentais de prioridade: a primeira, referente aos problemas de ordem institucional da formação da propriedade, tendo-se encaminhado ao Congresso Nacional proposição capaz de dar-lhe solução, com a Lei do Estatuto da Terra, já anteriormente analisada. Em segundo lugar, cabia examinar os diversos problemas relacionados com a produção e produtividade agropecuárias, notadamente os aspectos de natureza econômica, que exercem influência decisiva no incremento da produção.

Reponta, como fator decisivo na reconstrução da economia agrária, nova política de crédito agrícola e de preços mínimos, já amplamente focalizada. Também as medidas para a comercialização dos produtos, envolvendo transporte, armazenamento e estrutura do mercado consumidor, ampliação de incentivos fiscais, como medida preliminar ao desenvolvimento econômico de áreas subdesenvolvidas, a conjugação de esforços no sentido do entrosamento dos órgãos públicos federais e estaduais, têm o mesmo objetivo.

Ao que se deve somar a indispensável modernização e aperfeiçoamento dos órgãos do Ministério da Agricultura, nos setores da pesquisa e experimentação, promoção apropecuária, defesa sanitária animal e vegetal, e outras atividades.

Esforços foram feitos, em colaboração com a SUNAB, no sentido de aperfeiçoar a rêde de armazéns e silos e, ao mesmo tempo, lançou o Ministério da Agricultura amplo programa de sistemas mais simples de armazenagem, visando, especialmente, as pequenas e médias propriedades, através da construção de paióis de tela ventilados, de baixo custo, cuja iniciativa deverá contribuir, de forma considerável, para estocagem dos produtos, nos próprios estabelecimentos agrícolas, e servir de elemento regulador dos mercados. Após reunião com os Secretários de Agricultura da região meridional, foi promovida ampla distribuição de sementes e, destarte, áreas expressivas foram plantadas nas grandes e férteis regiões produtoras de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás, o que, segundo informações recebidas, permite prever safra abundante e variada.

Na região Centro-Sul, foram adquiridas, para revenda, cêrca de Cr$ 1.130 milhões de sementes, em face da grande demanda que, ali, se verificava. Em dezembro, com o retôrno das importâncias aplicadas, foram adquiridas para o Norte e Nordeste, a fim de serem plantadas em janeiro, Cr$ 377 milhões de sementes, as quais foram distribuídas de acôrdo com as necessidades de cada área.

Por outro lado, o crédito concedido pela Aliança para o Progresso permitiu maior importação de adubos, que virá aumentar, em cêrca de 75%, as quantidades do mercado.

As lavouras se vêm formando em ritmo crescente e espera-se, neste ano agrícola de 1964-1965, que as safras superem substancialmente as anteriores, o que poderá dar origem a excedentes exportáveis, de arroz, milho, soja e amendoim.

Apresentam-se a seguir dados referentes à previsão de safras para o ano agrícola de 1964-1965.

PREVISÃO DE SAFRAS DAS REGIÕES CENTRO E SUL — 1964/1965

ESTADOS	FEIJÃO		ARROZ		MILHO	
	ÁREA 1.000 ha	PRODUÇÃO ton.	ÁREA 1.000 ha	PRODUÇÃO ton.	ÁREA 1.000 ha	PRODUÇÃO ton.
Minas Gerais	230	150.000	900	930.000	1.580	2.384 000
Espírito Santo	87	68.000	50	47.000	186	299.000
Rio de Janeiro	8	9.000	31	57.000	58	81.000
São Paulo	175	114.000	940	1.050.000	1.580	2 400 000
Paraná	483	475 000	595	716 000	1.052	1.589.000
Santa Catarina	110	124.000	87	208.000	433	683.000
Rio Grande do Sul	132	126.000	370	971.000	1.210	1 630 000
Mato Grosso e Goiás	25	24.000	725	1.019 000	342	538 000
TOTAL	1.259	1.090.000	3.698	5.118.000	6.441	9.554.000

FONTE: Ministério da Agricultura.

ESTADOS	SOJA		AMENDOIM		ALGODÃO	
	ÁREA 1 000 ha	PRODUÇÃO ton.	ÁREA 1 000 ha	PRODUÇÃO ton.	ÁREA 1.000 ha	PRODUÇÃO ton
Minas Gerais	—	—	6	5.000	120	87.000
Espírito Santo	—	—	—	—	—	—
Rio de Janeiro	—	—	—	—	2	1.650
São Paulo	—	—	225	250.000	700	720.000
Paraná	—	—	—	—	221	194.000
Santa Catarina	—	—	—	—	—	—
Rio Grande do Sul	304	452.000	—	—	—	—
Mato Grosso	—	—	—	—	—	—
Goiás	—	—	—	—	—	—
TOTAL	304	452.000	230	255.000	1 043	1.002.650

FONTE: DE — MA.

RESUMO DA PRODUÇÃO

PRODUTOS	ÁREA 1.000 (ha.)	PRODUÇÃO (ton.)	RENDIMENTO (Kg/ha.)
Feijão	1.259	1.090.000	860
Arroz	3.698	5.118.000	1.380
Milho	6.441	9.554.000	1.480
Soja	394	452.000	1.150
Amendoim	250	385.000	1.540
Algodão	1.054	1.002.650	960

Extensão Rural e Cooperativismo

Em 1964, estreitou-se e reforçou-se o entrosamento entre o Ministério da Agricultura e o Sistema de Extensão, integrado pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural — ABCAR — e suas filiadas, as quais vêm, eficientemente, atuando nos Estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

As finalidades básicas do sistema consistem na concessão de crédito ao produtor e subseqüente supervisão, visando, de modo especial, introduzir técnicas racionais de trabalho.

Por outro lado, o movimento cooperativista no País vem adquirindo progressiva importância, particularmente no meio rural, onde já existem organizações de alto conceito e de grande expressão econômica.

Havia, em 1963, 5.496 cooperativas, com 2.223.574 associados, cujo capital realizado atingia, na época, a Cr$ 549.403.528 para um total subscrito de Cr$ 24.725.632.921.

Concorreu para dar impulso ao movimento o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, que, em virtude da nova regulamentação de suas atividades, recebeu, como sociedade de economia mista, maior autonomia administrativa e operacional, e dispôs, para

ampliação dos seus trabalhos, no Fundo de Recuperação e Modernização da Lavoura, de um empréstimo de Cr$ 1.000 milhões, reforçando, assim, as suas aplicações de recursos.

Crédito Rural

O crédito rural constitui instrumento indispensável ao desenvolvimento de uma política agrícola que objetiva expandir e diversificar a produção de alimentos e matérias-primas em escala compatível com o crescimento e a estrutura potencial da demanda. Entretanto, a agricultura do País quase que só contava com assistência financeira do Banco do Brasil — CREAI. A fim de canalizar maiores recursos para as atividades rurais, foi criada a Coordenação Nacional de Crédito Rural, com a atribuição principal de disciplinar e coordenar a aplicação do crédito rural no País. A CNCR dispõe do Fundo Nacional de Refinanciamento Rural, constituído de recursos de origem interna e externa destinados ao refinanciamento de empréstimos rurais concedidos pela rêde bancária a produtores em suas cooperativas. Êsse «Fundo» conta com recursos da ordem de US$ 15.000.000 concedidos pela AID (Aliança para o Progresso) para a importação de fertilizantes, bem como de 20 bilhões de cruzeiros, parcela proveniente do empréstimo de US$ 50 milhões celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos, em junho último.

Ja em dezembro iniciava a Coordenação de Crédito Rural suas operações de refinanciamento, no montante de 2,5 bilhões de cruzeiros. Para o ano de 1965, o «Fundo» contará com recursos da ordem de Cr$ 100 bilhões. O desenvolvimento de seu programa de trabalho prossegue em ritmo satisfatório uma vez que as operações de refinanciamento atingem cêrca de Cr$ 11 bilhões com o que se assegura aos agricultores e suas cooperativas um mecanismo de financiamento adequado às suas atividades, mormente no que respeita a maiores facilidades para o emprêgo de adubos em suas lavouras. Concomitantemente ao carreamento de novos recursos para o Fundo Nacional de Refinanciamento Rural, ampliam-se as linhas de crédito, orientado no sentido do atendimento à formação de capital fundiário e de exploração, ensejando

aos agricultores elevarem os níveis de produtividade e concorrendo para aumentar a elasticidade da oferta dos produtos agrícolas, uma vez que os lavradores poderão obter financiamento para a estocagem dos seus produtos.

Abastecimento

Os problemas de abastecimento têm sido, no Brasil, um ponto de estrangulamento da sua economia. Paralelamente às medidas de emergência para o escoamento da safra de 1963-1964, o Govêrno vem elaborando um programa coordenado, abrangendo desde a seleção de sementes, produção, classificação de produtos, armazenagem e ensilagem, transporte, financiamento até a colocação dos produtos ao alcance dos consumidores.

Superintendência Nacional do Abastecimento

A SUNAB, através da Comissão de Financiamento da Produção (CFP) e da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) vem assegurando ao produtor a compra de produtos a preços mínimos estabelecidos com antecedência, reajustados na véspera da colheita e válidos nos centros de convergência da produção. A COBAL mantém estoques reguladores de modo a evitar as especulações, no mercado de produtos agrícolas. Assim, os excedentes da produção de batata do Paraná estão sendo colocados no Pará, onde há escassez dêsse produto. A cooperação dos órgãos estaduais é indispensável para a solução do problema do abastecimento, sendo de esperar que, em atenção aos apelos da SUNAB, todos os Estados venham a realizar convênios com aquêle órgão, no mais curto prazo possível.

Armazéns e Silos

As providências adotadas têm por fim não apenas a recuperação da capacidade estática dos armazéns e silos da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), como também o treinamento de agricultores na construção de silos de

baixo custo nas próprias fazendas, como o «paiol de tela», cuja aceitação tem sido significativa, e na melhoria de técnicos em desidratação e liofilização de alimentos.

Programação de Atividades para 1965

Quanto à reorganização das condições institucionais da agricultura, o ano de 1965 assistirá não apenas à implantação da Reforma Agrária, senão também à ampla modernização e reequipamento dos órgãos do Ministério da Agricultura, adequando-os à dinâmica do desenvolvimento sócio-econômico do País. As dotações para as despesas de capital destinadas às atividades agropecuárias, constantes do Orçamento de 1965, correspondem a Cr$ 109,5 bilhões, dos quais Cr$ 50,9 bilhões serão aplicados na implementação da reforma da estrutura agrária. Daquele total, Cr$ 31,2 bilhões constituem o Fundo de Reserva, cuja utilização depende da evolução do *deficit* orçamentário.

O Plano Diretor do Ministério da Agricultura programou a seguinte escala de prioridades para as suas atividades no biênio 1965/66:

1. *Sementes Melhoradas* — Ampliação e consolidação dos programas anuais de produção e distribuição de sementes melhoradas, mediante ação integrada dos órgãos de pesquisa, experimentação e fomento, e extensão dos órgãos federais e estaduais, visando a produção de sementes básicas das variedades mais produtivas e mais resistentes às pragas e doenças; estímulos oficiais às entidades privadas produtoras de sementes básicas, selecionadas e certificadas.

2. *Adubos e Corretivos* — Incentivo à expansão da indústria nacional de fertilizantes; difusão das práticas de adubação e correção dos solos pela intensificação dos serviços de extensão rural (realização de experimentos nos próprios estabelecimentos produtores); revenda aos agricultores de adubos químicos nitrogenados, fosfatados e potássicos, de fórmulas preparadas; ampliação dos trabalhos de correção dos solos visando a reduzir o grau de acidez, facilitando a aquisição de calcário e difundindo essa prática por intermédio do Serviço de Extensão Rural.

Para atendimento do programa especial de fertilizantes, contar-se-á com recursos da ordem de US$ 15 milhões concedidos pela Aliança para o Progresso.

3. *Frentes Pioneiras para Expansão das Culturas Alimentares* — Incentivo a novas áreas de produção, próximas aos mercados consumidores, com emprêgo de técnicas modernas. Êsse trabalho será feito em colaboração com os órgãos estaduais e com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

4. *Expansão Pecuária* — Ampliação das pesquisas e experimentos zootécnicos, veterinários e agrostológicos, diretamente pelos órgãos do Ministério da Agricultura, ou por meio de convênio com instituições científicas e serviços estaduais: desenvolvimento da avicultura; ampliação do programa de melhoria dos rebanhos bovino e suíno; aquisição e revenda de espécimes de raça para melhoria de plantéis; desenvolvimento da inseminação artificial e dos estudos sôbre nutrição animal; desenvolvimento dos trabalhos sôbre forrageiras; aperfeiçoamento e desenvolvimento da produção animal; fomento do rebanho leiteiro e do gado de corte; modernização e reaparelhamento das fazendas regionais de criação; melhoramento e formação de pastagens.

5. *Mecanização* — Prosseguimento do plano de mecanização de acôrdo com novas diretrizes, visando, fundamentalmente, a mobilizar ao máximo os equipamentos das patrulhas mecanizadas; revenda de tratores de roda e seus implementos, mediante financiamento; intensificação dos trabalhos de desbravamento e preparo do solo com utilização das patrulhas constituídas por tratores de esteira do tipo pesado.

6. *Conservação do Solo — Irrigação e Drenagem* — Ampliação dos trabalhos de levantamento agrológico do território nacional e confecção da respectiva carta; pesquisa sôbre a fertilidade do solo; estudo de métodos de conservação e manejo do solo no território nacional; execução de práticas conservacionistas; mapeamento e classificação de solos; ampliação da campanha nacional do solo; combate à erosão.

Expansão de programa experimental de demonstração de prática de irrigação e drenagem, ampliação dos programas de trabalho de irrigação, especialmente nas áreas do Nordeste.

INDÚSTRIA E MINERAÇÃO

Indústria

Visando à recuperação das altas taxas de crescimento industrial verificadas até 1961, o Govêrno Federal adotou uma série de medidas coerentes com a política de desinflacionamento progressivo.

Assim, foram criados incentivos adicionais à poupança pessoal, ao reinvestimento de lucros por parte das emprêsas e atenuada a tributação sôbre lucros ilusórios, descapitalizadores por excelência. Com o sentido de prevenir possíveis desequilíbrios de níveis de produção e emprêgo, causados pelas medidas desinflacionárias, providências estão em execução, destacadamente aquelas que visam suprir a insuficiência do capital de giro das emprêsas, constantemente deteriorado pela inflação, e estimular exportações de produtos manufaturados. Isso não apenas com o objetivo básico de tornar diversificada nossa pauta de exportação, dependente essencialmente de produtos agrícolas e matérias-primas, mas, também, para prevenir qualquer recessão momentânea de mercado interno e, ainda, estimular a implantação e a expansão de uma série de indústrias que, dispondo de um mercado interno potencialmente forte, continuam gravando nossa pauta de importações.

As Atividades do Ministério da Indústria e Comércio

No ano de 1964, o Ministério da Indústria e Comércio, através das Comissões de Desenvolvimento Industrial e do Comércio Exterior, centralizou os esforços governamentais no sentido de integrar e expandir o parque industrial brasileiro e conjugá-los com as medidas necessárias ao incremento da exportação.

Com relação às autarquias jurisdicionadas (além do Instituto Brasileiro do Café), cabe notar que o Instituto do Açúcar e do Álcool, paralelamente à realização de operações de financiamentos e empréstimos a produtores e fornecedores, enfrentou, em 1964, o problema de uma acentuada baixa de preços no mercado internacional. Empenha-se o Instituto em preservar a posição conquistada no mercado de açúcar, bem como ampliar nossas quotas de exportação. Êste último objetivo já foi parcialmente alcançado em 1964. Em 1965 o Instituto do Açúcar e do Álcool promoverá a instalação de novas usinas bem como de fábricas que utilizem derivados da cana-de-açúcar.

O incremento de comercialização do mate, com a ampliação dos mercados consumidores, constituiu a diretriz básica de política adotada pelo Instituto Nacional do Mate, no exercício de 1964. Está em andamento, sob os auspícios do Instituto, uma política de racionalização de ervais e de preços mínimos ao produtor, com a sustentação básica de uma rêde de «armazéns reguladores».

No Instituto Nacional do Pinho, a correção de distorções com o estabelecimento de uma política equânime de distribuição de quotas permitiu a reabilitação do nosso mercado externo de pinho serrado, caracterizado principalmente pela exportação dêste produto para a Argentina. O Plano de Ação do Instituto Nacional do Pinho, para o ano de 1965, prevê o incremento do reflorestamento das áreas devastadas e o florestamento nôvo em larga escala. Êste plano de ação terá prosseguimento no equacionamento de uma política de exportação de molde a permitir sua expansão, no aperfeiçoamento dos contrôles de produção e estoque nos pontos de exportação.

O Instituto Brasileiro do Sal enfrentou sérias dificuldades no tocante ao abastecimento, em face da escassez do produto, ocasionada, principalmente, por fatôres de ordem climática.

Para o ano vindouro, projeta a Companhia Nacional de Álcalis investimentos em salinas que lhe dêem auto-suficiência, bem como em instalações para produção de bicarbonato de sódio refinado. A capacidade a instalar dêste último produto suprirá, inteiramente, o mercado interno (10.000 t/ano).

Comportamento do Setor Industrial em 1964

Os grandes setores que consubstanciam a formação de produtos industriais se caracterizaram, em grande parte, por uma viva reação no segundo semestre do ano. Se bem que seja, ainda, difícil mensurar, em números exatos, o que significou em têrmos de desenvolvimento essa reação, representou ela, em alguns casos significativos, a retomada do ritmo desejado.

O *setor siderúrgico* cresceu à taxa de 6%. Para superação de uma momentânea recessão de mercado interno, as siderúrgicas nacionais exportaram cêrca de 245.000 t representando ....., US$ 16,8 milhões.

Em especial, a Companhia Siderúrgica Nacional apelou, com êxito, para a exportação de excedentes de seus produtos para a América Latina (US$ 3,4 milhões).

Como fato auspicioso para a siderurgia nacional, assinale-se o contrato assinado entre a Companhia Siderúrgica Nacional e a AID, pelo qual, a CSN deverá elevar em cêrca de 300.000 t/ano sua capacidade de lingotes de aço, ampliando, principalmente, sua produção de fôlhas-de-flandres, produto de que o mercado interno é ainda parcialmente carente. Outros investimentos importantes no setor deverão acrescer a oferta interna em cêrca de 200.000 t (USIMINAS e COSIPA) durante o ano de 1965.

A orientação do govêrno no setor siderúrgico consistirá essencialmente de:

a) concentração de esforços na terminação das usinas existentes, com o aproveitamento pleno de sua capacidade; aceleração dos estudos e decisões governamentais em relação aos novos projetos siderúrgicos;

b) estudo da implantação de instalações menores de sentido regional onde os custos de transporte a justifiquem;

c) incentivos à exportação dos excedentes previstos de produção;

d) incentivos e medidas diretas para supressão de alguns pontos de estrangulamento no setor (como produção nacional de

cilindros de laminação, eletrodos de grafite, ferro-ligas) e adequação das economias externas (sistemas de transporte, portos, energia e formação de mão-de-obra);

e) encorajamento de projetos de peletização do minério.

No que se refere às *Indústrias Mecânicas*, o passo mais importante foi dado com a criação do Fundo de Financiamento para a Aquisição de Máquinas e Equipamentos (FINAME), destinado a financiar as operações de compra e venda de máquinas de produção nacional.

Dentro dêste setor, a indústria automobilística, que teve, em 1963, um ano de expectativa e de retração, mostra, em 1964, indícios seguros de recuperação através de um crescimento superior a 5 %, cuja significação cresce, se verificarmos que esta recuperação se pronunciou particularmente no último trimestre do ano.

A Fábrica Nacional de Motores foi um exemplo característico dêste crescimento, tendo conseguido elevar sua média trimestral de produção de ônibus e caminhões em mais de 60 % em relação ao primeiro trimestre.

De implantação recente no País, a indústria de tratores, cuja produção se iniciou em 1961, já em 1964 se mostrou plenamente capaz de atender à demanda interna de seus tipos. A produção de tratores apresentou, em relação a 1963, um crescimento de 16,4 %.

A *Indústria de Máquinas-Ferramenta*, responsável precípua pelo processo de industrialização, teve elevada constantemente sua produção até o ano de 1962. Como razão direta da retração do ritmo de investimentos no País, no biênio 1962/1963, essa indústria não manteve o ritmo de crescimento do período anterior. Em 1964, a indústria de máquinas-ferramenta mostrou saudáveis indícios de recuperação.

Conquanto recentemente instalada, a *Indústria de Maquinaria e Equipamento Pesado* aparece como uma das alavancas mestras na crescente industrialização do País. Os desenvolvimentos assegurados das indústrias de Energia Elétrica, Siderurgia, Petróleo, Cimento, Papel e Celulose garantem, ao setor, uma produção, em 1965, nunca inferior a Cr$ 160 bilhões.

A *Indústria de Construção Naval* tem asseguradas, para 1965, entregas da ordem de Cr$ 64 bilhões (moeda de 1965), correspondentes a 115.000 tdw. A atual capacidade instalada dos diversos estaleiros é ainda superior às possibilidades do País. A política do Govêrno será a do mais franco incentivo à exportação, pois ùnicamente através desta. será possível reduzir a atual margem de subsídios, aproximando os custos médios da Indústria Naval daqueles de nível internacional.

A *Indústria de Metais não-Ferrosos* representa um dos problemas mais sérios do parque industrial do Brasil. Não se registraram, em 1964, substanciais aumentos de consumo de metais não-ferrosos.

A política do Govêrno consistirá, bàsicamente, em incentivos a:

a) instalação de novas unidades de produção (Alumínio, Zinco);

b) intensificação das pesquisas de minério (Chumbo, Estanho, Cobre).

A *Indústria Química*, cujo desenvolvimento vem satisfazendo, bàsicamente, está sendo alvo de uma série de estímulos, especialmente no campo dos produtos petroquímicos e de fertilizantes.

A política econômica do Govêrno é, resumidamente, estimular:

a) a indústria privada, para a fabricação de produtos químicos substitutivos ou complementares, de importação. Em especial, o Enxôfre, a Soda Cáustica e derivados petroquímicos e fertilizantes;

b) expansão de fábrica de matérias-primas pela PETROBRAS, com a finalidade de proporcionar abastecimento às indústrias petroquímicas.

O incentivo imediato ao investimento em alguns setores (Decreto nº 54.298, de 23-9-64) pela permissão para acelerar a depreciação de equipamentos novos até 1968, favorece setores da economia nacional cujas capacidades instaladas, atualmente, não

poderão atender ao acréscimo rápido de demanda previsto para os anos que se seguem. As Indústrias de Cimento, Papel, Celulose e Têxtil, entre outras, são especialmente estimuladas.

O advento do Plano Habitacional deverá acarretar um surto adicional de construção da ordem de 100.000 residências, representando um consumo nôvo de, aproximadamente, 1.000.000 t/ano de cimento.

No terreno específico da celulose e do papel, as obras de expansão de fábricas existentes e a entrada em operação de novas unidades permitem prever, para 1965, um atendimento total da demanda de celulose de fibra curta, restando um *deficit* parcial de celulose de fibra longa e celulose especial para *rayon*.

Cuida-se, também, do reequipamento e reorganização da indústria têxtil, inclusive orientando a expansão para o mercado interno.

Com o objetivo de coordenar as atividades e estabelecer normas gerais, o Ministério da Indústria e Comércio mantém uma série de grupos executivos, ligados à Comissão de Desenvolvimento Industrial. Dentro dessa orientação trabalham o GEIMEC (Indústrias Mecânicas), GEIMET (Metalúrgicas), GEICINE (Cinema), GEIQUIM (Química), GEIPAL (Alimentícia), GEITEC (Têxtil) e GEITEL (Telecomunicações).

É importante salientar o caráter pioneiro do GEIPAL (Grupo Executivo da Indústria de Produtos Alimentares), criado no correr de 1964. A ação dêste grupo se prendeu, em 1964, bàsicamente, às seguintes atividades:

— implantação, em larga escala, de uma indústria de pesca do Brasil;

— industrialização de produtos perecíveis pelo processo de desidratação e condensação.

Para 1965, é prevista uma ampliação intensa na área de execução dêstes grupos que, em última análise, consubstanciarão a orientação governamental em cada um dos setores.

Mineração e Pesquisa Mineral

Política de Mineração

Dentro das limitações impostas pelo conhecimento atual do território nacional e, considerando apenas o grupo de minerais mais importantes, sòmente o ferro, o manganês, o alumínio e o zinco oferecem reservas suficientes para o atendimento da demanda interna. Quanto aos demais, cobre, chumbo, estanho e carvão, as disponibilidades atuais são bastante inferiores às crescentes necessidades do mercado interno.

Êste fato, aliado à circunstância de que mais de 80 % das reservas atualmente conhecidas estão concentradas na região centro-sul do País, levou a política do Govêrno, no setor, a considerar prioritária a realização de pesquisas visando melhor conhecimento dos recursos minerais do País.

Os princípios gerais a seguir, no setor de mineração (excluindo o petróleo, o carvão e os minerais físseis), foram assim esquematizados:

I — São objetivos fundamentais e prioritários do Govêrno no setor de mineração:

a) aproveitar intensa e imediatamente os recursos conhecidos;

b) ampliar a curto prazo o conhecimento do subsolo do País;

c) promover a regulamentação dos arts. 152 e 153 da Constituição federal;

d) propor a revisão do Código de Minas.

II — O Govêrno considera a produção mineral como de maior importância e prioridade para o desenvolvimento nacional, quer se destine à industrialização no País, quer tenha por objetivo a exportação.

III — O Govêrno dará apoio e incentivo aos projetos de extração mineral cuja produção reduza ou elimine importações.

IV — O Govêrno restringir-se-á ao desenvolvimento das emprêsas estatais de mineração já existentes e sòmente tomará a seu

cargo novos empreendimentos quando a iniciativa privada não se interessar pela sua execução.

V — O Ministério de Minas e Energia examinará e aprovará os projetos de mineração, em cada caso, orientando a sua formulação no sentido de obter as condições mais vantajosas para o País, sem criar, entretanto, condições ou exigências que dificultem ou impossibilitem a execução dêsses projetos.

VI — A adoção da política de livre iniciativa, na lavra, beneficiamento, transporte, transformação, embarque e comércio, não deverá impedir que, em circunstâncias justificadas por motivos de segurança nacional, ou de superior interêsse da União, sejam fixadas as reservas julgadas essenciais e indispensáveis para assegurar o funcionamento da siderurgia nacional, ou quaisquer outras atividades dependentes de matérias-primas minerais, fazendo-se, para tanto, uma reavaliação das reservas conhecidas.

Em relação ao minério de ferro, a orientação específica do Govêrno, em 1964, se fêz no sentido de incrementar as exportações, por via de conquista de novos mercados e consumidores, evitando a simples substituição de exportadores.

Interessado na máxima expansão possível das vendas ao mercado internacional, o Govêrno autorizou entidades privadas a construirem terminais de embarque e respectivos ramais de estradas de ferro até as linhas-tronco para escoamento de minério de ferro do Vale do Paraopeba, desde que tais projetos não impliquem em solicitações de recursos financeiros às entidades governamentais. Estas providências decorrem, fundamentalmente, de duas razões:

a) O minério de ferro constitui, dentro de nossa pauta de exportações, o produto que oferece maiores possibilidades de crescimento substancial a curto prazo.

Para continuação do desenvolvimento do País, a carência de divisas é fator altamente limitativo.

b) A reduzida massa de recursos de que dispõe o Govêrno para investimentos preferenciais, não permitiria que se investisse maciçamente neste setor, de molde a incrementar a exportação a curto prazo.

Dentro da mesma linha de ação o Govêrno continua apoiando o programa de expansão da Companhia Vale do Rio Doce.

A emprêsa experimentou, em 1964, crescimentos significativos em relação ao ano anterior, não só em suas atividades como mineradora, cêrca de 28%, mas também no aspecto de exportação, aproximadamente 18%. O acréscimo da receita, proveniente das exportações, foi inferior ao crescimento do volume físico exportado (12,5%), pela queda de preço registrada no mercado internacional de minério de ferro.

O minério de ferro, com a política adotada pelo Govêrno Federal, tende a ocupar, cada vez mais, lugar de relevância dentro dos nossos produtos de exportação.

Pesquisa Mineral

Na concentração racional de esforços na pesquisa de jazidas sedimentares de urânio, foram sintetizados os esforços da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) em 1964.

Como fato dos mais auspiciosos dentro dêste setor, configurou-se, para a CNEN, o da provável existência de uma província uranífera no Nordeste brasileiro. No setor de lavra e beneficiamento de minérios, a CNEN prosseguiu os trabalhos de mineração e industrialização das areias monazíticas, desenvolvendo a linha de produção dos sais de urânio e de tório.

No campo energético, a preocupação básica da CNEN, para 1965, será a de reativar os estudos sôbre a instalação de centrais átomo-elétricas, em especial na Região Centro-Sul. Deverá ultimar seus estudos sôbre a região de Poços de Caldas e, ainda, sôbre a utilização econômica dos minerais de interêsse nuclear já comprovados. Cuidará, ainda, de normatividade no que concerne a atividades nucleares.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O atual Govêrno encontrou o Brasil mergulhado no subdesenvolvimento e o povo frustrado, em virtude de conflito entre suas aspirações individuais e o grau de atendimento dessas aspirações.

No terreno social, as elevadas taxas de mortalidade e endemias, a alta percentagem de analfabetos e as graves lacunas de pessoal especializado-técnico e administrativo eram os sintomas evidentes de sistemas escolares débeis, padrões higiênico-sanitários deficientes, dietas alimentares insuficientes e da inexistência de condições mínimas de bem-estar. Êsses problemas, que encontram explicação parcial na severa limitação de recursos, eram conseqüência, também, de uma política administrativa falha.

O atual Govêrno, encarando a situação com realismo, desenvolveu, já em 1964, uma série de medidas destinadas a modificar sensìvelmente aquêle estado de coisas. Esta apreciação procura dar idéia do que já foi realizado e do programa a ser executado, em 1965, nas áreas de Educação, Saúde e Saneamento, Habitação.

Educação e Cultura

«É do conhecimento de todos a grave e lamentável situação que a Revolução encontrou no setor da Educação, onde o poder público não pecou apenas pela omissão, mas também pela complacência e, por vêzes, pela ação deletéria.»

A existência de mais de 30 milhões de brasileiros analfabetos e a ocorrência de extensos hiatos em nossa estrutura de mão-de-obra são efeitos naturais da persistência prolongada de elevados *deficits* educacionais, agravados pela alarmante deserção e pelo baixo aproveitamento dos estudantes, em geral, além de um elenco numeroso e complexo de problemas secundários, incluindo a falta de especialização pedagógica de grande parte do corpo docente, o divórcio entre a escola e o meio, a vigência de regimes escolares com horários reduzidíssimos, etc..

Diante dêsse quadro, a Revolução lançou-se inicialmente ao trabalho de saneamento que se fazia necessário — pois aqui convergiam a exigüidade de recursos e o descaso administrativo — restabelecendo a normalidade na manipulação dos dinheiros públicos e tomando medidas visando obter maior rendimento das atividades nesse campo, o que era prejudicado pela pulverização de esforços.

«Com fundamento na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Govêrno propôs e obteve a aprovação do Congresso para a instituição do salário-educação, cujo espírito é o da participação de tôda a comunidade na solução de um de seus problemas fundamentais — o analfabetismo.»

Ainda dentro dos princípios consagrados na Lei de Diretrizes e Bases — planificação centralizada e execução descentralizada — realizou-se o Censo Escolar, cuja apuração e posterior análise permitirão aprimorar o planejamento educacional em nosso País.

Outra medida de significação, certamente, foi a reformulação dos órgãos de representação estudantil, pela qual os Diretórios Acadêmicos passaram a ser legítimos representantes da classe, perdendo características que tanto os transtornavam e inquietavam a comunidade brasileira.

Encontrando o Plano Nacional de Educação em considerável atraso no cumprimento das metas estabelecidas, o poder público envidou todos os esforços no sentido de socorrê-lo: respeitando a valiosa contribuição da iniciativa privada — como prescreve a Constituição e o exige a consolidação da democracia — tratou o poder público de propiciar recursos — aos Estados, Territórios e Municípios — ou exercer ação supletiva para a consecução dos objetivos ali fixados.

Procurando reforçar os quadros do ensino elementar, deu-se início ao treinamento de administradores escolares e ao aperfeiçoamento intensivo do professorado sem especialização pedagógica.

No ensino médio, foram organizadas reuniões e expedidas Missões de Assistência para atender a vários estabelecimentos do interior nas modalidades comercial e industrial. Desenvolveram-se esforços para a expansão e a coordenação dos trabalhos do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra e deu-se início à construção de considerável número de novas escolas.

No ensino superior, além da destinação de verbas aos diversos centros e da concessão de auxílios aos estudantes necessitados, preparou-se a reformulação de suas bases financeiras, de modo a transferir aos seus usuários parte dos pesados encargos que acar-

retam aos cofres públicos. Dêsse modo, poder-se-á reforçar a atuação governamental no ensino médio, que se constitui em grave barreira aos componentes das classes mais pobres do País, que dificilmente podem ingressar nas carreiras de nível universitário.

O ano de 1965 deverá ser marcado pela proficuidade dos trabalhos destinados a assegurar um aperfeiçoamento decisivo de nossa vida educacional.

No ensino primário, além de acentuado incremento de matrículas propiciado pelo recolhimento do salário-educação, proceder-se-á à intensificação do aperfeiçoamento do magistério não titulado, especialmente através da ação de 900 supervisores formados nos Centros de Treinamento, inaugurados em 1964. A construção das escolas de fronteira, a apuração final e a análise dos resultados do Censo Escolar e o prosseguimento dos programas específicos destinados a dotar o País de administradores e pesquisadores educacionais serão outras atividades relevantes em 1965.

Os problemas do ensino médio serão atacados: no ramo secundário implantar-se-ão novos ginásios, acelerando-se também o treinamento do pessoal docente e administrativo; na modalidade comercial, providências serão tomadas para anular as distorções que o assaltam e terá prosseguimento a obra de assistência técnica aos estabelecimentos que o ministram; o ensino industrial será ampliado, de modo a formar o maior número possível de técnicos industriais e auxiliares técnicos.

Efetivar-se-á, no corrente exercício, a reestruturação completa do ensino superior: as universidades serão atingidas em suas bases, começando pelo homem — o aluno e o professor — de modo a dar dignidade à vida estudantil e responsabilidade aos mestres. A expansão do ensino superior far-se-á moderadamente: sòmente quando provada imperiosa necessidade, autorizará o Govêrno a criação de escolas. Dar-se-á prioridade, no incremento de matrículas, aos setores mais ligados ao desenvolvimento social e econômico do País.

Pesquisa

Em 1964, ponderáveis auxílios e subvenções foram entregues aos institutos vinculados ao Conselho Nacional de Pesquisas e à Comissão Nacional de Energia Nuclear, bem como a outros estabelecimentos universitários ou autônomos, beneficiando pesquisas puras e tecnológicas no campo da Física, Matemática, Geologia, Agricultura, Biologia e Medicina; bôlsas de estudo foram concedidas nesses mesmos setores, para o Brasil e o exterior; promoveu-se a vinda, ao nosso País, de especialistas de renome internacional, com a finalidade de promover cursos, participar de Congressos e reuniões ou tomar parte em pesquisas aqui iniciadas; realizaram-se esforços de articulação para estender a atividade de pesquisa às regiões menos desenvolvidas de nosso território.

Em 1965, importantes medidas serão adotadas para revitalizar a pesquisa no Brasil. O Conselho Nacional de Pesquisas duplicará o número de pesquisadores em formação, estimulando e coordenando o esfôrço em prol da pesquisa no Nordeste e Norte do País, além de concatenar seus programas com Universidades, estabelecimentos isolados e serviços estaduais e federais; a Comissão Nacional de Energia Nuclear incrementará seu apoio à Física, à Engenharia e à Química, quando relacionadas essas atividades com as de Energia Nuclear, e reforçará os estudos sôbre aplicações dos radioisótopos em Medicina, Agricultura e Biologia, amparando os programas de trabalho de seus institutos; no Instituto de Engenharia Nuclear será inaugurado o reator de pesquisas Argonauta e no Instituto de Energia Atômica iniciar-se-á a planificação visando construir uma usina-pilôto para preparação de elementos combustíveis para reatores.

Saúde e Saneamento

As estatísticas que descrevem a situação do País, sob o ponto de vista da saúde, são bastante sombrias: anualmente, cêrca de 500 mil crianças perecem sem ter completado o primeiro ano de vida; a taxa de óbitos ultrapassa a cifra de 15 por 1.000 habitantes. Além disso, o que dizer de 20 milhões de brasileiros infestados pela ancilostomose ou de 11,5 milhões atacados pelo bócio

endêmico? Como encarar a existência de 4 milhões de portadores de esquistossomose, de 3 milhões atacados pela Doença de Chagas, de 1 milhão de vítimas de tracoma?

À base dêsses cruciantes problemas estão as deficiências habitacionais, de abastecimento dágua, de rêdes de esgotos e outros requisitos essenciais de saneamento, às quais se somam dietas alimentares insuficientes — observadas em 2/3 do território nacional —, todo êsse conjunto agravado pela falta de educação sanitária.

Apesar das limitações orçamentárias, o Govêrno formulou amplo programa, que repousa nos seguintes princípios:

a) promover iniciativas que, pelo menor custo, beneficiem camadas mais amplas da população;

b) utilizar ao máximo a ciência e a técnica, de modo a reduzir os elevados índices de mortalidade;

c) fazer da saúde pública efetivo instrumento de desenvolvimento econômico;

d) praticar uma política de estudo e pesquisa das condições específicas brasileiras, a fim de proporcionar, à organização e à administração sanitária, a melhor aplicação dos recursos tecnológicos;

e) recrutar e formar pessoal qualificado de todos os níveis, dando especial atenção à utilização do pessoal auxiliar, fundamental na ampliação dos programas de saúde.

Em 1964, acelerou-se a luta contra as grandes endemias, em especial a ancilostomose, a esquistossomose, o tracoma e a malária.

Outras enfermidades, igualmente importantes, foram objeto da atenção das autoridades federais: o Serviço Nacional do Câncer, além do tratamento maciço dos doentes, ampliou sua campanha de esclarecimentos sôbre a moléstia; a Campanha Nacional contra a Tuberculose, por seu turno, continuou sua tarefa de vacinação, diagnóstico e tratamento, e prosseguiu na construção e instalação de sanatórios; a Campanha Nacional contra a Lepra, intensificando a descoberta de casos, desenvolvendo a quimioterapia sulfônica e ampliando a vigilância dos comunicantes, consolidou seu trabalho em várias áreas do País; os doentes mentais tiveram sua internação humanizada.

A imunização em massa, abrangendo a varíola, a poliomielite, a difteria, a coqueluche e o tétano, foi impulsionada em 1964.

A realização, em Recife, de reunião entre autoridades federais e Secretários de Saúde dos Estados compreendidos entre Sergipe e Maranhão, permitiu o entrosamento entre os diversos setores públicos: a integração dos serviços, para melhor aproveitamento dos recursos; a concatenação dos programas de vacinação, abastecimento dágua e formação de pessoal; a colaboração dos órgãos estaduais com o Departamento Nacional de Endemias Rurais e a Campanha de Erradicação da Malária foram debatidas com real proveito.

Durante o ano de 1964 foram contratadas inúmeras obras públicas no setor de saúde; realizaram-se estudos para a formulação do Código Nacional de Alimentação; firmaram-se convênios entre universidades brasileiras e organizações internacionais que lhes prestarão assistência técnica e intensificou-se a produção, pelo próprio Govêrno, de alguns medicamentos essenciais.

Finalmente, várias medidas foram tomadas no sentido de reduzir a mortalidade infantil: cêrca de mil instituições, destinadas à assistência alimentar a gestantes, nutrizes e lactentes, obtiveram auxílio financeiro; realizaram-se as campanhas de vacinação já citadas e ativou-se a educação sanitária.

Em 1965, a programação do setor de saúde e saneamento inclui:

a) desenvolvimento da luta contra as grandes endemias, nas zonas urbanas e rurais, visando o contrôle da malária e da febre amarela e o combate da Doença de Chagas, da leishmaniose, da brucelose, da bouba, da peste, da esquistossomose, da ancilostomose, da filariose e da hidatidose;

b) intensificação das campanhas de imunização contra a varíola, a poliomielite, o tétano, a difteria, a coqueluche e o sarampo;

c) extensão dos serviços mínimos de assistência médico-sanitária às populações rurais;

d) estabelecimento de um plano de desenvolvimento da rêde hospitalar nacional, com supervisão e auxílio do Govêrno;

e) aprofundamento do estudo dos problemas concernentes a doenças degenerativas, cuja importância vai crescendo com o desenvolvimento econômico do País;

f) execução de obras de saneamento básico, com especial destaque o abastecimento dágua e a rêde de esgotos.

Previdência Social

O Govêrno encontrou a Previdência Social em processo de decomposição: a disparidade entre os vultosos compromissos assumidos pelo sistema previdenciário e as fontes de recursos — não obstante serem elevadas, em si, as taxas de contribuições — e o cumprimento imperfeito das obrigações financeiras de responsabilidade da União e dos empregadores, adicionados à baixa rentabilidade das inversões, tanto «sociais» como econômicas, de suas reservas, conduziam o sistema a situação insustentável.

Uma série de defeitos funcionais e estruturais acumulavam-se, impedindo que a Previdência atingisse suas finalidades:

a) ônus financeiros excessivos — em contradição flagrante com os rumos gerais da legislação previdenciária mundial — distribuídos também ao Tesouro da União;

b) solução inadequada das bases organizacionais, descansando no sistema pluralístico de seis Institutos paraestatais, delimitados em obediência a critérios de índole setorial ou profissional;

c) centralização excessiva das operações previdenciárias;

d) falta de entrosamento com as autoridades afins e congêneres, no setor assistencial, e com os órgãos da política de mão-de-obra;

e) limitação do campo funcional da Previdência à cobertura dos riscos biofísicos, sem realizações no tocante ao risco econômico do desemprêgo;

f) inexistência de planejamento ou política de organização eficiente dos serviços assistenciais;

g) desprêzo manifesto em relação às funções profiláticas e preventivas, que constituem o centro da Seguridade Social moderna;

h) excessiva sobrecarga administrativa.

Em 1964, o Govêrno, agindo serena mas enèrgicamente, principiou por transformar o clima encontrado nos órgãos previdenciários, preparando o terreno para as reformas imprescindíveis ao sistema. Reflexos imediais da nova orientação foram: a entrega, pela União, dos recursos que cabiam à Previdência; manutenção da taxa de custeio da Previdência Social Rural, que será reformada, com o desenvolvimento, pelo órgão arrecadador — o IAPI — dos meios para a cobrança.

Ainda no setor administrativo, expediram-se atos normativos de excepcional relevância, como a aplicação da correção monetária às contribuições devidas e o levantamento dos débitos das emprêsas; foi regulamentada a prestação recíproca de serviços médicos e lançadas diretrizes para a reabilitação profissional.

As providências tomadas logo surtiram o efeito desejado, pois, apesar do reajuste e atualização de todos os benefícios, os dois maiores institutos — o IAPI e o IAPC — entraram em fase de equilíbrio financeiro, o que não se previa no início do exercício de 1964.

Em 1965, proceder-se-á à reformulação do sistema previdenciário, não só no sentido de aprimorá-lo, mas, igualmente, de estender seus benefícios a camadas mais amplas da população trabalhadora.

A Comissão Especial encarregada do estudo de reestruturação, conquanto ainda não tenha concluído sua missão, lançou as linhas mestras que a orientarão:

a) unificação dos serviços da previdência social, inclusive os de assistência médica, passando-os para a esfera da administração direta da União, com a criação do Ministério da Previdência Social, e a criação de um fundo autônomo, constituído das contribuições dos empregadores e dos segurados, a cujo cargo correrá o custeio dos diversos benefícios e da administração geral do sistema;

b) substituição, para o custeio, do regime de capitalização pelo de repartição, com constituição de reservas adequadas à atual situação;

c) solução para o problema da contribuição da União, que corresponderá ao pagamento efetivo de todo o pessoal previdenciário integrado no Quadro do Ministério da Previdência Social;

d) extensão da previdência social aos trabalhadores rurais e aos domésticos, em condições capazes de atender às necessidades básicas dessas classes, dentro das possibilidades econômico-financeiras do meio rural e da Nação;

e) reformulação do SAPS, a fim de assegurar a sua autosuficiência, sem sobrecarga do custeio geral da previdência social;

f) deslocamento efetivo da assistência habitacional para o Plano Nacional de Habitação, medida esta já concretizada em lei; aliás, no sentido de complementar a política habitacional do Govêrno, os institutos venderão em 1965 todos os seus imóveis, no total de 50 mil unidades;

g) diferenciação dos planos de benefícios, com o Plano Geral destinado aos segurados e dependentes já atualmente incluídos no sistema, que será mantido em seus pontos fundamentais, e estabelecendo-se um ou mais planos para a extensão dos benefícios, em bases inicialmente módicas e com custeio mais moderado, para os trabalhadores rurais e domésticos e, na medida do possível, para outras categorias da população, ainda não abrangidas presentemente.

Essa reformulação, com a respectiva criação do Ministério da Previdência Social, constituirá, sem dúvida, o marco decisivo do rumo dado pelo atual Govêrno ao sistema previdenciário brasileiro, visando à consecução efetiva do bem-estar social dos trabalhadores e seus dependentes, beneficiando não apenas uma parte da população, mas todos os brasileiros.

Habitação

O Brasil oferece panorama alarmante no tocante a habitações: o Censo Habitacional de 1960 estimou o *deficit* em 8 milhões de moradias, além de uma necessidade de construção de cêrca de 290 mil unidades por ano; constatou-se, também, que apenas 71,3% das moradias urbanas e 20,4% das rurais preenchiam condições de habitabilidade.

Apesar dessa situação, carecia o País de qualquer política ou de instituições que estivessem em condições de realizar programas mínimos de construções: a Fundação da Casa Popular — em conseqüência da orgia inflacionária — os Institutos de Aposentadoria e Caixas Econômicas — pela mesma razão e em face da magnitude de seus encargos essenciais — não puderam sequer minorar o problema.

Essa situação mereceu atenção prioritária por parte do Govêrno, que instituiu o Plano Nacional de Habitação, criando o Banco Nacional de Habitação.

Os princípios básicos que inspiraram a estrutura do Plano foram:

a) coordenar, no âmbito nacional, a política habitacional e estabelecer um órgão competente para a execução do Plano;

b) estabelecer normas para a criação de Sociedades de Crédito Imobiliário privadas ou paraestatais, especialmente do tipo de poupança e empréstimos, que evidenciaram ser, em outros países da América Latina, fatôres altamente positivos para a solução do problema habitacional;

c) autorização para emitir letras imobiliárias protegidas por amplas garantias e correção monetária;

d) seguro imobiliário.

Para alcançar os objetivos do Plano no que se refere à coordenação, supervisão e contrôle da política habitacional, foi criado o Banco Nacional de Habitação. Medidas complementares, como a adaptação das Caixas Econômicas Federais ao Sistema Financeiro de Habitação e a captação, pelo BNH, das corretagens de seguros realizados pelos órgãos centralizados da União, Autarquias e Sociedades de Economia Mista, reforçaram a ação governamental.

Em relação ainda com o Plano Habitacional, reformou-se a Lei do Inquilinato, visando evitar o desestímulo crescente à iniciativa privada no setor de construção.

Para o exercício de 1965, o BNH, dentro de suas características de órgão fundamentalmente normativo, fiscalizador e refinanciador, pretende, bàsicamente:

1º) Regulamentar as Fundações e as Sociedades Civis, bem como estimular a sua proliferação.

2º) Regulamentar e emitir as Letras de Câmbio compulsórias, nos têrmos do previsto na Lei nº 4.380.

3º) Considerar a regulamentação e emissão das Letras Imobiliárias voluntárias, e, conseqüentemente, regulamentar e estimular as Sociedades de Crédito Imobiliário.

4º) Estimular, coordenar, assistir e financiar as Cooperativas Habitacionais em todo o País.

5º) Prosseguir, por meio do SERFHAU, os trabalhos de pesquisa e planificação dos problemas urbanísticos e habitacionais do País, visando a um trabalho harmônico a ser desenvolvido dentro dos critérios que inspiraram a criação do Plano Nacional de Habitação, bem como atender à solução do problema das favelas, quando a isto não se dispuser a iniciativa privada.

No corrente exercício, além de empréstimo maciço do BID, no valor de US$ 10 milhões, a colaboração externa ao plano de habitação compreenderá auxílio de órgãos sindicais norte-americanos (AFL-CIC), com os quais as negociações já se encontram em fase final.

A política habitacional do Govêrno deverá permitir a construção adicional, em 1965, de 100.000 unidades residenciais, que iniciarão uma obra mais vasta, para eliminar os graves problemas habitacionais do País.

VALORIZAÇÃO REGIONAL

A experiência internacional tem revelado que o desenvolvimento econômico geralmente vem acompanhado de desigualdades regionais em maior ou menor escala. Se, por um lado, é natural que ocorram desequilíbrios dêsse teor, no decorrer do processo de desenvolvimento, por outro, um conflito entre objetivos sociais e econômicos se pode caracterizar quando os mesmos tendem a agra-

var-se cumulativamente. A reação natural a êsse estado de coisas foi o surgimento e a posterior proliferação de grande número de órgãos de programação regional, assim distribuídos:

1. *Nível Federal e Interestadual*:

a)	Assessoramento e Planejamento	11
b)	Bancos Oficiais de Financiamento	3
c)	Entidades de Programas Setoriais	5

2. *Nível Estadual*:

a)	Assessoramento e Planejamento	28
b)	Bancos Oficiais de Financiamento	30
c)	Entidades de Programas Setoriais	62

Todavia, sòmente reunindo êsses órgãos sob uma ação coordenadora comum seria possível fomentar realmente o desenvolvimento das diversas regiões, criar uma economia fortalecida e, em conseqüência, uma civilização que, embora com características próprias, corresponda ao que já se implantou no centro-sul do País.

Essa coordenação responde, no atual estágio da economia brasileira, aos dois principais objetivos que se recomendam à ação governamental, no campo regional:

a) assegurar unidade de comando, do ponto de vista da formulação da política econômica;

b) disciplinar a aplicação dos recursos programados, através de um esquema de prioridades, elaborado em escala nacional.

Procurando eliminar grave lacuna na estrutura administrativa brasileira, o atual Govêrno criou o cargo de Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, com a responsabilidade de coordenar as atividades dos diferentes organismos federais responsáveis por aquêles programas, dando-lhes assistência e entrosamento. Por êsse instrumento legal, atribuiu-se ao Ministro Extraordinário dos Organismos Regionais a coordenação dos seguintes órgãos e serviços:

a) Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia;

b) Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste do País;

c) Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste;

d) Comissão do Vale do São Francisco;

e) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ;

f) Fundação Brasil Central;

g) Administração dos Territórios Federais;

h) Serviço Nacional de Municípios;

i) Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

j) Comissão Especial de Faixa de Fronteiras;

l) Parque Nacional do Xingu.

Além da criação do cargo de Ministro Extraordinário, complementada pelo estabelecimento, no Ministério do Planejamento, de um Setor de Integração de Planos Regionais e Nacional, tiveram seu seguimento normal os programas de investimento e estímulo nas regiões menos desenvolvidas. Só a SUDENE mobilizou para a região que lhe corresponde recursos que, somados aos relativos ao período 1960/63, perfizeram o total de 487 bilhões de cruzeiros, dos quais Cr$ 163 bilhões foram efetivamente investidos, compreendendo Cr$ 58 bilhões derivados do Setor Público Nacional, Cr$ 61 bilhões do Setor Privado e Cr$ 44 bilhões advindos de ajuda externa.

Cumpre assinalar que, no Polígono das Sêcas, também o DNOCS, atendendo ao seu objetivo primordial de criar uma estrutura de base que possibilite o restabelecimento imediato da economia e da produção das regiões sujeitas a crises climáticas, continuou seus esforços no sentido de expandir as áreas próprias para a lavoura irrigada, pela acumulação de água em açudes construídos mediante cooperação com particulares e pela prospecção de poços tubulares para aproveitamento de água do subsolo, bem como pela construção de sistemas públicos de abastecimento dágua potável às populações urbanas. A ação do DNOCS encaminhou-se ainda para a conclusão dos grandes sistemas de aproveitamento dos vales dos rios intermitentes, reflorestamento, piscicultura, distribuição de sementes selecionadas, revenda de material e implementos agrícolas e assistência social.

Para o corrente ano, a aplicação programada pelo Govêrno Federal, apenas através da SUDENE e da SPVEA, alcançará recursos superiores a Cr$ 100 bilhões.

A alocação dos recursos obedecerá às diretrizes traçadas nos respectivos planos dêsses organismos; sua composição percentual, por setores, será nos dois casos:

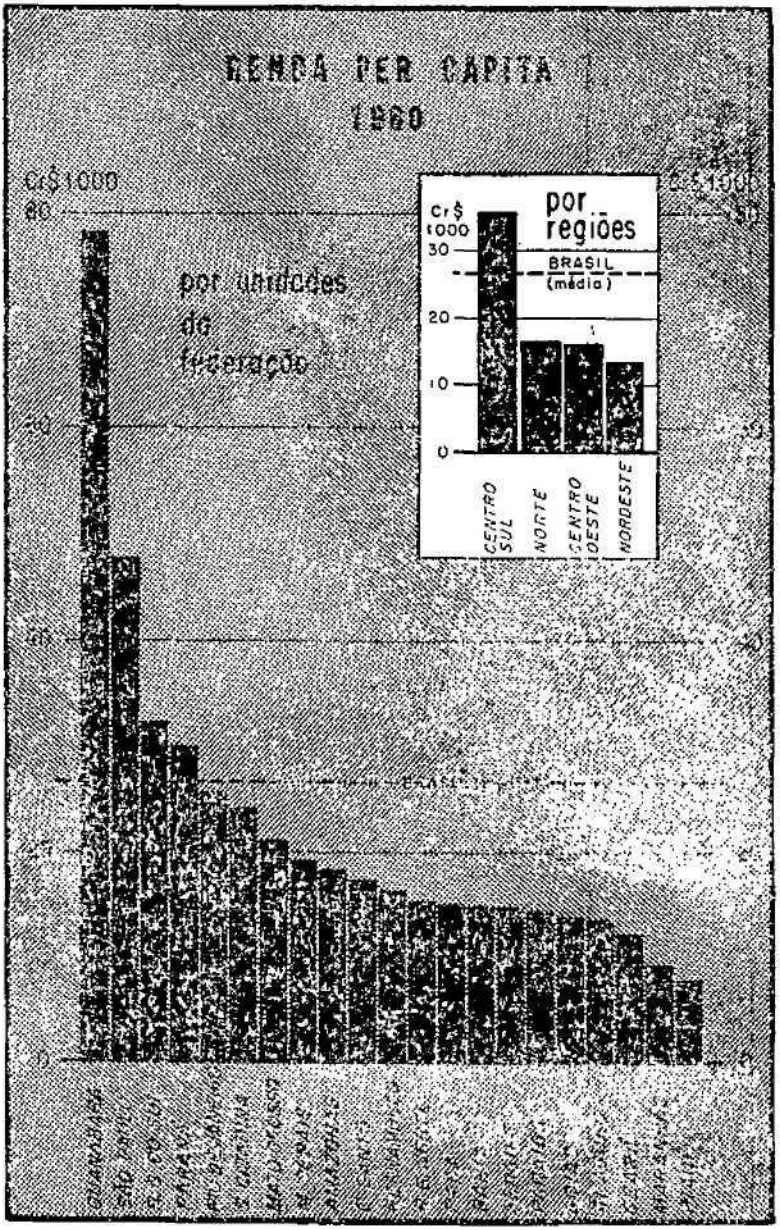
PLANO DIRETOR DA SUDENE

APLICAÇÕES	% SÔBRE O TOTAL
a) Investimentos de Infraestrutura	61,2
b) Investimento em Industrialização	13,6
c) Investimento em Agricultura e Abastecimento	7,2
d) Pré-investimento em Pesquisas de Recursos Naturais	9,8
e) Investimentos e Pré-investimentos em Recursos Humanos	6,5
f) Despesas de Custeio	2,7
TOTAL	100,0

PROGRAMAÇÃO DE EMERGÊNCIA PARA A REGIÃO AMAZÔNICA

APLICAÇÕES	% SÔBRE O TOTAL
a) Recursos Naturais e Agropecuários	33,6
b) Indústria e Comércio	21,6
c) Energia	18,9
d) Transporte e Comunicações	11,3
e) Educação e Cultura	1,7
f) Saúde	12,9
TOTAL	100,0

No plano de coordenação de esforços, aprimorar-se-ão os métodos de análise e de programação regional; elaborar-se-ão estudos para analisar as interdependências entre as áreas visadas e rever-se-ão os planos elaborados pelas agências de planejamento, desempenhando-se uma ação que concorra para o atingimento pleno dos objetivos mirados pelos diferentes organismos, sem perder de vista o superior interêsse nacional.



As disparidades regionais reveladas pelo gráfico são substanciais. Sòmente os Estados da Guanabara, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul se colocam acima de média do Brasil

Para maior informação sôbre o que se vem realizando nos principais órgãos incumbidos de promover o desenvolvimento regional, daremos alguns dados sôbre as atividades da SPVEA, SUDENE, CVSF e SPVERFSP.

SPVEA

A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, dentro do Quadro Geral da Administração Pública, apresentava-se como um órgão em completa desorganização e em desacôrdo com as finalidades para as quais foi concebido e criado.

O Programa de Emergência para 1965, é um trabalho que encerra a nova política econômica seguida pela SPVEA, como preparação ao advento do Plano Diretor, que será elaborado e que pretenderá realizar, na medida do possível, uma autêntica obra de redenção da Amazônia.

A RODOBRÁS, encarregada de administrar a aplicação dos recursos destinados às obras de implantação, construção e pavimentação da Rodovia Belém-Brasília, integra a estrutura administrativa da SPVEA, e atuou de maneira altamente vigorosa e eficiente: foram-lhe propiciados os meios necessários para a manutenção, recuperação e conservação dessa Rodovia, cuja importância nunca é demais ressaltar, permitindo que, apesar das abundantes chuvas caídas na região, fôsse mantido, sem interrupção, até agora, o tráfego normal e crescente na Belém-Brasília.

A seguir, serão enumeradas medidas que vieram a ser adotadas, com o fim de vitalizar o Órgão, e atingir na medida do possível e das disponibilidades orçamentárias, a finalidade que dêle há tanto tempo se espera:

a) enquadramento definitivo do funcionalismo, medida que se concretizou através do Decreto nº 54.040, de 23 de julho de 1964, realizando a aspiração do pessoal até então sem direitos nem obrigações delimitadas, perante a legislação vigente no País e readaptação dos funcionários que faziam jus aos benefícios dêsse Instituto do Sistema de Classificação de Cargos, além de aplicação, no âmbito da Superintendência, das vantagens oriundas da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964;

b) regularização, embora transitória, até a criação do Quadro de Pessoal da SPVEA, do pagamento dos encargos de direção e chefia da Superintendência, com remuneração equivalente aos valôres fixados para os Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Serviço Civil do Poder Executivo, medida que se contém no Decreto nº 54.140, de 6 de agôsto de 1964 e elaboração e aprovação da Tabela de Pessoal Temporário, referente ao exercício de 1964, solucionando, assim, os problemas remanescentes do Enquadramento Definitivo, relativamente ao pessoal que dêle ficou excluído por falta de amparo legal, além de elaboração da Tabela de Pessoal Temporário para 1965, já remetida à apreciação e aprovação do Executivo, para fazer face aos trabalhos do corrente exercício;

c) levantamento das necessidades de pessoal técnico-especializado a ser contratado, após a aprovação do Executivo e o registro prévio dos respectivos instrumentos pelo Egrégio Tribunal de Contas da União e aproveitamento dos funcionários habilitados existentes na SPVEA, para os diversos encargos de direção e chefia;

d) reuniões periódicas com todos os responsáveis pelas diversas unidades administrativas, de forma a fazer um constante levantamento do trabalho desenvolvido, assim como sanar as falhas porventura existentes;

e) delegação de atribuições ao Chefe de Gabinete para a solução dos problemas de administração interna, deixando ao Superintendente a condução da política econômica do órgão e os encargos que lhe cabem diretamente;

f) autonomia para os Chefes de Divisões, Agência e Representação, de modo a vitalizar os Órgãos Regionais até então inoperantes, pela falta de poder decisório;

g) centralização dos distintos setores que se encontravam espalhados em prédios diversos, evitando, assim, a dispersão de esforços, a falta de supervisão direta e constante sôbre as tarefas afetas aos mesmos;

h) reintegração da Comissão de Planejamento na inteireza de suas atribuições;

i) elaboração do Programa de Emergência para 1965, feito pela Comissão de Planejamento, sob a orientação da Superintendência, medida essa que devolveu à citada Comissão a importância que deveria possuir;

j) solução imediata dos problemas vividos pela RODOBRÁS, inclusive medidas urgentes para normalização do tráfego da Rodovia Belém-Brasília, que se encontrava quase intransitável, além de providenciar o pagamento do pessoal dessa Comissão, que se achava em atraso há mais de 4 meses;

l) retomada de contatos com os técnicos da Missão da FAO, UNESCO, na Amazônia, obtendo, assim, a normalização das relações dêsses organismos das Nações Unidas com a SPVEA;

m) criação de uma Carteira de Cobrança de Títulos, para regularização dos diversos débitos para com a SPVEA.

O ano de 1965 é um ano de esperanças para a SPVEA. Contamos recolocá-la em seus destinos. Encontrâmo-la falha, desorganizada, incapacitada de atingir suas finalidades.

Esperamos devolvê-la redimida à Amazônia, para o cumprimento de sua missão de Órgão valorizador da estrutura sócio-econômica da região.

SUDENE

Dentre os órgãos da administração que vinham sendo perturbados por fatôres de ordem política, poucos tão prejudicados quanto a SUDENE, que abandonou as suas legítimas e importantes finalidades para se tornar um veículo de idéias subversivas. Não foram pequenas, pois, as dificuldades com que a administração teve de lutar após o advento da Revolução.

Contudo, uma vez restabelecido um clima de normalidade, foi possível realizar tarefas de vulto.

Foram liberados Cr$ 10.357.000.000, para obras de eletrificação em todo o Nordeste, executadas pelas diversas emprêsas de economia mista. A barragem de Boa Esperança teve prosseguimento acelerado. Para rodovias federais prioritárias foram des-

tinados Cr$ 3.264.000.000. Em serviço de água e esgotos foram empregados Cr$ 1.628.000.000, além de convênios comprometendo Cr$ 1.137.000.000. Concederam-se 1.000 bôlsas de estudo. Inúmeras pesquisas geológicas foram realizadas e prosseguiu-se no levantamento da carta planimétrica do Nordeste. Bastante adiantados foram os levantamentos das bacias dos rios Pajeú, Moxotó, Capiberibe e Cariri.

Foram assinados 49 convênios envolvendo um total de US$ 47,5, milhões e Cr$ 18.020.000.000, para estradas, treinamento de técnicos, recursos naturais, educação, habitação, eletrificação, poços e administração pública.

Depósitos oriundos de contribuições fiscais, resultantes de 50% do impôsto de renda, foram totalmente comprometidos. Já foram apreciados e aprovados 90 projetos industriais. Realiza-se, no momento, uma campanha de informação no sul, tendente a aumentar os recursos daquela fonte a serem investidos na industrialização do Nordeste. O Govêrno abriu crédito especial no montante de Cr$ 62.091.094.000, através da Lei nº 4.490, de 20 de novembro de 1964, para atender à execução da maior parte da programação do II Plano Diretor para 1964.

Em 1965 serão aplicados na SUDENE recursos substancialmente superiores à média verificada nos anos anteriores.

No que tange aos recursos naturais, terão, em 1965, prosseguimento na região os estudos para o aproveitamento econômico dos solos, sôbre recursos minerais e pesqueiros, águas subterrâneas, recursos hidrológicos das bacias fluviais, valorização integral do Vale do Jaguaribe, bem como o início da utilização de 120.000 hectares de terras do submédio São Francisco, por irrigação em larga escala, em colonização agrícola e aproveitamento agroindustrial.

Os programas de valorização dos recursos humanos serão intensificados e ampliados, em convênio com organismos educacionais. O ensino médio e o treinamento de técnicos em todos os níveis receberão, êste ano, especial atenção. Pretende-se aproveitar a capacidade ociosa das escolas técnicas industriais e agrícolas da região. Proceder-se-á também ao reequipamento de cêrca de 10 escolas técnicas na área e será iniciada a construção do Insti-

tuto de Educação Técnica do Nordeste. Levar-se-á a efeito ampla assistência técnica e financeira a órgãos públicos da região, na organização de programas próprios de treinamento.

O nôvo Plano Trienal, II Plano Diretor (1966-1968), encontra-se em fase final de elaboração. O nôvo Plano Trienal abrirá caminho não apenas para que o Govêrno, em suas três esferas, atue na região de forma coordenada, como também para atrair o interêsse e o apoio da fôrça privada e da própria população nordestina, através de suas lideranças naturais. O Plano prosseguirá no esfôrço de conseguir maiores recursos para o refôrço da infraestrutura da Região — Energia, Transporte e Saneamento básico — mas se ampliará também para assegurar a melhoria da condição humana da população regional. Outros aspectos que o nôvo Plano enfatizará: agricultura, pecuária e abastecimento; saúde, educação e formação de técnicos em todos os níveis, para apressar o desenvolvimento da área; programas ligados ao aproveitamento dos recursos naturais, pesca e industrialização.

CVSF

A Comissão do Vale do São Francisco, no ano de 1964, no Setor de Planos e Obras, apresenta um valioso acervo de empreendimentos e de dinamização da fértil Bacia do mais brasileiro dos rios.

Foram realizados levantamentos aerofotogramétricos no Submédio São Francisco, região de Sobradinho, Moxotó e no Baixo São Francisco, na região da Várzea do Gararu e do Canhoba. Além do levantamento da região da Várzea Baixa do Feijão, também no Submédio São Francisco.

No Setor de Transportes e Comunicações, abrangendo três incisos de capital importância para a região, como o fluvial, o rodoviário e o aéreo, tiveram prosseguimento normal os trabalhos.

Igualmente tiveram andamento os serviços de abastecimento dágua às cidades do São Francisco.

A CVSF vem, também, dando especial atenção aos serviços de perfuração de poços profundos no Nordeste, principalmente nos

Estados da Bahia e Pernambuco, registrando-se que até o presente ano já foram perfurados 128 poços, sendo 90 no Estado da Bahia e 38 no de Pernambuco.

Com o intuito de promover melhores estudos para os trabalhos de recuperação do Vale do São Francisco independentemente das dotações orçamentárias, a Comissão interessou-se sobremodo pela possibilidade de aplicação de numerário através do programa da Aliança para o Progresso.

Com base no acôrdo celebrado em Washington, em 13 de abril de 1962, entre os governos dos Estados Unidos e Brasil, sôbre a cooperação do primeiro na promoção do desenvolvimento sócio-econômico do Nordeste, a Comissão passou a entrar em contato com a SUDENE e com a USAID, procurando obter elementos que proporcionassem uma solução favorável, para os serviços de maior alcance, que estavam a seu cargo.

SPVERFSP

Criada pelo Lei n.º 2.976, de 28 de novembro de 1956, com a finalidade de elevar o padrão de vida das populações e de integrar parte de nosso território na economia nacional, a Superintendencia do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, dinamizada a partir de 1957, na realidade, por motivos vários, não vem cumprindo com aquela finalidade.

Entre os motivos principais, destaca-se o fato de aquela lei não conferir ao órgão estruturação conveniente e adequada, não lhe atribuir personalidade jurídica nem lhe propiciar recursos e faculdades que, realmente, lhe capacitem aquêles elevados propósitos. A êsses inconvenientes básicos somaram-se, por certo, os desvirtuamentos decorrentes de administração facciosa, cuja tônica principal era fazer do órgão instrumento da política partidária. Daí, resultou herdar a atual administração um quadro econômico-financeiro ainda mais precário.

A prática que vinha sendo observada na SPVERFSP, em administrações anteriores, de subvencionar municípios, longe de

representar esfôrço coordenado e racional para a promoção do desenvolvimento, pela elevação de padrões culturais e econômicos dessas regiões de nossa fronteira, tornava-a, sim, além de instrumento inepto, verdadeiro sangradouro das nossas parcas verbas.

Pretende-se, hoje, ressaltar, à vista dos planos de desenvolvimento da União, as regiões dentro daquela área, que, por suas condições de potencialidade, uma vez orientadas e apoiadas em seus esforços de aperfeiçoamento e completamento de suas bases sócio-econômicas, possam tornar-se em verdadeiros fulcros do desenvolvimento dessa imensa região da fronteira sudoeste do País.

Assim, os levantamentos sócio-econômicos que vêm sendo feitos pela Superintendência têm como objetivos principais :

— Primeiramente, caracterizar as afinidades culturais, sociais e econômicas das diversas comunidades;

— A seguir, definir e selecionar regiões de interêsses comuns (regiões geo-econômicas).

Eleitas assim essas regiões, nelas serão implantados grupos de planejamento, convenientemente constituídos para encararem, de modo integral, os problemas de desenvolvimento que lhes são inerentes. Tais grupos precipuamente indicarão prioridade dos empreendimentos a serem realizados para o incremento do desenvolvimento harmônico dessas regiões.

Dêsse modo, estará a SPVERFSP capacitada aos entendimentos, nos três planos de administração — federal, estadual e municipal — com o fim de coordenar a efetivação dos empreendimentos mais aconselháveis.

Essa política não deverá ser compreendida como um retardo na ação do órgão. No estágio atual de desenvolvimento dessas populações, ainda carentes de educação, saúde, transportes, energia, crédito, técnicas, etc., é óbvio que a SPVERFSP sentirá, nos primeiros estudos, necessidade de atendimento imediato a determinados aspectos que estão a impedir o progresso e a integração dessas comunidades à economia nacional, tomando ou promovendo as medidas que estiverem ao seu alcance.

Territórios Federais

Ao serem examinadas as situações regionais, não deveremos omitir a administração dos territórios federais, hoje integrada no Ministério para a Coordenação dos Organismos Regionais.

Amapá

O Governador do Amapá encontrou os diversos setores do Govêrno do Território pràticamente paralisados ou em situação caótica: Divisão de Saúde sem direção; Divisão de Educação e Produção completamente desorganizada; Divisão de Obras totalmente paralisada; Serviços Industriais, Serviço de Navegação do Amapá e Serviço de Rádio e Imprensa relegados ao abandono, a Superintendência do Abastecimento não preenchia as suas finalidades; apenas o Serviço de Geografia e Estatística estava funcionando regularmente.

No setor de saúde, o Govêrno conseguiu que o Conjunto Hospitalar de Macapá passasse a funcionar com tôdas as suas alas: Pavilhão Central, Maternidade, Pavilhão de Tuberculose e Pavilhão de Pediatria. Os postos médicos do interior, paralisados por falta de pessoal, passaram a ser atendidos por médicos, dentistas e enfermeiros transportados, periòdicamente, por avião.

No setor de educação foram adotadas várias providências, tais como: ampliação da rêde de ensino primário, com recuperação de prédios escolares, abertura de novas classes e contratação de professôres; realização de cursos para professôres; organização dos serviços de biblioteca; instalação de Ginásio Rural no Município de Macapá etc..

Rondônia

A ação do Govêrno de Rondônia concentrou-se na recuperação do Território: recuperação material, administrativa e moral.

Não procurou o Govêrno iniciar obras novas, mas aplicar os recursos de que dispunha no prosseguimento, recuperação e manutenção das obras e serviços existentes.

Dentro dêsse programa, ampliou dois grupos escolares e a Escola Normal; recuperou uma Enfermaria para Mulheres no Hospital São José; executou obras de manutenção em escolas, grupos escolares, ginásio, maternidade, leprosário, prédio do Serviço Rádiotelegráfico e outros prédios do patrimônio do Território.

Roraima

O Govêrno de Roraima, dispondo também de poucos recursos, procurou dar maior atenção a dois problemas: o de saúde e o habitacional.

O Hospital de Boa Vista, que fôra dado como inaugurado em 1958, mas nunca funcionara, mereceu especial atenção do Govêrno. Foi recuperado o Pavilhão existente e tiveram prosseguimento dois outros pavilhões. Ao mesmo tempo, o Govêrno de Roraima desenvolveu tremendos esforços para levar médicos para o Território, de vez que o seu Quadro estava quase totalmente desfalcado dêsses profissionais.

Examinando o problema habitacional, verificou o Govêrno de Roraima a inexistência naquela Unidade da Federação, de casas para alugar e, também, que as que pertenciam ao Govêrno haviam sido vendidas. Acresce, que os que se beneficiavam com os terrenos aforados pela Prefeitura, não vinham cumprindo as obrigações contratuais. A revisão dos aforamentos resultou em intimação aos proprietários, para que construíssem imóveis ou benfeitorias, sob pena de perderem seus direitos. A medida surtiu o efeito desejado e oitenta residências estão sendo construídas em Boa Vista.

Senhores Membros do Congresso Nacional:

A presente Mensagem, súmula dos principais acontecimentos e realizações governamentais em 1964, e antecipação do que se espera fazer em 1965, representa o cumprimento do que dispõe a Constituição Federal no seu art. 87, inciso XVIII.

Quero nesta oportunidade reiterar a Vossas Excelências o testemunho de meu alto aprêço e consideração.

Brasília, 1 de março de 1965.

H. Castello Branco

ÍNDICE ANALÍTICO

Págs.

A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 31 DE MARÇO 7

A CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA 9

APLICAÇÃO DO ATO INSTITUCIONAL 10

BALANÇO DE REALIZAÇÕES 11

Parte I

ANÁLISE DA SITUAÇÃO BRASILEIRA EM 31.3.1964

O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO ATÉ 1961 17

AGRAVAMENTO DA INFLAÇÃO E PARALISAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO 19

A Aceleração do Processo Inflacionário 19

A Crise Político-Social e o Retrocesso Econômico 20

O Agravamento do *Deficit* Governamental 21

COMPORTAMENTO DO SETOR EXTERNO 22

FATÔRES SOCIAIS E POLÍTICOS 24

OS REFLEXOS NAS FÔRÇAS ARMADAS 26

Parte II

BALANÇO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL EM 1964

DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DO GOVÊRNO 31

Definição da Política do Govêrno no Sentido Global 31

Política do Govêrno em Outras Áreas 33

Na Área das Fôrças Armadas 33

Na Área Econômica e Social 34

Na Área Externa 41

Págs.

A AÇAO GOVERNAMENTAL EM 1964 42

Na Área Política 42

Na Área das Fôrças Armadas 43

Na Área Econômica e Social 44

A) *O Combate à Inflação* 45

Política de Redução do *Deficit* Governamental 48

Política de Crédito às Emprêsas 51

Política Salarial 54

Providências do Lado da Oferta 55

Os Resultados da Política de Combate à Inflação ... 56

B) *A Retomada do Desenvolvimento* 62

Incentivo à Poupança 62

Intensificação do Ritmo de Investimentos e Progresso Tecnológico 64

Ação sôbre o Setor Agrícola 65

Ação sôbre a Indústria Privada e Setores de Infraestrutura 66

A Ação Governamental Direta nos Investimentos 68

O Comportamento da Economia Brasileira em 1964 70

C) *Política Econômica Internacional* 73

A Ação Governamental e o Setor Externo 73

Política do Comércio Exterior 73

Política Cambial 74

Política de Capitais Estrangeiros 75

O Balanço de Pagamentos 76

Exportações 77

Café 78

Importações 82

Serviços 83

Capitais e Financiamento Compensatório 84

A Consolidação da Dívida Externa e a Contratação de Novos Créditos 85

O Financiamento do *Deficit* do Balanço de Pagamentos 85

O Reescalonamento da Dívida 86

Novos Empréstimos Compensatórios 87

Novos Créditos para Desenvolvimento 88

Págs.

D) *Reformas Econômicas e Sociais* 89
Reforma Tributária 89
O Estatuto da Terra 91
Reforma Habitacional, Lei do Inquilinato e Lei das Incorporações Imobiliárias 92
Lei de Remessa de Lucros 95
A Reforma Bancária 96
A Regulamentação do Direito de Greve 96
Salário-Educação 97
Na Área Externa 97

Parte III

DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO GOVERNAMENTAL EM 1965

DIRETRIZES NA ÁREA POLÍTICA 105
DIRETRIZES NA ÁREA DAS FÔRÇAS ARMADAS 108
DIRETRIZES NA ÁREA ECONÔMICA E SOCIAL 110
A) *O Combate à Inflação* 110
Programação da Política Desinflacionária 111
Programação Orçamentária 112
B) *A Retomada do Desenvolvimento* 114
Ação Direta do Govêrno na Formação de Capital .. 116
Programação do Banco do Brasil e do BNDE 118
C) *Projeções do Balanço de Pagamentos* 120
D) *Reformas Econômicas e Sociais* 121
DIRETRIZES NA ÁREA EXTERNA 124

Parte IV

ASPECTOS SETORIAIS DA ATIVIDADE GOVERNAMENTAL EM 1964 E SUA PROGRAMAÇÃO PARA 1965

INFRAESTRUTURA 129
Energia 129
A) Energia Elétrica 129
Realizações em 1964 129
Política de Energia Elétrica 131
Programa de Investimentos 132

Págs.

B) Petróleo 133

Conselho Nacional do Petróleo 133

Petrobrás 134

Política de Petróleo 135

C) Carvão 137

Transportes 139

— A Política de Transportes 139

— Setor Ferroviário 140

— Setor Rodoviário 141

— Navegação 142

— Construção Naval 143

— Portos 143

— Setor Aeroviário 145

— Linhas de Ação 145

I — Setor Ferroviário 145

II — Setor Rodoviário 146

III — Setor Marítimo e Fluvial 147

IV — Setor Aeroviário 147

Comunicações 148

A Ação Governamental no Setor de Telecomunicações .. 148

A Ação Governamental no Setor Telegráfico e Postal .. 149

Programação para 1965 150

Sistema Nacional de Telecomunicações 150

Serviços Telegráficos, Telex e Postais 151

Serviço Telefônico 151

AGRICULTURA 151

Produção Agrícola 151

Balanço de Atividades em 1964 151

Extensão Rural e Cooperativismo 155

Crédito Rural 156

Abastecimento 157

Superintendência Nacional do Abastecimento 157

Armazém e Silos 157

Programação de Atividades para 1965 158

Págs.

INDÚSTRIA E MINERAÇÃO 160

Indústria 160
As Atividades do Ministério da Indústria e Comércio .. 160
Comportamento do Setor Industrial em 1964 162

Mineração e Pesquisa Mineral 166
Política de Mineração 166
Pesquisa Mineral 168

DESENVOLVIMENTO SOCIAL 168

Educação e Cultura 169
Pesquisa 172
Saúde e Saneamento 172
Previdência Social 175
Habitação 177

VALORIZAÇÃO REGIONAL 179

SPVEA 184
SUDENE 186
CVSF 188
SPVERFSP 189
Territórios Federais 191
Amapá 191
Rondônia 191
Roraima 192